



**ENTRE RUAS, CALÇADAS, PRAÇAS, PRAIAS,
MERCADOS, FEIRAS E JARDINS: A LIMPEZA URBANA
DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DE TEFÉ E
COARI – AMAZONAS**

NÁGILA DOS SANTOS SITUBA





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



**ENTRE RUAS, CALÇADAS, PRAÇAS, PRAIAS, MERCADOS, FEIRAS
E JARDINS: A LIMPEZA URBANA DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS
PÚBLICOS DE TEFÉ E COARI – AMAZONAS**

NÁGILA DOS SANTOS SITUBA

MANAUS
2017

NÁGILA DOS SANTOS SITUBA

**ENTRE RUAS, CALÇADAS, PRAÇAS, PRAIAS, MERCADOS, FEIRAS
E JARDINS: A LIMPEZA URBANA DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS
PÚBLICOS DE TEFÉ E COARI – AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestra em Geografia, área de concentração: Amazônia, território e ambiente. Linha de pesquisa: Espaço, território e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Verri de Santana

**MANAUS
2017**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

Situba, Nágila dos Santos
S623e Entre ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari – Amazonas / Nágila dos Santos Situba. 2017.
159 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Paola Verri de Santana
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Espaços públicos. 2. Limpeza urbana. 3. Resíduos sólidos. 4. Cidades amazônicas. I. Santana, Paola Verri de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas

ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95
Credenciado pela CAPES em set/2000
Reconhecido através da Portaria Nº 1.077- MEC, de 31 de agosto de 2012



PORTARIA Nº 005/ 2017

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/, usando de suas atribuições estatutárias, e

CONSIDERANDO o documento oficializado junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no que concerne à composição de Banca Examinadora de Defesa Pública de Mestrado,

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 10 Resolução Nº 033/2014-CONSEPE, de 30 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONSTITUIR com os(as) doutores(as) abaixo nominados(as), a Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado da discente **NÁGILA DOS SANTOS SITUBA**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual ocorrerá no dia **26 de Maio de 2017, às 09h00, na Sala de Audiovisual do Departamento de Geografia:**

Presidente:

- Professora Doutora PAOLA VERRI DE SANTANA
PPG-GEOG/UFAM

Membros Titulares:

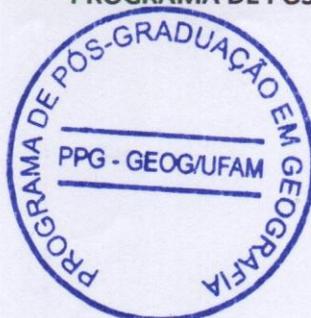
-Prof. Dr. JOÃO BOSCO LADISLAU DE ANDRADE
FT/UFAM
-Prof. Dr. JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
PPGEOG/UFAM

Membros Suplentes:

- Prof. Dr. GERALDO ALVES DE SOUZA
PPGEOG/UFAM
- Prof. Dr. NELCIONEY JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO
DEGEO/UFAM

Dê-se ciência e cumpra-se.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, em Manaus/AM; 27 de Abril de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Coordenador do Programa

DEDICATÓRIA

Á minha mãe, mulher guerreira e amiga.

Ao meu pai, pois foi por intermédio dele que tive a curiosidade de pesquisar sobre esta temática, visto que exerceu a profissão de “GARI” por muitos anos, o que me fez perceber a maneira precária como desenvolvia a atividade, sem equipamentos de proteção, sem direitos trabalhistas, porém com muita responsabilidade e dedicação.

Aos agentes de limpeza de Tefé e Coari, aos quais tenho profunda admiração e respeito.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde e sabedoria.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida por dois anos. Esta me proporcionou a realização da pesquisa e a estada em Manaus.

A minha vó Maria Carmina (*in memória*). Saudade eterna!

Aos meus pais, pela criação, força, incentivo e apoio constante na minha vida pessoal e acadêmica.

Às minhas irmãs Luciane, Suziane, Cleidiane e Natália pela ajuda e pelas palavras de incentivo, principalmente nos momentos de solidão e desânimo.

Ao meu esposo Cleucivan pela compreensão de minha ausência, pelo seu amor e sua parceria. Agradeço especialmente a minha orientadora Paola Verri de Santana, pois foi uma mãe, amiga e super orientadora durante o mestrado. Ela contribuiu de maneira significativa para o meu conhecimento geográfico, em nenhum momento me deixou só, sendo sempre atenciosa e compreensiva.

Aos meus sobrinhos Adline, Agnes, Danilo, Ítalo e, especialmente, à Larissa que em meus momentos de tristeza conseguia me alegrar com seu sorriso.

Aos agentes de limpeza e catadores de Tefé e Coari pela recepção e contribuição com este trabalho. Jamais esquecerei a forma como receberam-me e ajudaram-me durante o andamento da pesquisa de campo. Deixo aqui a minha profunda admiração e o meu respeito por essa classe de trabalhadores.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira – NEPECAB. Ao professor José Aldemir, a quem tenho grande admiração e apreço; à professora Tatiana Schor pelo incentivo em realizar pesquisa e extensão; ao professor Geraldo Alves pelas conversas e indicações de literatura.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial aos professores com quem cursei disciplinas, Manuel de Jesus Masulo e Amélia Regina Batista.

Agradeço com carinho à secretária do PPGGEOG, Graça Luzeiro, e aos demais técnicos que foram atenciosos e sempre procuravam ajudar-me. Muito Obrigado!

Ao professor João Bosco Ladislau de Andrade pelas contribuições no exame de qualificação e pela ajuda no decorrer da pesquisa.

Aos colegas do NEPECAB, pelas conversas e trocas de ideias. Em especial, à Gercicley, Cinthya Martins, Ednilce, Hellen Braga, Ana Jaqueline, Moises Silva e Sandriele Pessoa.

Aos colegas do Mestrado, pelas disciplinas cursadas, discussões e entretenimento. Em especial, aos meus amigos Arlan Justino, Marciclei Bernardo, Sthephano Mhae, Janderson Bezerra, Rildo Marques e Luis Fernando.

Agradeço ao Thiago Franco e Thiago Rodrigues que me ajudaram na elaboração dos mapas.

Às colegas Aione Machado e Débora Freitas pela parceria em pesquisa de campo em Tefé e Coari.

Meus agradecimentos aos professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) de Tefé, em especial, ao professor Leonardo de Oliveira Mendes e à professora Eubia Andréa Rodrigues, que me motivaram a chegar ao mestrado.

Às minhas amigas do coração, Francisca Brandão, Ellen Daiana da Rocha, Amanda Cabral e Massilene Mesquita, que sempre me ajudam com palavras e ações. Amo vocês!

Meus sinceros agradecimentos a Windson Celani e a sua família, pela moradia cedida durante os 2 anos de mestrado.

Às instituições e aos órgãos municipais de Tefé e Coari, pelos dados concedidos, conversas e entrevistas. Estes foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

FINANCIADORES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de 24 meses.

Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX/FAPEAM/CNPQ (Processo n. 1055/2011) “Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional”, projeto coordenado pelo Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira (NEPECAB/UFAM). Ajuda para trabalhos de campo e manutenção de laboratório.

Projeto “O direito à cidade e a presença de políticas públicas em cidades no Amazonas”, Edital: N. 030/2013 – Universal Amazonas/FAPEAM, coordenado pela Profa. Dra. Paola Verri de Santana (NEPECAB/UFAM). Ajuda para trabalhos de campo e manutenção de laboratório.

Projeto “A produção do espaço urbano em cidades amazonenses”, chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, coordenado pela Profa. Dra. Paola Verri de Santana (NEPECAB/UFAM). Ajuda para trabalhos de campo e manutenção de laboratório.

“As pessoas cuidam melhor de suas casas do que dos espaços públicos”.
José Henrique Penido Monteiro (2001)

“Lixo de Rico, Luxo de Pobre”.
Mário Ypiranga Monteiro (1986)

RESUMO

A Amazônia é uma região que carece de muitos estudos e pesquisas, pois possui singularidade e diversidade que a diferenciam das demais regiões do Brasil. Sejam especificidades sociais, econômicas, ambientais ou culturais, o fato é que a problemática da limpeza urbana, apesar de universal, está particularmente presente nas cidades do Médio Solimões. O espaço urbano vai se transformando e os agentes produtores do espaço têm importância neste processo. O Estado, os trabalhadores e as pessoas influem no cotidiano no qual Tefé e Coari estão inseridos. A partir das mudanças no espaço urbano, diversos problemas se agravam, exemplos disto são o lixo e a limpeza urbana nas cidades. Nesse sentido, esta pesquisa propõe avaliar a limpeza nos espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari, de modo a compreender a atuação do poder público municipal frente à Política Nacional de Saneamento Básico (11.445/2007) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010), além de outros planos e políticas. Neste contexto, a limpeza urbana combate a poluição com o objetivo de contribuir com a salubridade, a qualidade ambiental e o bem-estar social. Desse modo, além de descrever como é feita a limpeza urbana e quem são os agentes que a realizam nas diferentes atividades, há a discussão, nesta pesquisa, da problemática dos lixões em cidades no Amazonas. Sabe-se que esses problemas são decorrentes, dentre outros fatores, da industrialização, que se propagou em todo o globo terrestre, inclusive em cidades localizadas no Solimões, assim como se destacam as contribuições da incúria das administrações e dos poderes públicos. A partir da indústria, têm-se o consumismo elevado, a alta geração de resíduos sólidos e a poluição desenfreada. Além disto, a existência dos lixões a céu aberto, a ausência de coleta seletiva nos bairros e a limpeza urbana de baixa qualidade aliados aos locais de disposição inadequados de lixo, que são propícios a atrair vetores de doenças como ratos, baratas, cachorros, gatos, moscas, mosquitos, entre outros, colaboram para o aumento da poluição. Dessa forma, as categorias de análise, paisagem, território e espaço social – dão caminho para entender a realidade das cidades em estudo. Os métodos quantitativo, qualitativo, histórico e comparativo formam um grupo que se interligam e norteiam a explicação da realidade em estudo e suas diferentes dimensões. Assim, o estudo bibliográfico e a pesquisa de campo constituíram técnicas necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa, pois foi a partir destes que se pode chegar ao confronto entre teoria e realidade e vice-versa, com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Os resultados obtidos apontam que a limpeza urbana carece de efetivação, “investimentos” e planejamento estratégico; os espaços públicos precisam de manutenção; e os trabalhadores da limpeza necessitam ser valorizados pela municipalidade.

Palavras-chave: Espaços públicos, Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos, Cidades Amazônicas.

ABSTRACT

The Amazon is a region that lacks many studies and research, because it has a singularity and diversity that differentiates it from other regions of Brazil. Whether they are social, economic, environmental or cultural specificities, the problem of urban cleaning, although universal, is particularly present in the cities of Middle Solimões. The urban space is changing and the agents that produce space are important in this process. The State, the workers and the people influence the daily life in which Tefé and Coari are inserted. From the changes in the urban space, several problems are aggravated, examples of this are the garbage and the urban cleaning in the cities. In this sense, this research proposes to evaluate the cleanliness in the public spaces and public areas of Tefé and Coari, in order to understand the performance of the municipal public power in relation to the National Basic Sanitation Policy (11.445/2007) and the National Solid Waste Policy (12.305/2010), as well as other plans and policies. In this context, urban cleaning fights pollution with the aim of contributing to health, environmental quality and social well-being. Thus, besides describing how the urban cleaning is done and who are the agents that perform it in the different activities, there is the discussion, in this research, of the problem of the dumps in cities in the Amazon. It is known that these problems are due to, among other factors, industrialization, which has spread throughout the globe, including in cities located in Solimões, as well as the contribution of the neglect of administrations and public authorities. From the industry, there is high consumerism, high generation of solid waste and unrestrained pollution. In addition, the existence of open dumps, the absence of selective collection in the neighborhoods and the poor urban cleanliness allied to the inadequate garbage disposal sites, which are likely to attract vectors of diseases such as rats, cockroaches, dogs, cats, flies, mosquitoes, among others, contribute to the increase of pollution. In this way, the categories of analysis, landscape, territory and social space - give way to understand the reality of the cities under study. Quantitative, qualitative, historical and comparative methods form a group that interconnects and guides the explanation of the reality under study and its different dimensions. Thus, the bibliographic study and the field research were necessary techniques for the development of this research, since it was from these that one can arrive at the confrontation between theory and reality and vice versa, with the intention of reaching the proposed objectives. The results obtained indicate that urban cleaning needs to be effective, "investments" and strategic planning; public spaces need maintenance; and cleaning workers need to be valued by the municipality.

Keywords: Public Spaces, Urban Cleaning, Solid Waste, Amazonian Cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Praças de Coari.....	53
Figura 2: Praças de Tefé	54
Figura 3: Feiras Municipais de Coari e Tefé	57
Figura 4: Mercados Municipais de Coari e Tefé	58
Figura 5: Ruas precárias de Coari	61
Figura 6: Ruas precárias de Tefé	61
Figura 7: Presença e ausência de calçadas em Coari.....	63
Figura 8: Presença e ausência de calçadas em Tefé	64
Figura 9: Aterro Sanitário de Coari inaugurado em 2007.....	91
Figura 10: Local de disposição final dos resíduos sólidos de Coari.....	93
Figura 11: Local de disposição final dos resíduos sólidos de Tefé	95
Figuras 12 e 13: Varrição em Tefé	117
Figuras 14 e 15: Varrição em Coari.....	118
Figuras 16 e 17: Capina em Tefé.....	120
Figuras 18 e 19: Capina (roçagem) em coari/ equipamentos de trabalho	121
Figuras 20 e 21: Limpeza da Praia da Ponta Branca em Tefé.....	123
Figuras 22 e 23: Limpeza das praias em Coari.....	124
Figuras 24 e 25: Feira Municipal de Tefé/caçamba de lixo ao lado da feira.....	125
Figuras 26 e 27: Feira Municipal de Coari/caçamba de lixo ao lado da feira	126
Figura 28: Limpeza do Mercado de Coari.....	127
Figura 29: Limpeza do Mercado de Tefé.....	127
Figura 30: Coleta de lixo em Coari	130
Figura 30: Coleta de Lixo em Tefé.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Disposição final dos resíduos sólidos na Região Norte (2013).....	88
Gráfico 2 e 3: Presença e ausência de lixeiras culturais nos bairros de Tefé e Coari.....	138
Gráfico 4: Percepção dos moradores quanto à limpeza urbana.....	139
Gráfico 5: Vítimas de doenças causadas pela falta de saneamento básico em Tefé e Coari..	140
Gráfico 6 e 7: Origem da água que os moradores bebem em Tefé e Coari.....	141
Gráfico 8: Percepção dos moradores em relação ao Saneamento Básico	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Manejo do lixo em Coari e Tefé por domicílio	34
Tabela 2: População residente por situação do domicílio - Características gerais da população	38
Tabela 3: Preço dos produtos comprados pelo point da sucata	97
Tabela 4: Receitas orçamentárias totais municipais de Tefé e Coari – Amazonas – 2000 a 2012	101
Tabela 5: Despesas orçamentárias municipais por função: saneamento básico, urbanismo e saúde nas cidades de Tefé e Coari – Amazonas	103
Tabela 6: Empregos diretos gerados pelo setor de limpeza urbana na região norte (2013)...	110
Tabela 7: Notificações registradas no sistema de informações de agravos de notificação – números de casos de dengue (2008-2012).....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Origem dos resíduos sólidos.....	85
Quadro 2: Aspectos da limpeza urbana de Tefé e Coari	106
Quadro 3: Distribuição dos trabalhadores e das atividades da limpeza urbana de Tefé	108
Quadro 4: Distribuição dos trabalhadores e das atividades da limpeza urbana de Coari	109
Quadro 5: Aspectos da limpeza urbana de Tefé e Coari	112
Quadro 6: Número de veículos e equipamentos utilizados nos serviços de manejo de resíduos sólidos em Tefé e Coari	113
Quadro 7: Resultados dos formulários aplicados em Tefé e Coari	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área urbana de Tefé – Amazonas	32
Mapa 2: Localização da área urbana de Coari – Amazonas.....	36
Mapa 3: Localização dos espaços públicos de Coari – Amazonas.....	48
Mapa 4: Localização dos espaços públicos de Tefé – Amazonas	51
Mapa 5: Depósito de resíduos sólidos de Coari	90
Mapa 6: Depósito de resíduos sólidos de Tefé.....	94

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.....	98
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRELPE	Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
AS	Aterro Sanitário
CAESC	Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
PD	Plano Diretor
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNRS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SELIMP	Secretaria Municipal de Limpeza Pública
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB	Secretaria Municipal de Obra
UEA	Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - A ESPACIALIDADE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES DO MÉDIO SOLIMÕES	26
1.1 A Geografia do Lixo <i>versus</i> Geografia do Trabalho.....	26
1.2 A problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé	32
1.3 A problemática dos resíduos sólidos urbanos em Coari.....	36
1.4 Produção e consumo no espaço urbano	39
1.5 A espacialidade dos espaços públicos e os resíduos sólidos urbanos.....	45
1.6 Espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari	59
CAPÍTULO 2 – ENTRE LEIS E PRÁTICAS DE LIMPEZA URBANA EM TEFÉ E COARI	66
2.1 O higienismo, interfaces e discussões	66
2.2 Políticas públicas, saneamento básico e a produção do espaço.....	75
2.3 Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11. 445/2007).....	82
2.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)	83
2.5 Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	98
2.6 O que era para ser solução parece ser o problema: as finanças públicas e os problemas urbanos de Tefé e Coari.....	100
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DA LIMPEZA URBANA DE TEFÉ E COARI	105
3.1 Os serviços de limpeza urbana de Tefé e Coari e o território dos trabalhadores	105
3.1.1 O território das varredoras e dos coletores do lixo da limpeza urbana de Tefé e Coari.....	114
3.1.2 Da enxada ao mato: A atividade da capina em áreas de fácil e difícil acesso.....	119
3.1.3 Entre a cheia e a vazante: A dinâmica da limpeza urbana nas praias.....	122
3.1.4 Da comercialização de peixe e verdura à limpeza: A limpeza de feiras e mercados de Tefé e Coari	124
3.1.5 Da sombra à estética: Podagem de árvores em Tefé e Coari.....	128
3.1.6 Correndo ou andando? A labuta dos garfeiros que coletam o lixo de Tefé e Coari....	129
3.2 Invisibilidade social e o trabalho com o lixo	131
3.3 Percepção dos moradores quanto ao serviço de limpeza urbana.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES	157

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil são conhecidas, às vezes, como programas e ações que são desenvolvidos por órgãos públicos e privados, com o objetivo de atribuir qualidade de vida para a população nas cidades. Estas políticas são criadas pelos órgãos legislativo, executivo e pela participação popular a fim de criar, planejar e sancionar leis que tenham a finalidade de desenvolver um país, estado, município e uma cidade.

O que rege essa participação popular é a lei de n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, a qual, quanto à participação da sociedade, assim determina: “I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;” (BRASIL, 2009) “II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público”. Sendo assim, as políticas e os planos no Brasil são sancionados, porém nem sempre são gerenciados da maneira como deveriam ser pela gestão pública, principalmente no que se refere à administração dos orçamentos. Além disso, esses recursos direcionados aos municípios devem ser transparentes, ao menos os principais agregados são informados por meio de *sites*. Diante disto, Silvana Pintaudi (2010, p. 17) afirma que “[...] essa transparência não é tão fácil de ser atingida na prática, apesar de toda a parafernália tecnológica de que podemos dispor para atingir esse objetivo”, uma vez que o problema está na dificuldade de acesso à tecnologia e à participação.

Aliadas à formação de uma cultura de participação popular, encontram-se as políticas públicas associadas à Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010). É neste contexto que são pensadas as problemáticas ambientais e sociais de cidades como Tefé e Coari. Contudo, pensar em uma infraestrutura de qualidade e em serviços públicos para todos seria prover a cidade ideal, desejada e sonhada. Sendo assim, a presença de saneamento básico como um conjunto de atividades, que envolve desde o abastecimento de água, o manejo pluvial, o manejo de resíduos sólidos, a limpeza urbana e o esgotamento sanitário, seria fundamental para o desenvolvimento urbano. Se tais necessidades fossem supridas de igual modo, provavelmente a população teria qualidade de vida e espaços públicos saudáveis.

Segundo Sérgio Luís Abrahão (2008), no livro intitulado *Espaço Público: do urbano ao político*, os espaços públicos têm sido classificados por muitos estudiosos como aqueles de manifestação da esfera pública, da vida pública e de realização da cidadania, dando forma e função à materialidade. Os espaços públicos são lugares que reúnem na cidade tudo o que se encontra separado, pois são considerados locais de encontro (ABRAHÃO, 2008). Adota-se aqui uma concepção ligada aos espaços sob a competência da municipalidade no que diz respeito à responsabilidade de manter os serviços públicos de limpeza urbana. As praças, as ruas, as praias, os mercados, as feiras, as calçadas e os jardins são considerados aqui espaços e logradouros públicos utilizados pelos moradores de uma cidade, assim como são considerados espaços livres e coletivos ou espaços de consumo e produção.

Ademais, convém levantar quais são os bens públicos e como se diferenciam dos bens privados. Os bens públicos são todos os móveis ou imóveis que pertencem à União, aos estados, aos municípios (BRASIL, 2002), conforme o Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002, capítulo III, art. 98-103).

Dos Bens Públicos

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

- I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

No Amazonas, é comum as praças se localizarem no centro e se espacializarem em alguns bairros que possuem melhor infraestrutura urbana. As calçadas são raras, as ruas têm, em geral, falhas estruturais, os parques inexistem e os jardins aparecem inseridos numa praça.

De acordo com as afirmações de Vandernéia Bourckhardt e Eugênia Aparecida Cesconeto (2007), a limpeza dos espaços públicos é de interesse local, e a sua implementação interfere no bem-estar social das pessoas. Neste sentido, as cobranças devem advir da população prejudicada com a situação. Considera-se aqui a limpeza urbana como uma atividade essencial para o desenvolvimento das cidades brasileiras, embora careça de investimentos públicos.

A Constituição Federal de 1988 prevê a proteção do meio ambiente, mediante o combate à poluição e a oferta de saneamento básico a todos os cidadãos brasileiros. Neste contexto, os municípios têm obrigação de planejar e legislar os serviços públicos, pois coleta, tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana são exemplos de serviços essenciais a ser realizados ou desempenhados pela gestão municipal (IBGE, 2000).

Nesse sentido, existem políticas públicas voltadas à limpeza urbana. No Brasil, há cidades que não realizam esta atividade, conforme a legislação. Tal preocupação deve recair sobre os responsáveis pelo adequado gerenciamento do lixo, porém ocorre o inverso, fazendo com que o lixo a cada dia se apresente como algo de grande desconforto social, com poucas soluções.

O lixo, considerado por muito tempo como sem solução ou utilidade, com a industrialização ganha enfoque diferente e se torna luxo e mercadoria, pois agora os resíduos sólidos podem ser reciclados e reutilizados, transformando-se em solução e matéria prima para a fabricação de outros produtos.

A indústria é uma das maiores causadoras dessa problemática ambiental. A indústria do descartável e o alto padrão de consumo induzido são exemplos que maximizam a problemática do lixo. Arlete Moyses Rodrigues afirma que “a produção de mercadoria e a produção de segunda natureza sejam responsabilidade do modo industrial de produzir, esta está simbolicamente deslocada para os indivíduos consumidores” (1998, p. 23-24). Por conseguinte, a indústria desvia parte da culpa dos problemas ambientais para as pessoas.

Entende-se que o sistema capitalista produz e reproduz a sociedade. Isto pressupõe questões ideológicas que responsabilizam o homem pela problemática ambiental justificada pelo consumo e não somente pela produção de mercadorias. O filósofo Henri Lefebvre (1991) dá suporte ao escrever que a sociedade está diretamente ligada ao consumo dirigido. A população é direcionada ao consumo, em especial, aos derivados da indústria; é neste aspecto

que o lixo é considerado rejeito do capital num dado momento. Este lixo torna-se mercadoria, adquirindo valor de troca, ao tornar-se útil ao novo ciclo, como o que o faz voltar à indústria como matéria prima (RODRIGUES, 1998).

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari, de modo a compreender a atuação do poder público municipal frente à Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), entre outros planos e políticas. Os objetivos específicos consistiram em descrever como é realizada a limpeza urbana em ambas as cidades; analisar os espaços públicos de Tefé e Coari; e avaliar a problemática da limpeza frente às políticas públicas.

Este estudo surgiu a partir das seguintes indagações: Quais mudanças, a partir de políticas e planos, ocorreram no espaço urbano, considerando a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e da limpeza urbana? A partir disto, como é realizada a limpeza urbana de espaços e logradouros públicos nas cidades de Tefé e Coari?

Dessa forma, entende-se que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) é um marco nacional que, em 2 de Agosto de 2010, trouxe mudanças ambientais e sociais para as cidades brasileiras. Isto impôs aos municípios a criação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para a captação de recursos voltados para a problemática do lixo. A criação dessas leis, a aplicabilidade e a execução nos municípios foram questões norteadoras na realização desta pesquisa. Tendo isso em vista, a limpeza urbana de locais públicos é uma responsabilidade das prefeituras municipais. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2000 e 2008), a ausência desta atividade pode acarretar a proliferação de diversas doenças.

As hipóteses levantadas neste estudo são as de que as políticas públicas não garantem o saneamento básico nem a limpeza urbana de qualidade; o que se vê são espaços públicos em más condições de uso, do ponto de vista da infraestrutura e da limpeza; a limpeza urbana em Tefé e Coari carece de investimentos específicos; e o serviço de limpeza urbana atual parece não ser suficiente para evitar a poluição.

Escolheu-se estudar a limpeza urbana em espaços e logradouros públicos porque há uma carência de estudos na área da calha do Médio Solimões. Esta pesquisa pode contribuir para a Ciência Geográfica, de modo a incentivar novas pesquisas científicas e o

desenvolvimento de conceitos. Neste sentido, no que se refere à sociedade, esta pesquisa contribui com o debate sobre as políticas públicas, o planejamento municipal, as condições de trabalho dos agentes de limpeza, a criação de cooperativas para os catadores, a construção e a operacionalização de aterros sanitários. A criação e a construção de tais elementos dependem de um conjunto de ações, inclusive de estudos e pesquisas como as propostas de dissertação de mestrado, cujas informações podem ser disseminadas a partir do trabalho acadêmico.

A limpeza urbana passa a compor a problemática que lida com fatores que abrangem desde as condições dos que trabalham com o lixo até as condições de vida dos que transitam nos espaços públicos. Se espaços como ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins se encontram muito sujos, imagine os locais de disposição do lixo, que se encontram irregulares. Ao chegar em uma cidade, um dos indicadores de poluição ambiental é a falta de limpeza urbana dos espaços públicos, que se torna evidente na paisagem. É perceptível a presença de lixo, dejetos, bem como a imundice e o mau cheiro à medida em que circula por estes espaços. Mas nem todos os espaços e logradouros públicos são tratados da mesma maneira. É possível notar que o centro se diferencia do restante da cidade em alguns aspectos, uma vez que nele se concentram ações mais cuidadosas no intuito de garantir ao menos uma melhor aparência.

A proposta em estudo está vinculada aos seguintes projetos de pesquisa: “Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional”, PRONEX/CNPq/FAPEAM, coordenado pelo Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira; “O direito à cidade e a presença de políticas públicas em cidades no Amazonas”, Edital: N. 030/2013 – Universal Amazonas/FAPEAM; e “A produção do espaço urbano em cidades amazonenses”, chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES N° 22/2014 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, ambos coordenados pela Profa. Dra. Paola Verri de Santana.

Há algo em comum com estes projetos maiores, trata-se de analisar a produção do espaço na cidade de Coari-AM e a necessidade de comparar com outras cidades do Amazonas. Para tanto, incluiu-se Tefé, as políticas de desenvolvimento social e urbano mediadas por ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério das Cidades. Nas políticas destes ministérios, está o plano de saneamento básico. Entende-se que os serviços de saneamento básico são necessidades essenciais para todos, que deveriam ser supridas em sua totalidade mediante ações do Estado.

Neste contexto, os métodos utilizados nesta pesquisa são o comparativo, o histórico, o quantitativo e o qualitativo. Tais métodos deram o caminho para entender a realidade pesquisada. A sistematização dos dados foi orientada para a comparação entre as duas cidades de modo a se alcançar uma análise menos endógena e mais relacional. Neste intuito, “O objetivo do método comparativo é de auxiliar e complementar os estudos regionais, servindo como uma análise comparativa de diferentes regiões” (Alves e Ferreira, 2008, p. 13). Este método fez desvendar as diferenças e semelhanças da temática da limpeza urbana em Tefé e Coari.

Esta pesquisa tem como área de estudo as cidades de Tefé e Coari, que se localizam na Região Norte brasileira. Tefé, segundo dados do IBGE (2010), possui 50.069 habitantes e Coari têm 49.651 habitantes, ambas na área urbana. Estas duas cidades têm importância na calha do Solimões, pois a partir de especificidades e funcionalidades tem *status* de polo, visto que por meio de instituições e empresas privadas conseguem influenciar municípios vizinhos e atrair moradores da região em busca de serviços.

Nesse intuito, os motivos que levaram a fazer um estudo comparativo consideram as cidades próximas geograficamente, localizadas no Médio Solimões. Em busca de analogias e disparidades entre Coari e Tefé, observa-se ambas com semelhante efetivo populacional urbano, dinâmica orçamentária diferente, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desigual, produção diária de lixo diversa e depósitos de lixo em locais semelhantes (apesar de Coari já possuir um aterro sanitário sem operação desde sua inauguração, em 2007).

Para a elaboração desta pesquisa, realizou-se revisão bibliográfica e coleta de dados nos seguintes *sites*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS, Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, Portal da Transparência, Ministério das Cidades e Associação dos Municípios.

Para os objetivos serem alcançados, realizou-se pesquisa de campo em 2015 para o reconhecimento das áreas de estudo. Isto incluiu a passagem, em Tefé e Coari, pelas Secretarias Municipais de Infraestrutura, de Administração Geral, Planejamento e Finanças, da Casa Civil, de Meio Ambiente (SEMMA), de Limpeza Pública (SELIMP), de Obras, além de prefeituras e Câmaras de Vereadores, de modo a reunir elementos mínimos necessários ao melhor entendimento da questão investigada. Também foi possível fazer um primeiro exame

das condições da limpeza urbana dessas cidades, bem como das áreas de disposição final dos resíduos sólidos existentes nos respectivos municípios.

Em 2016, foi realizada mais uma pesquisa de campo, quando se retornou aos órgãos citados, e foram coletados dados sobre a problemática dos resíduos sólidos e da limpeza urbana de Tefé e Coari. Aplicou-se formulários abertos aos secretários das secretarias citadas acima: 50 formulários foram aplicados para os agentes de limpeza em cada cidade; 10 para catadores; 120 para os moradores de Tefé; e 75 para os de Coari. Vale ressaltar que a metodologia utilizada foi aplicar 5 formulários por bairros, para assim se chegar a um quantitativo e qualitativo de respostas e resultados.

Para avaliar a problemática da limpeza urbana frente às políticas públicas, fez-se o levantamento documental de planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos, de limpeza urbana, de planos diretores e de documentos legislativos. Todos estes foram pesquisados nas instituições municipais e nos Portais da Transparência Pública. Para descrever a limpeza urbana, acompanhou-se os agentes de limpeza em suas diferentes atividades diárias e aplicou-se formulário tanto a eles, quanto aos catadores do lixão. Para avaliar os espaços públicos, foram aplicados formulários aos moradores para analisar a presença e a ausência de limpeza nos bairros das cidades e sua estética.

A delimitação geográfica da pesquisa reconhece a diferença entre Tefé e Coari quanto à população e à extensão, reduzidas com relação aos totais territoriais municipais. Segundo a metodologia do IBGE, a população residente na sede municipal (cidade) difere da categoria urbana, cuja situação do domicílio inclui aqueles em áreas urbanas isoladas, no entanto, isto não ocorre no caso das cidades em estudo, uma vez que os efetivos populacionais urbanos são nas sedes.

O primeiro capítulo consistiu em espacializar as discussões no contexto urbano, voltadas para a problemática dos resíduos sólidos em Tefé e Coari, assim como trouxe questões relacionadas ao consumo e analisou-se a dinâmica dos espaços públicos. Os resíduos sólidos urbanos são provenientes de atividades humanas. Isto se espacializa no urbano a partir da produção, do consumo, da destinação e da disposição final inadequada ou adequada do que pode ser chamado de lixo, detrito, resíduo e resto de natureza orgânica ou inorgânica. A partir disto, a geografia do lixo induz a analisar a problemática dos resíduos sólidos urbanos em suas diferentes dimensões, a partir de um contexto social, político, ambiental, econômico e

cultural. O fato é que essa nova roupagem geográfica é posta em discussão para entender os problemas e as soluções da sociedade na contemporaneidade historicamente determinada.

O segundo capítulo teve por objetivo avaliar a problemática da limpeza urbana frente às políticas públicas. Na tentativa de desenvolver este tópico com discussões aprofundadas e específicas a respeito de questões determinadas, iniciou-se fazendo uma discussão do higienismo e suas interfaces no Brasil. Esta discussão foi proposta para se compreender a origem da prática de higiene nos espaços públicos no século XIX, quando a família real chegou ao Brasil. Nesse sentido, foi a partir deste momento que ocorreram transformações na cidade. Com o decorrer dos anos, institucionalizou-se a limpeza urbana e o combate à poluição nas cidades.

A partir daí, fez-se necessário investigar questões como saneamento básico, leis e planos municipais, com intuito de explicar como os serviços de limpeza se desenvolveram a partir de leis e orçamentos públicos, ambos influentes na eficiência, na eficácia e na efetividade dos serviços.

No terceiro capítulo, descreveu-se os serviços de limpeza urbana em Tefé e Coari, assim como se adentrou no território dos trabalhadores da limpeza e dos catadores. A respeito da limpeza, descrevem-se as seguintes atividades: varrição, capinação, podagem, coleta de lixo, limpeza de feiras e mercados. Para finalizar, buscou-se trazer discussões sobre a invisibilidade social das pessoas que trabalham com o lixo e, a partir de gráficos, mostrou-se a percepção dos moradores de Coari e Tefé no que se refere à limpeza urbana.

CAPÍTULO 1

A ESPACIALIDADE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES DO MÉDIO SOLIMÕES

1.1 A Geografia do Lixo *versus* Geografia do Trabalho

A Geografia é a ciência que busca compreender a relação entre sociedade e natureza e suas inter-relações. Neste sentido, não se consegue analisar geograficamente separando os elementos destas relações. O homem é sujeito atuante no meio ambiente, altera-o, explora-o, a partir da força de trabalho, e a natureza dá-lhe subsídio para sobreviver. Esta dicotomia feita por estudiosos é imaginária, uma vez que é impossível separar homem e natureza.

A problemática ambiental é um reflexo do espaço produzido pelo homem, que é produto danificado pelo tempo, a partir de relações estabelecidas no cotidiano. Desse modo, a sociedade é o agente que produz o espaço, mesmo que tal produção seja desigual. Segundo Milton Santos, “Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as empresas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas”¹ (1986, p.8). Cada elemento deste produz uma parte do espaço que se totaliza.

O processo acelerado de mudanças ambientais só passou a chamar atenção mundial a partir dos anos setenta, com as conferências mundiais de Estocolmo (1972), Eco-92 (1992), Kyoto (1997), entre outras. A partir daí, as organizações, a sociedade e o poder público começaram a se interessar e sentir as consequências da poluição (CALDERONI, 2003). Essas preocupações iniciais não davam ênfase à temática do lixo, mas ao aquecimento global e a um possível buraco na camada de ozônio. Sendo assim, isto influenciou a formulação de estratégias com objetivo de minimizar os problemas ambientais.

Nesse momento, incorpora-se o discurso ambiental. O “desenvolvimento sustentável” tende a ser narrado como uma maneira de mascarar as riquezas e explorá-las em silêncio pelo capital. Arlete Moysés Rodrigues (2006) discute, em *Problemática Ambiental - Agenda política, espaço, território, classes sociais*, sobre essa ficção do real significado da expressão e faz críticas dizendo que é uma forma de ocultar as riquezas naturais, esconder conflitos e transformar as questões ambientais em agendas políticas. A mesma autora afirma que

¹ “*Los elementos Del espacio serían los siguientes: los hombres, las empresas, las instituciones, el llamado medio ecológico y las infraestructuras*” (Santos, 1986, p. 08). Texto traduzido para o português pela referida autora (2017).

“Implanta-se a ideia nas agendas 21 locais que a preservação, conservação dos recursos naturais poderá provocar a ‘inclusão’ social, em especial, com a coleta, separação dos resíduos sólidos recicláveis” (2006, p.6). No Brasil, as Agendas 21 locais vigoraram em 2003 (BRASIL, 2011), construídas a partir do modelo global, tratam-se de instrumentos que visam construir uma democracia participativa, e de fato há participação coletiva, porém, os instrumentos nos planos das agendas 21 locais não têm sido suficientes para elevar o padrão de sustentabilidade da gestão municipal, principalmente no que tange à gestão e ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

A rigor, a responsabilidade pelo manejo dos resíduos sólidos e pela limpeza urbana é da municipalidade, porém a Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) traz instrumentos de gestão compartilhada, isto quer dizer que não apenas a gestão municipal tem a obrigação, mas também a população. Não basta apenas jogar o lixo no lugar certo, é necessário a aplicação dos conceitos dos 3Rs² da sustentabilidade.

Produz-se lixo diariamente, desde simples atividades a mais complexas. Nota-se que a problemática do lixo vem se agravando paulatinamente, mesmo com políticas públicas sendo criadas e investimentos direcionados para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos. Isto porque não basta criar políticas públicas para minimizar os impactos causados pela geração, destinação e disposição inadequada do lixo, pois a produção de mercadoria e a produção de segunda natureza sejam responsabilidade do modo industrial de produzir, esta está simbolicamente deslocada para os indivíduos consumidores” (1998, p. 23-24). Sendo assim, a indústria desvia parte da culpa dos problemas ambientais para as pessoas e outra para a municipalidade.

A problemática do lixo não é apenas atual, mas histórica. Emílio Maciel Eigenheer (2009) afirma que na pré-história as pessoas já tinham noção que os dejetos precisavam ter destino ou dever-se-ia promover uma possível solução. Se antigamente já havia dificuldade em conviver com as coisas que cheiravam mal, imagine em pleno século XXI, com a alta produção e o consumo de produtos industrializados, bem como a destinação e a disposição inadequada.

O fato é que o lixo sempre foi visto como algo negativo, a própria palavra em latim *lix* (cinza) induz a este pensamento. Por muito tempo o lixo foi considerado como sujeira, coisas

² Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

inúteis, imundices, aquilo que não tem utilidade (PAULINO, 2009). Porém, na sociedade moderna a palavra lixo vem sendo substituída por resíduos sólidos, devido ao fato de que todos os objetos considerados inúteis têm destinação, podendo ser reutilizados, reciclados e comercializados. Ou seja, a recente tendência de dar novos usos ao que era lixo para uns aparece como solução para o que era tido como um problema.

Vive-se hoje em uma sociedade burocrática dominada à medida em que todo consumo é dirigido por uma classe (LEFEBVRE, 1991). Sendo a satisfação um elemento da sociedade do consumismo, quanto mais o homem moderno tem, mais parece querer. O que para muitos traz satisfação é a sensação de prestígio, mas para o meio ambiente isto aparenta puro malefício, em especial, quando políticas públicas não funcionam.

A partir dessas discussões, a Geografia do Lixo busca compreender a relação entre homem e resíduos sólidos. Acredita-se que o lixo, além de ter dimensão social, política econômica e ambiental, é também espacial. Segundo Fábio de Oliveira Neves e Ana Maria Muratori: “O significado do lixo enquanto objeto de estudo para a geografia ultrapassa, portanto, questões de degradação ambiental e inserem-se numa problemática que desvende a própria história da sociedade e da organização do espaço geográfico” (2009, p. 37).

Assim, a ação humana é o elemento principal para a organização do espaço geográfico, que se configura como homogêneo e contínuo (DOLLFUS, 1972). A construção deste espaço é histórica, o lixo faz parte dela, estando presente no cotidiano.

Pensar que o problema do lixo se cristalizou com o tempo, é refletir sobre as soluções que foram surgindo quando se agravou a situação. Pensar o lixo como algo ruim é redutor, pois quando é gerenciado de formas diferentes, torna-se luxo e rentável. O problema pode não ser o lixo, mas as pessoas, que o veem de forma negativa e não se preocupam em destinar e dispor adequadamente o que rejeitam.

A partir de um olhar geográfico, essa Geografia do Lixo analisa os espaços do lixo, do homem e as suas relações. É neste espaço de objetos (lixo) e ações (sociedade) que a problemática do lixo vai se maximizar ou minimizar, isso dependerá das políticas públicas. Vale ressaltar que só será espaço, se houver objetos e ações (SANTOS, 1988). A indissociabilidade, neste caso, implicaria pensar inclusive nas relações dialéticas entre estes elementos espaciais e, no mínimo, considerar as ações maléficas do lixo contra a saúde humana.

A geógrafa Arlete Moysés Rodrigues (1998), em seu trabalho intitulado *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana*, procurou mostrar a importância da categoria espaço para a análise da problemática ambiental. “Evidencia-se, assim, através da poluição, da destruição da natureza, que a natureza tem uma dimensão global. Que o espaço a ser considerado para problemática ambiental é o espaço mundial, pois a circulação atmosférica não tem fronteiras nacionais, nem locais” (1998, p. 19).

Nesse contexto, os problemas ambientais têm dimensões, causas e consequências globais. O espaço da poluição não se limita a localidades exclusivas, visto que ultrapassa barreiras geográficas. Assim, pensa-se que os problemas não são apenas locais, considerando que eles se expandem e se tornam mundiais. Há responsabilidades intermunicipais, interestaduais e internacionais. Portanto, possibilidades de conflitos territoriais envolvendo o problema do lixo.

Neste estudo, não só o espaço ganha enfoque, mas também o território e a paisagem. Estas três categorias da Geografia – espaço, território e paisagem – formam um rol para a compreensão da realidade (MOREIRA, 2013) e será a partir delas que a problemática da limpeza urbana irá ser entendida. Primeiro, porque é na paisagem construída (cidade) que o lixo e a limpeza podem se apresentar; segundo, pois existem pessoas que trabalham com lixo e se territorializam a partir da força de trabalho; terceiro, o espaço social é a própria sociedade em ação.

Espacializar discussões sobre o lixo urbano é tarefa do geógrafo também, que olha para a realidade e tenta explicá-la pelas categorias que o norteiam. Ao que parece, tem-se conseguido desmascarar a realidade a partir de um olhar geográfico, que se diferencia das demais áreas. Representar, a partir das categorias, é enveredar no espaço social (sociedade), território (relações de trabalho e relações de cidades) e paisagem (estética, embelezamento e infraestrutura urbanos), para chegar à explicação da geografia do lixo e geografia do trabalho.

A Geografia do Lixo busca explicar a problemática urbana de forma a destacar essas três categorias, porém não se limita a isso. Dentro desta perspectiva, a Geografia do Lixo e a Geografia do Trabalho conduziram as análises desta pesquisa. Propor essa ideia é dizer que a Geografia é ampla, é ciência, e guia o estudo da realidade cidade/urbano a partir de outras vertentes.

Sendo assim, “O espaço social é aquele espaço produzido socialmente, fruto de transformações e apropriação da natureza, ao passo que um lugar é um espaço dotado de significados, um espaço vivido” (Souza, 2013, p. 117). Neste espaço social, ocorre a produção do espaço e a reprodução da vida.

Henri Lefebvre afirma que “O espaço social é o da sociedade. O homem não vê senão palavras; cada “sujeito” se situa num espaço onde ele se reconhece ou então se perde, do qual ele usufrui ou modifica” (2006, p. 37). A sociedade cria e recria o espaço em multiplicidade e, a partir das ações, transforma-o.

Enfim, o espaço dá a dimensão do social, e este é produto de inter-relações (MASSEY, 2008). Se as relações não se estabelecerem, não haverá espaço e vice-versa, pois estas se formam no cotidiano, no espaço vivido, concebido e percebido. O espaço social é resultado das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, que se estabeleceram com o tempo na sociedade. É neste espaço que a atividade de limpeza vai acontecer, porém é na paisagem que a limpeza irá se materializar.

A paisagem, nesta pesquisa, está relacionada à estética da cidade, ao embelezamento dos espaços públicos e à forma das estruturas, ou à negação disto. As paisagens referidas são naturais e humanas, a construída pelo homem e a invisível (as relações). O Geógrafo Milton Santos (1988, p. 61) afirma que “Tudo aquilo que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”. Mas é necessário ir além do visível, pois se entende que a paisagem apresenta maneiras distintas, singulares, específicas, devendo-se avaliar esta imagem, pois sua forma pode estar em contestação ou em consentimento com seu conteúdo, por isso, é preciso analisá-la minuciosamente.

É nessa paisagem que a relação homem/natureza irá se estabelecer, e será seu conteúdo que a diferenciará de outras paisagens. “A paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com ela, por hábitos ou ideologia, “sugere” (Souza, 2013, p. 46). Por isso, a necessidade de ir além do que a paisagem apresenta, pois o conteúdo pode estar em oposição à imagem e somente a pesquisa de campo, aliada ao cruzamento de dados secundários, proporcionará entender o oculto.

Nessa perspectiva, ao adentrar no invisível da paisagem, percebe-se que existem relações de troca, trabalho e poder, pois existem pessoas que trabalham com o lixo na cidade.

Neste contexto, o território se vislumbra como um espaço delimitado a partir de relações de poder que se estabelecem em determinado lugar (SOUZA, 2013). Os trabalhadores irão se (des) territorializar a partir da força de trabalho em diferentes localidades da cidade.

Pensar nas relações de trabalho e na (re) configuração territorial em pleno século XXI, é refletir sobre as desigualdades sociais postas em evidência no cotidiano das pessoas que vendem a sua força de trabalho para o capital. Este estudo busca ir além da categoria trabalho como fundante do ser social e como elemento que dignifica o homem.

Essas discussões relacionadas à categoria trabalho não são novas, pois diversos autores como Karl Marx, em *O capital*, David Harvey, em *Condição pós moderna*, Milton Santos, em *Por uma outra Globalização*, entre outros, já vinculavam a globalização e a sociedade dita como pós-moderna ao trabalho humano. A partir da industrialização, o mundo do trabalho passou por diversas transformações, as mudanças se expandiram por todo território brasileiro de maneira desigual. A partir disso, houve intensa precarização do trabalho, exploração da mão de obra e destruição da natureza. Segundo Ricardo Antunes, “É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distingue-se de todas as formas não humanas” (2000, p.68). É a partir do homem e do seu trabalho que as cidades serão construídas e haverá consumo.

De acordo com Antônio Thomaz Júnior, “Até onde se sabe, Pierre George foi um dos pioneiros a representar em nome de uma pretensa Geografia do Trabalho um princípio analítico, no entanto, muito mais voltado às atividades de trabalho, ou no limite, uma Geografia do emprego” (2002, p.2). No Brasil, Thomaz Júnior tem se destacado pelas discussões na Geografia do Trabalho, buscando compreender a categoria dentro da perspectiva contemporânea e histórica do mundo do trabalho.

A Geografia do Trabalho procura entender as transformações socioespaciais e compreender esta categoria central em diferentes dimensões: econômicas, sociais, políticas e culturais. Neste enfoque, os agentes de limpeza e os catadores de lixo se apresentam como agentes produtores do espaço, que realizam um trabalho importante, porém pouco valorizado socialmente.

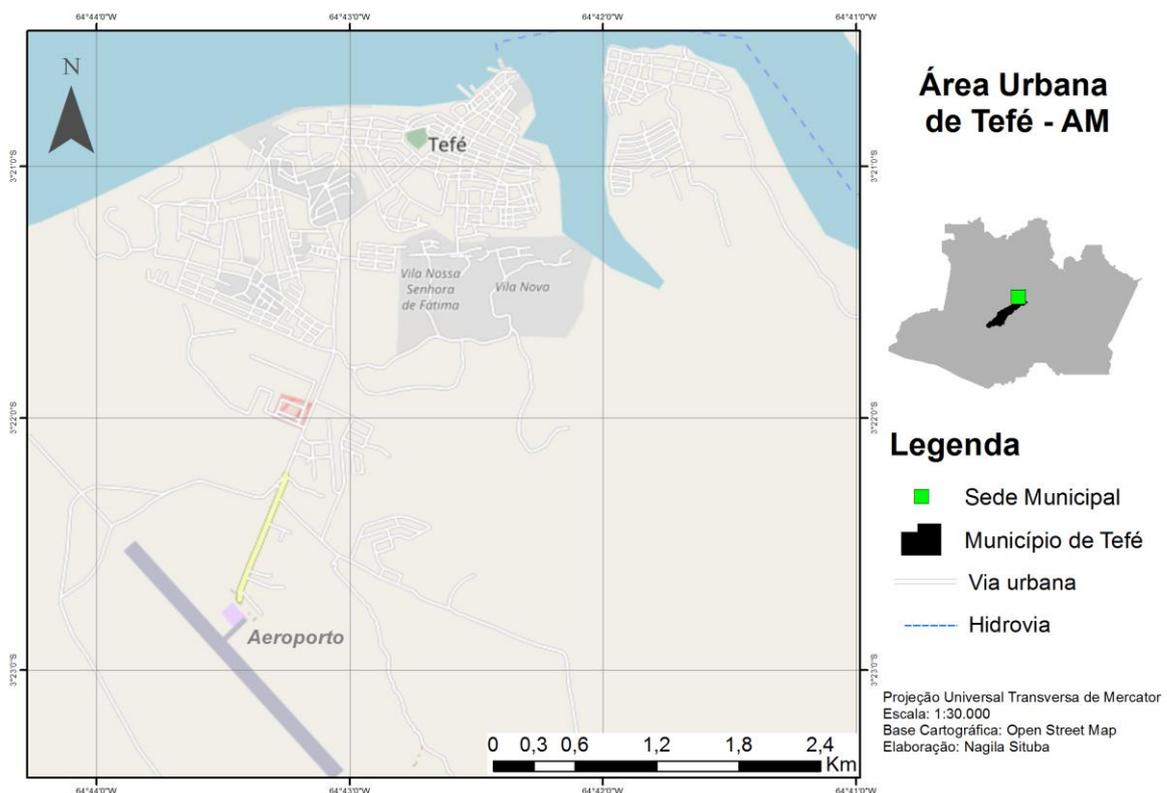
Portanto, avaliar a limpeza urbana a partir das três categorias especificadas (espaço, território e paisagem) é o objetivo deste estudo, que não se limita apenas a estudar as ações da municipalidade, mas o trabalho humano em Tefé e Coari.

1.2 A problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé

A cidade de Tefé se localiza na Região Norte, no estado do Amazonas. Segundo estimativa do IBGE (2016), o município possui 62.230 habitantes e um território de 23.732,619 km². Tefé está localizada na latitude 03°21'15" S e longitude 64°42'41" W. Desde a elevação à categoria de cidade, em 1855, a mesma vem transformando espaços rurais em urbanos.

O fato é que essas mudanças podem ser positivas ou negativas. Isto dependerá do planejamento municipal, dos investimentos públicos e da força ativa da sociedade (moradores, trabalhadores etc.). O mapa 1, a seguir, mostra a área urbana estudada. Por conseguinte, entende-se ser nesta área urbana que se desenvolve o serviço de limpeza urbana.

Mapa 1: Localização da área urbana de Tefé - Amazonas



Fonte: Google Maps
Elaboração: Nágila Situba - 2017

Neste mapa, é possível identificar o arruamento da cidade, a forma e as possíveis áreas de expansão. Espacializando a temática em questão, um dos maiores problemas que a cidade enfrenta é possuir uma infraestrutura urbana precária e não viabilizar corretamente o manejo de resíduos sólidos nem garantir limpeza urbana de qualidade. Tais questões se apresentam de

forma desconfortável para a população e precisam ser solucionadas. De alguma forma, esses problemas não são específicos de determinada localidade, pois, na contemporaneidade, assemelham-se a problemas de outras cidades.

Apesar da dificuldade em solucionar o problema do lixo, algumas medidas básicas são tomadas pelo poder público, porém não são suficientes para combater a sujeira. Isto significa que a condição de existência não se resume a ter um nível elevado de vida particular dentro de propriedades (residência e automóveis), mas a uma infraestrutura social capaz de possibilitar uma melhor condição de vida a todos. A questão também passa pelas contradições entre o estar fora e o estar dentro, entre o que os economistas chamam de exterioridades positivas e negativas, entre o que os discursos de poder consideram como público ou privado.

Apesar do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dos Planos Diretores (PD), do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) criados para o combate às condições de insalubridade urbana, para a destinação e a disposição adequada do lixo, em pleno século XXI, a cidade de Tefé não possui aterro sanitário e os resíduos sólidos dos 24 bairros são depositados em um lixão. Vale ressaltar que destes bairros, quatro possuem coleta inadequada, pois são separados dos demais bairros por igarapés.

Os bairros Nossa Senhora de Fátima, Vila Nova, Abial e Colônia Ventura são prejudicados pela infraestrutura urbana que possuem, pois suas ruas se encontram esburacadas, com asfalto gasto ou sem nenhum calçamento, outras ruas são tão estreitas que não permitem o acesso dos caminhões de lixo. As pessoas têm quatro opções, neste caso, jogar o lixo no igarapé, queimar, enterrar ou carregar até o outro lado do rio para a caçamba recolher. A coleta é difícil de realizar, mas a limpeza é feita com frequência. Ainda assim, esses são considerados os bairros menos servidos da cidade, do ponto de vista da limpeza urbana.

A ação de levar o lixo até o outro lado do rio e depositá-lo no caminhão de coleta é realizada por poucos moradores. No caso do bairro do Abial, os caminhões recolhem o lixo diário e, após esta atividade, depositam-no em um barquinho e levam-no até o porto da cidade (Centro), depois deste local, segue para o lixão. Esse é um processo árduo que será rompido quando se construir uma ponte que facilitará a ligação do bairro ao restante da cidade.

A limpeza urbana é uma responsabilidade municipal (IBGE, 2000). Sendo assim, em Tefé, este serviço é gerenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e se especializa a partir de diversas atividades como: varrição, capinação, roçagem, limpeza de feiras, praças, calçadas, praias, mercados e podagem de árvores. Tais serviços têm como objetivo minimizar a insalubridade ambiental, melhorando a qualidade dos espaços e logradouros públicos.

Atualmente, a cidade de Tefé destina seu lixo em um depósito denominado lixão, que se localiza na estrada da agrovila (16 km) (SILVA, OLIVEIRA e SCHOR, 2008) e fica aproximadamente a 5 km da área urbana. O lixão é uma forma inadequada (do ponto de vista dos parâmetros técnicos da ABNT/NBR 08849 que trata de condições para apresentações de projetos de aterros controlados, e da NBR 08419 que trata de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos, e outras NBRs) de destinar o lixo e atrai muitos pássaros, por isso, algumas vezes, o Ministério Público Federal paralisou as atividades do aeroporto em Tefé, devido à proximidade do local com o aeródromo e por ser uma cidade sujeita ao risco aviário.

De acordo com o relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em 2014, foi realizada uma avaliação técnica da área para implantação do aterro sanitário em Tefé. Caberia apenas ao município construir o aterro sanitário. Mesmo com a avaliação feita, a realidade continua a mesma em Tefé, os resíduos sólidos urbanos continuam tendo destinos e disposição inadequados. A tabela 1 mostra o destino do lixo em Tefé e Coari de diferentes maneiras, tanto na área urbana quanto na rural.

Tabela 1: Manejo do lixo em Coari e Tefé por domicílio

Manejo	Coari			Tefé		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Coletado	9.140	9.010	130	8.329	8.306	23
Coletado por serviço de limpeza	8.071	7.979	92	7.677	7.656	21
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	1.069	1.031	38	652	650	2
Queimado (na propriedade)	5.256	1.138	4.118	3.608	1.580	2.028
Enterrado (na propriedade)	189	6	183	58	14	44
Jogado em terreno baldio ou logradouro	215	141	74	83	57	26
Jogado em rio e lago	205	71	134	44	31	13
Outro destino	146	16	130	43	12	31

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)
Organização: Nágila Situba – 2017

Comparando as duas cidades, percebe-se que na área urbana a maior parte dos resíduos são coletados pelo serviço de limpeza, mas o que chama atenção é o número de domicílios que queimam o lixo, principalmente na área rural. Isso mostra que os camponeses ainda não deixaram o hábito de dar este tipo de tratamento ao lixo.

Os dados indicam uma quantidade significativa de domicílios que queimam o lixo na área urbana. Justifica-se esta prática pela falta de infraestrutura urbana e de acessibilidade dos moradores à caçamba coletora de resíduos.

Segundo Pólita Gonçalves, o “Lançamento a céu aberto é uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos, na qual estes são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medida de proteção ao meio ambiente ou a saúde pública” (2003, p.23). Neste sentido, embora a maior parte dos municípios do Amazonas disponha de coleta diária, a disposição ainda é inadequada, pois além de prejudicar o solo, também contamina os igarapés nas proximidades.

A área urbana é prioridade nos serviços de coleta, e é a municipalidade que viabiliza a atividade; já na área rural ainda prevalece a prática de queimar, jogar no rio e enterrar. Vale ressaltar que, atualmente, as vilas pertencentes à Tefé e à Coari fazem coleta de lixo, isto significa que a modernidade chegou ao campo, modificando os hábitos e os costumes em práticas urbanas.

Sendo assim, a falta de infraestrutura urbana também intensifica a problemática do lixo, neste contexto, contrapõe-se à problemática do crescimento populacional. Acredita-se que havendo aplicabilidade de políticas públicas, a cidade fará um gerenciamento e tratamento adequados dos resíduos, e o crescimento será consequência.

É de senso comum colocar a culpa no crescimento populacional para não solucionar o problema do lixo. Isto não pode ser uma barreira para não resolver o problema, pois as esferas municipais recebem investimentos do governo federal e de outras entidades, cabendo às esferas públicas executar as obrigações legais que lhes competem.

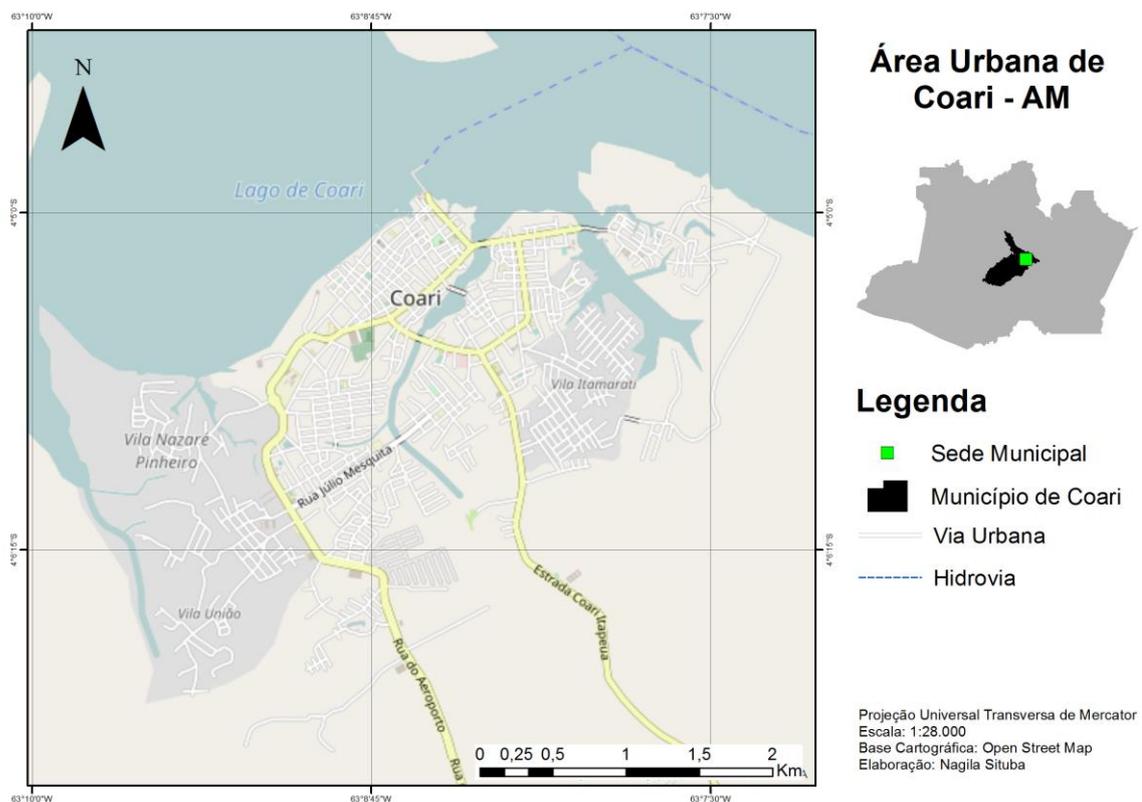
Portanto, vislumbra-se a ideia de que a questão do lixo não é apenas social, mas cultural, econômica, política e ambiental. Isto implica reconhecer que, ainda que os órgãos públicos executem a atividade de limpeza, os moradores continuam poluindo espaços e logradouros públicos.

1.3 A problemática dos resíduos sólidos urbanos em Coari

É necessário compreender que, assim como Tefé, a cidade de Coari também possui especificidades com relação à questão do lixo, por isso, foi a localidade escolhida para se realizar este estudo comparativo. Estudar as duas cidades significa dizer que existem especificidades, proximidades, diferenças e semelhanças na quantidade da população urbana, entre outros aspectos que chamam a atenção.

A cidade de Coari se localiza no rio Solimões, entre o lago do Mamiá e o lago de Coari, e foi elevada a categoria de cidade em 1932. Desde o seu surgimento, a área territorial pertencia ao distrito sede de Tefé. Segundo dados do IBGE (2016), a população total de Coari é de 83.929 habitantes, com uma área territorial de 57.976,069 km², localização 4° 06' 22'' latitude Sul e 63° 03' 21'' longitude Oeste de Greenwich. A área urbana é dividida em 15 bairros e em todos os bairros é feito o serviço de limpeza. O Mapa 2 apresenta a área urbana de Coari.

Mapa 2: Localização da Área Urbana de Coari – Amazonas



Fonte: Google Maps
Elaboração: Nágila Situba - 2017

É na sede municipal que é desenvolvido o serviço de limpeza urbana, mas existem espaços considerados em transição, o que pode ser entendido como rural onde os agentes de limpeza atuam. A prioridade, todavia, é manter a área urbana limpa. Nesta cidade, a limpeza urbana se caracteriza como um serviço sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SELIMP) e todos os investimentos advêm da Secretaria Municipal de Obra (SEMOB). O serviço de limpeza urbana em Coari possui as seguintes atividades: varrição, capinação (mecânica), limpeza de praças, praias, mercados, feiras, jardins, calçadas e podagem de árvores.

Assim como Tefé, Coari tem um bairro que é separado do restante da cidade por um igarapé, mas diferentemente da outra cidade, nesta é feita a coleta do lixo, com menos frequência se comparado com os demais bairros. Recentemente foi construída e inaugurada (2016) a ponte que interliga o bairro Pêra ao restante da cidade. Isso tem viabilizado a coleta dos resíduos domiciliares e a limpeza no bairro, porém não abrange todos os moradores, pois o local tem áreas de difícil acesso que dificultam a entrada da caçamba coletora e dos agentes de limpeza.

No decorrer dos anos, a cidade de Coari cresceu e expandiu o seu tecido urbano. Este aumento populacional se deu a partir de 2005, quando as empresas ligadas à indústria de petróleo e gás dinamizaram a economia do município, que também recebe *royalties*, ou seja, receitas orçamentárias adicionais se comparadas ao que Tefé recebe anualmente. Patrícia Kalinca Alves Rodrigues acrescenta que “os serviços não acompanharam a demanda do crescimento populacional do Município” (2013, p. 38).

Coari, especificamente no rio Urucu, destaca-se por produzir petróleo e gás natural. A instalação das empresas petrolíferas no município foi o ponto de partida para as transformações na área urbana e na área rural, principalmente no que se refere à infraestrutura das localidades.

As cidades amazonenses estão ampliando a área urbana, mas não estão crescendo o suficiente em infraestrutura, visto que nelas é visível a desigualdade social e a pobreza nas áreas periféricas. Por este motivo, é importante para a geografia urbana o estudo de como nasceu e cresceu a cidade (MONBERG, 1957). É a partir desse crescimento que o espaço vai se produzir e reproduzir. Somente o crescimento populacional efetivo não garante a melhoria das condições de infraestrutura urbana, uma vez que isto dependerá da gestão municipal e das

políticas públicas. De todo modo, é preciso mostrar a dinâmica demográfica de Tefé e Coari (Tabela 2).

Tabela 2: População residente por situação do domicílio - Características Gerais da População

Município	Situação do domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Coari – AM	Total	27.636	42.609	38.678	67.096	75.965
	Urbana	8.878	14.805	21.081	39.504	49.651
	Rural	18.758	27.804	17.597	27.592	26.314
Tefé – AM	Total	19.173	30.736	53.970	64.457	61.453
	Urbana	7.822	15.797	39.057	47.698	50.069
	Rural	11.351	14.939	14.913	16.759	11.384

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010
Organização: Paola Verri Santana - 2017

A Tabela 2 mostra o crescimento demográfico de Tefé e Coari ao longo dos anos. Percebe-se o quanto a população urbana superou a rural ao longo de poucas décadas. Esse crescimento está atrelado à dinâmica das cidades e às suas funcionalidades na rede urbana. O crescimento populacional na área urbana é o principal aspecto do processo de urbanização e, apesar do suposto dinamismo proveniente da economia do petróleo, o crescimento de Coari pareceu seguir semelhante movimento observado em Tefé.

Apesar dos investimentos de empresas petrolíferas em Coari, a pesquisa tem mostrado, por meio das reivindicações dos moradores, que não se tem conseguido distribuí-los uniformemente, visto que em alguns bairros existe infraestrutura e em outros não. Além disso, a cidade apresenta muitos problemas urbanos como: moradia, transporte, educação, saúde, urbanismo, limpeza e segurança. Todas estas questões estão visíveis e invisíveis no urbano. A urbanização se manifesta numa velocidade que torna fácil a observação de áreas de expansão mais desprovidas dos diversos serviços urbanos. A leitura do Mapa 2 revela muito barro, solo nu, onde novos bairros vão surgindo.

Em ambas as cidades, o serviço de limpeza urbana acontece diariamente, porém em alguns bairros com intervalos de 2 (dois) a 3 (três) dias ou ainda com periodicidade quinzenal, mensal ou ausente. Tal frequência nos revela um sistema de limpeza urbana caro e ineficiente. Aqui vale lembrar que cidade limpa não é a que mais se varre, e sim a que menos se suja.

Vale lembrar que diferente de Tefé, essa cidade possui um aterro sanitário. Todavia, nunca foi operacionalizado. Desde sua inauguração (2007), nunca funcionou e todo o lixo da

cidade vai para o lixão, ambos situados na estrada de Coari/Itapeuá, a aproximadamente 500 metros do Aterro Sanitário.

1.4 Produção e consumo no espaço urbano

Os atos de consumir e descartar são diários e velozes, sempre haverá um novo objeto a ser produzido e consumido. Neste sentido, para satisfazer seus desejos, as pessoas se sujeitam a mudanças (LEFEBVRE, 1991). Esse ato de consumir é perceptível e material a partir do momento em que o indivíduo adquire a mercadoria (MARX, 1996). Henri Lefebvre (1991) definiu este processo como “obsolescência programada”, Zygmunt Bauman (2008) como “obsolescência embutida” e Philippe Pomie Layrargues (2005) como “obsolescência perceptiva”, pois a todo instante se criam mercadorias e novos desejos impulsivos são transformados em necessidade.

Portanto, quanto mais alto for o consumismo, maior será a quantidade de resíduos sólidos removidos no urbano. “A maioria dos bens valiosos perde seu brilho e sua atração com rapidez, e se houver atraso eles podem se tornar adequados apenas para depósito de lixo, antes mesmo de terem sido desfrutados” (Bauman, 2008, p.45). É o que acontece com os aparelhos tecnológicos que possuem alta popularidade e consumo, mas caso não sejam lançados ao mercado com rapidez há riscos de não serem vendidos, uma vez que a todo instante há uma coisa nova e com mais funções sendo publicizada.

Essa discussão é trazida para este estudo não porque há um alto consumismo nas cidades pesquisadas, mas porque este tem influenciado em significativa proporção, se comparado a outras cidades brasileiras, a geração de resíduos sólidos urbanos.

O consumismo capitalista percorre as cidades médias e pequenas da Amazônia em passos curtos, porém, em metrópoles, um dos indutores dos problemas ambientais e sociais tem sido o consumismo e a falta de políticas públicas para o gerenciamento do lixo. O consumo atual é uma contraposição aos tradicionais, onde o homem não degradava a natureza, mas tinha ela como meio de subsistência.

Nessa sociedade capitalista, o objetivo é que o indivíduo sinta a felicidade no ato de consumir. “E a felicidade, como todos devem concordar, precisa ser paga” (Bauman, 2008, p. 52). Este pagamento não custa barato, já que para ter qualidade no ato de consumir é preciso possuir condições financeiras.

De acordo com o mesmo autor, “Os sentimentos de felicidade ou sua ausência derivam de esperanças e expectativas, como de hábitos aprendidos, e tudo isso tende a diferir de um ambiente social para outro” (Bauman, 2008, p. 59). Este anseio vai variar de pessoa para pessoa à medida em que as expectativas serão criadas quando promessas de conquistas forem narradas.

Outro aspecto relevante a se discutir é o lugar onde ocorre esse consumo, o que autores como Henri Lefebvre (1991) e Jean Baudrillard (1995) definem como a vida cotidiana. É no cotidiano que o consumo e as relações irão se estabelecer. Nas palavras de Baudrillard, “Chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida [...] o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado” (1995, p.19).

Nesse contexto, não se consegue viver sem consumir, as necessidades e não necessidades obrigam tal prática. O fato é que a sociedade vivida é a do consumo, isto se tornou cultural e determinado historicamente. Nesta sociedade, duas ideologias estarão entrelaçadas, o consumo e a publicidade. Estes se fundamentam no imaginário das coisas.

A publicidade não fornece apenas uma ideologia do consumo; uma representação do “eu” consumidor, que se satisfaz como consumidor, que se realiza em ato e coincide com sua imagem (ou seu ideal). Ela se baseia também na existência do imaginário das coisas (Lefebvre, 1991, p.100).

Há quem pense que o consumo tem sua gênese no imaginário, e que logo após ele se materializa. Por trás desta ideia, está a contradição entre desejo e necessidade, o que Marx, em *O Capital*, escreve estar relacionado à realização dos valores de uso que se refere à duplicidade: a do estômago e/ou da fantasia. Todo esse processo se dá pela publicidade das coisas, é pensar no moderno *versus* modernidade, novo *versus* velho. Nesse caso, os objetos do moderno como celulares, computadores, motocicletas seriam responsáveis por certa urbanidade. Mas qual urbanidade haverá em cidades onde predomina a ausência de limpeza urbana? Esses elementos dão concretude às diferentes formas de consumo e modernidade, entretanto, ainda não são suficientes para a homogeneidade da vida urbana. A construção social é orientada pela lógica de reprodução da acumulação do capital na qual a tendência é induzir o consumo e o consumismo.

Para Rodrigues, “O moderno envelhece rápido porque esgota rapidamente ‘fontes’ que o criam. O período moderno se caracteriza pelo predomínio da metáfora temporal que

obscurece a metáfora espacial” (1998, p. 3). Este processo induz as pessoas a quererem sempre algo “novo”, porém diferente dos objetos artesanais (duráveis). Na sociedade dita moderna, os produtos são frágeis e têm pouca garantia. Esta é uma estratégia criada pelo capital para a obtenção de lucros. A mesma autora denomina esta sociedade como a do descartável, o que é novo hoje, amanhã se tornará velho. “Desde a Revolução Industrial – advento do período moderno – podemos denominar a produção em destrutivo ou em criação destruidora em ritmos cada vez mais avassaladores” (Rodrigues, 2001, p. 4). Este procedimento é contínuo e se intensificou com a Revolução Industrial, porém não se acredita que o consumo tenha como ponto de partida tal acontecimento.

Existe uma dinâmica espacial e temporal de consumo. Quanto mais materiais descartáveis são produzidos em menor tempo, mais rápido será o retorno para a reprodução do capital. Isto posto, algumas empresas poluidoras não estão preocupadas com os problemas ambientais causados por indústrias, mas com o lucro. Contudo, quando políticas punitivas passam a vigorar, empresas começam a construir a imagem de responsabilidade social e ambiental de modo a aplicar cuidados mínimos exigidos por normas técnicas e certificações corporativas, por exemplo.

Para determinadas indústrias, lixo é dinheiro, por isto os resíduos sólidos gerados pela população e outras indústrias têm ampliado a transformação da matéria prima. O caso da reciclagem do alumínio, quando latinhas de refrigerante são transformadas em um novo produto, é exemplar, como se tudo que fosse velho se tornasse novo e tivesse que ser reciclado, até os problemas. Isto não é algo ruim, mas bom, visto que é necessário destinar e dispor adequadamente os produtos de pós-consumo.

A cidade surgiu antes da industrialização. A questão industrial foi o ponto de partida para a ocorrência de transformações sociais em cidades, não necessariamente todas, pois muitas cidades passaram pelo processo de urbanização sem a industrialização (LEFEBVRE, 2001). A partir do capitalismo e da modernidade, os modos de vida na cidade passaram a ganhar urbanidade, ocorrendo transformações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas.

Desse modo, a indústria se fortalece com a produção de mercadorias, com o consumo em massa e o lucro exorbitante. Porém, depois que ocorre o consumo, há indústrias que se preocupam (Análise do Ciclo de Vida – ACV, Logística Reversa etc.) e outras não com o pós-

consumo, ou o produto volta para o meio ambiente e o degrada ou se torna matéria prima. Por trás destas observações, é preciso entender os processos de reestruturação da divisão social e territorial do trabalho. Quais sujeitos e espaços são responsáveis pelos diferentes momentos da produção, do consumo e do que está sendo chamado de pós-consumo? O que acontece depois do consumo no Amazonas foi questão estudada por Fernanda Cidade (2015) ao desvendar a rede de comercialização dos materiais recicláveis. No mínimo, há que se explicitar que numa cidade pode haver a figura dos sucateiros e catadores, enquanto outra concentra a comercialização disso em maior escala.

Falar de consumo é enveredar por caminhos de complexas discussões e compreensão. Ao consumir algo, não quer dizer que ele seja apenas material, pois pode ser também imaginário, real, metafórico, como a felicidade pela satisfação de desejos e/ou necessidades (LEFEBVRE, 1991). O ato de consumir é constante, uma vez que esta ação é imposta às pessoas (BAUMAN, 2008).

Nesse sentido, as pessoas têm o sentimento de estar sempre incompletas e que, de alguma forma, precisam preencher este vazio. O desejo leva às pessoas ao consumismo, caracterizado como supérfluo, individual, coletivo e destruidor.

Lívia Barbosa, na obra *Sociedade do Consumo*, faz discussões sobre as mudanças no consumo e aponta duas: “A passagem do consumo familiar para o consumo individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda” (2010, p. 19). A primeira diz a respeito à transformação do ato coletivo de consumir, e a segunda articula os objetos que eram passados de geração em geração, que tinham durabilidade, porém hoje não têm a mesma prática, pois a moda predomina.

A autora traz ainda a ideia de sociedade e cultura. Desse modo, duas vertentes são colocadas em questão: a de autores que pensam a cultura do consumo como a cultura da sociedade pós-moderna e a de outros que não levam em consideração esse tipo de discussão.

“Todos somos consumidores. Desde que alguém tenha dinheiro para adquirir o bem desejado não há nada que o impeça de fazê-lo” (Barbosa, 2010, p. 22). Na sociedade capitalista, a mercadoria tem valor, e o indivíduo possui escolha. “A maioria daquilo que consumimos está sob a forma de mercadoria” (Barbosa, 2010, p. 32). A mercadoria foi feita para ser substituída e descartada esporadicamente (BAUMAN, 2008), e consumida individualmente, como aponta Livia Barbosa (2010).

Este consumir individualmente tem em contrapartida o “eu”, assim como também pode ser seus *álisis* (LEFEBVRE, 1991). O último induz o indivíduo a fazer ou comprar algo para satisfazer um desejo. Neste sentido, consumir é preciso, mas deseja-se que esta ação seja sustentável.

Então, o produzir é pensado de forma coletiva e o consumir de maneira individual. Isto porque no primeiro se produz mercadorias em grande quantidade e com pouca qualidade; enquanto no segundo o ato de consumir vai depender da necessidade e do desejo.

Por outro lado, a ideia de colocar a culpa pelos problemas ambientais na população é uma prática que vem sendo feita como estratégia do sistema capitalista para se invisibilizar. “A solução é fetichar a culpa nos consumidores” (Rodrigues, 2001, p. 5). É como se as pessoas fossem as principais responsáveis pelos problemas e, ontologicamente, são, pois não existe problema que surja a partir de geração espontânea. Acredita-se que os principais causadores dos impactos ambientais são as pessoas e as mercadorias produzidas pela indústria. De acordo com Rodrigues:

Responsabilizar o “consumidor” é uma forma de “preservar” o ideário de que quem produz é o capital e não o trabalho e que o capital é responsável pela riqueza e não pela pobreza ou destruição da natureza. Impede, também, que se analisem, corretamente, as diversas propostas contidas no *princípio poluidor/pagador* (1998, p. 24).

A discussão feita pela autora coloca em evidência as táticas do sistema capitalista, como forma de escapar dos problemas causados pela lógica da reprodução do capital. É como se a pobreza fosse um problema gerado pelas pessoas, mas não é isso, o que vai gerar tal desigualdade é a divisão de classes, é a detenção do poder nas mãos de poucos.

O sistema capitalista produz estratégias para aumentar a quantidade e a velocidade das vendas, ou seja, induzir a prática e a ideia de consumo, que é algo banalizado pelo marketing (BAUMAN, 2008). Em cidades pequenas, o consumo vem crescendo, mas ainda se consegue perceber um mercado mais fraco em relação à transformação da força de trabalho em mercadoria. De acordo com Baudrillard, “Da mesma maneira que a sociedade da Idade Média se equilibrava em Deus e no diabo, assim a nossa se equilibra no consumo e na sua denúncia” (1995, p. 12). Esta é uma forma de dizer que a sociedade está pautada no consumo e no consumismo.

Em Tefé e Coari, pode-se visualizar esse consumo por meio da quantidade de lixo que é coletado. Diante dos dados e comparando as duas cidades, Tefé produz 50 t/dia de lixo e Coari 30 t/dia (IBGE, 2000 e 2008). Isto pode estar relacionado ao aumento populacional ou à falta de aplicabilidade das políticas públicas de saneamento em ambas as cidades. Esses resíduos são provenientes da limpeza urbana, dos domicílios, dos comércios, dos hospitais, da construção civil, entre outros locais. No caso das cidades em estudo, o problema não é o consumo, mas a falta de infraestrutura urbana.

Outro fator que contribui com o aumento na geração de resíduos sólidos é o desperdício. Como aponta Jean Baudrillard, “Sabe-se muito bem como a abundância das sociedades ricas está associada com o desperdício, já que foi possível falar de civilização dos caixotes do lixo e encarar hipóteses de falar uma sociologia do caixote de lixo” (1995, p. 38).

As pessoas compram tanto que acabam desperdiçando os objetos com velocidade. O que é desperdiçado tem destino, os depósitos de lixo, que nem sempre são adequados. Entretanto, a burguesia é a que mais exagera na ação, que detém os modos de produção e tem o poder de trocar o velho pelo novo constantemente. Milton Santos (2001) discute esse processo desigual, como duas globalizações: a do rico e a do pobre. O pobre dorme pensando no que comer, e o rico na maneira como obter mais poder. De acordo com Rodrigues:

Cabe ressaltar que as montanhas de sucatas, de lixo, os rios poluídos, a devastação das matas, significam a vitória do modo de produção de mercadoria, com todos os seus elementos constitutivos. Há uma face oculta de parte das análises que consideram que é a ausência de tecnologia, de desenvolvimento que ocasiona os problemas ambientais (2001, p. 12).

É como se o modo de produção fizesse o seu papel ou o seu dever de produzir mercadorias para a população consumir. De fato, essa globalização destrói a natureza e principalmente o cotidiano. Ao que parece, a ausência de tecnologia se tornou a desculpa para tantos problemas ambientais, o que não é verdade. A tecnologia é uma ferramenta que contribui para a reprodução do capital e, uma vez usada de forma correta, pode atribuir qualidade de vida para as pessoas, melhorar o serviço de limpeza urbana e ajudar na infraestrutura dos espaços e logradouros públicos.

1.5 A espacialidade dos espaços públicos e os resíduos sólidos urbanos

Os espaços públicos são lugares propícios para o tráfego, a vivência e/ou o lazer. Mas que põem em primeiro plano um lugar para a recreação, para o passeio, o encontro de amigos, entre outros. Nesse sentido, ruas, praças, praias, calçadas, mercados, feiras, jardins, entre outros, são considerados espaços públicos para o estabelecimento de relações e para o uso de todos. De acordo com o filósofo Jurgen Habermas (2014), estes espaços são lugares de acessibilidade a todos e espaços onde se exerce a democracia.

Ana Fani Alessandri Carlos sustenta que “O espaço público é o lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade, sem qual o discurso e a ação, como momento de decisão em conjunto, não seria possível” (2014, p.475). Os espaços públicos dão vida à cidade, pois é onde as relações sociais acontecem, é neles que o corpo se manifesta. Porém, por falta de manutenção, estes espaços se encontram depredados, em situações decadentes, por isto cabe às pessoas enfrentarem o desafio de utilizá-los. A sujeira, a falta de segurança e a ausência de infraestrutura urbana são aspectos que induzem a população a não vivenciar o local, apesar da necessidade de usá-lo.

De acordo com Angelo Serpa (2007), o que está acontecendo nos espaços públicos é um processo criado pelo capital, que modificou o cotidiano na cidade. As pessoas preferem estar em espaços privados do que em espaços públicos. Quanto mais o capitalismo se reproduz, mais prevalece o poder de compra, heterogeneizando os espaços e intensificando o processo de descentralização da cidade; isto faz com que as pessoas migrem para subúrbios, favelas, entre outros, e a classe dominante tenha o poder sobre determinado lugar.

Supõe-se que os espaços públicos se apresentam na paisagem de maneira desigual, dependendo do lugar terão cores, estruturas e imagens diferentes. Tudo isso, está intimamente relacionado às políticas públicas criadas pela municipalidade. Cabe à gestão municipal a aplicabilidade de quatro serviços importantes para a manutenção de tais espaços: limpeza, arborização, iluminação e segurança; com isto, eles estarão em boas condições de uso. Em resumo, o problema vai do urbano ao político e vice-versa (ABRAHÃO, 2008).

As políticas públicas devem ser aplicadas na cidade, pois é onde as relações irão se estabelecer. Nela, segundo Henri Lefebvre (2006), o espaço é vivido, concebido e percebido.

A cidade tem vida. Ela vive dentro de cada um de nós, assim como os espaços e logradouros públicos. Isto posto, destaca-se a importância das calçadas, que representam muito mais que uma alternativa de tráfego, mas o coração de uma cidade ou um degrau para a cidadania. Para Sandra Lencioni (2008), conceituar cidade é de extrema importância, por mais que hajam generalizações, já que o conceito abrange desde cidades pequenas àquelas que, como as metrópoles, são ocupadas por milhões de pessoas.

As cidades não são iguais porque possuem especificidades que as diferenciam. Neste intuito, para entender as mudanças ocorridas no espaço, torna-se necessário considerar o tempo, que determina a vida cotidiana no sistema capitalista (HARVEY, 2001). Deve-se também estar atento a ele, caso se queira ser responsável pela cidade que estiver sendo construída (HARVEY, 2014).

As alterações no cotidiano apontam para o esvaziamento dos espaços públicos. Vislumbra-se que sem isto é impossível exercer a democracia, exigir o direito à cidadania e ter o direito à cidade. Henri Lefebvre (2001) afirma que este direito é para além das necessidades individuais e coletivas, que vão do material ao imaterial, é direito à transformação social, à liberdade e à mudança no espaço social. Mas será que todos têm direito à cidade? Todos têm direito aos espaços públicos de fato? Em que medida o urbanismo se torna apenas uma ideologia? Para Ana Fani Alessandri Carlos, deve-se entender além do direito à cidade, o direito à paisagem:

Então, desloca-se a questão da compreensão da cidade para a questão da gestão da cidade. Esse deslocamento faz coincidir a crise da cidade com a que nós estamos vivendo, que é, em essência, uma crise social. Então, faz coincidir a crise da cidade com falta de planejamento. Nessa dimensão, a forma da cidade é imediatamente seu conteúdo. E assim a cidade vista enquanto quadro físico requer ordenamento; nessa direção, dois exemplos são significativos: o plano diretor da cidade traz a ideia do direito à paisagem. O direito à paisagem produz o deslocamento daquilo que, do plano fenomênico, é da essência da vida (2010, p. 26).

O Plano Diretor (PD) é um instrumento de planejamento, de gestão dos municípios e das prefeituras, que devem estar ajustados ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001, defende o planejamento participativo). Este instrumento da política urbana é essencial para organizar a paisagem urbana de uma cidade. De acordo com Cellene Tonella:

A implementação de uma política urbana vigorosa depende de uma quantidade expressiva de recursos públicos e de diretrizes da política pública estruturada e com continuidades ao longo do tempo. A eficácia da política não se estabelece apenas no interior do aparato estatal, mas na interseção de interesses e projetos com a sociedade civil (2013, p. 1).

Além disto, as organizações e os movimentos sociais contribuem para promulgação de uma política urbana bem estruturada. O objetivo principal desta política é ordenar o desenvolvimento social e garantir o bem-estar a todos. A partir dessa política, os espaços públicos são construídos e, conseqüentemente, reproduzem a vida e suas relações.

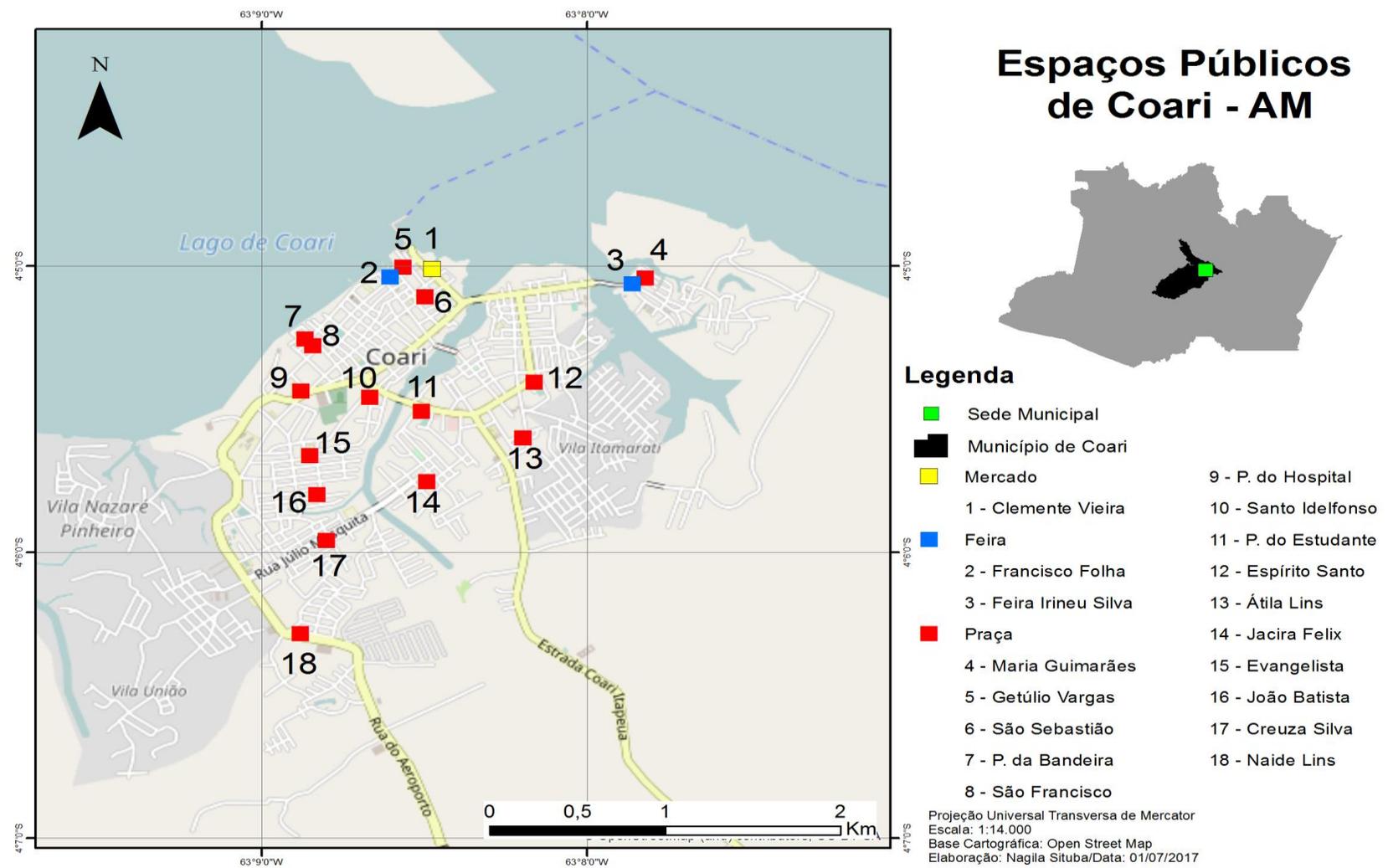
Os espaços públicos se definem como espaços de troca de ideias, debates e relações (ABRAHÃO, 2008). Tais lugares reúnem tudo o que está separado na cidade, principalmente as pessoas. Em Coari, os espaços públicos se espacializam de modo a estarem em quase todo o território urbano (Mapa 3), principalmente as praças. Observa-se que há a preocupação em construir espaços livres para a população, porém há a necessidade de potencializar os investimentos municipais, construindo espaços mais culturais e verdes.

As praças fazem parte da história das cidades. No período colonial, as praças já exerciam um papel importante, pois era a partir delas que se dava o arruamento das cidades. A praça como centro da cidade “[...] Servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça” (Holanda, 1987, p.65). Na contemporaneidade, as cidades do Amazonas possuem uma praça central em frente à igreja, que fica posicionada em frente ao rio e é o ponto de partida para o arruamento da cidade.

Falar de praças requer viajar no passado para entender o presente. Pensar que as praças foram construídas para proporcionar lazer e entretenimento não é o suficiente para perceber a sua continuidade e descontinuidade. Na praça, há produção e reprodução da vida.

É bem verdade que praças e ruas são lugares utilizados para reivindicar os problemas urbanos e propor soluções. Em Coari, é perceptível o uso destes espaços pela população no momento de reivindicações por melhorias na cidade. Carlos afirma que as manifestações apontam “A deterioração, cerceamento e rediminuição dos espaços públicos, trazendo como consequência o estreitamento da esfera pública” (2014, p. 481). Desse modo, se evidencia em Tefé e Coari a depredação desses espaços pelas pessoas e a falta de manutenção pelo poder público.

Mapa 3: Localização dos Espaços Públicos de Coari - Amazonas



Fonte: Google Maps/Pesquisa de campo - 2016
Elaboração: Nágila Situba - 2017

As praças em Coari representam muito mais do que obras realizadas pelo poder público, mas também o mover das pessoas no espaço concreto; a feira se caracteriza como lugar para a sociabilidade humana e a atividade econômica da cidade; e os mercados como locais onde o indivíduo comprará o alimento principal para a sua alimentação, entre outras coisas que necessite.

Diante dessas reflexões, esses espaços devem estar sempre limpos e ter qualidade ambiental/social para serem frequentados. Uma das formas de alcançar esta higienização é por meio do trabalho dos agentes de limpeza, dos catadores e da própria população. Dessa forma, pode-se aferir que os espaços públicos identificados em Coari apresentam diversos problemas com relação à qualidade ambiental, estrutural e social.

Diante dos fatos, Coari possui um número significativo de praças que se materializam e se espacializam pelos bairros da cidade. Tal realidade poderia evidenciar a presença de um grande contingente de pessoas nesses espaços públicos, porém é o inverso, devido à sua forma e à sua estrutura (não arborização e violência). Sendo estes os condicionantes principais, o fato é que se percebeu a ausência de pessoas em lugares para um encontro. A distribuição das praças no espaço urbano de Coari tem a finalidade de dar acesso às pessoas de bairros periféricos e centrais aos espaços públicos da cidade, porém a falta de arborização, iluminação pública adequada e acessibilidade dificultam o seu acesso a esses espaços. Nesse contexto, o que era para melhorar a qualidade de vida das pessoas, piora.

Na maioria das vezes, com a expansão dos ambientes construídos pelo homem, não se tem a preocupação com a qualidade e a acessibilidade. O importante é construir de forma a se distanciar do planejamento e do projeto original.

Esses lugares têm o que Milton Santos (2004) chamou de forma, função, estrutura e processo. Forma no sentido do visível, da paisagem, além de formas contratuais e urbanas; função é o papel que esses espaços públicos estão tendo no território de uso; estrutura seria a infraestrutura física, o modo como o espaço está organizado e a estrutura da sociedade (tanto da composição etária como da estrutura fundiária e jurídica, por exemplo) e, por fim, os processos que têm sentido histórico e espacial à medida em que a realidade está em constante movimento de transformação e permanência.

Portanto, a cidade é resultado da ação humana e de políticas públicas. A ideia de cidade perpassa diversos conceitos e há diversos autores que estudam-na a partir de

determinados aspectos, tanto sob a lógica funcional como sob a econômica, a política e a social (CARLOS, 2013). A verdade é que a cidade guarda em si especificidades, e apenas os geógrafos não dariam conta de estudá-la em sua totalidade, por isto outras áreas estão agregadas.

Para explicar a dinâmica dos espaços públicos e os espaços do lixo em Tefé e Coari, é necessário enveredar pelas ramificações da Geografia: Geografia Urbana, Geografia do Lixo e Geografia do Trabalho, além de outras.

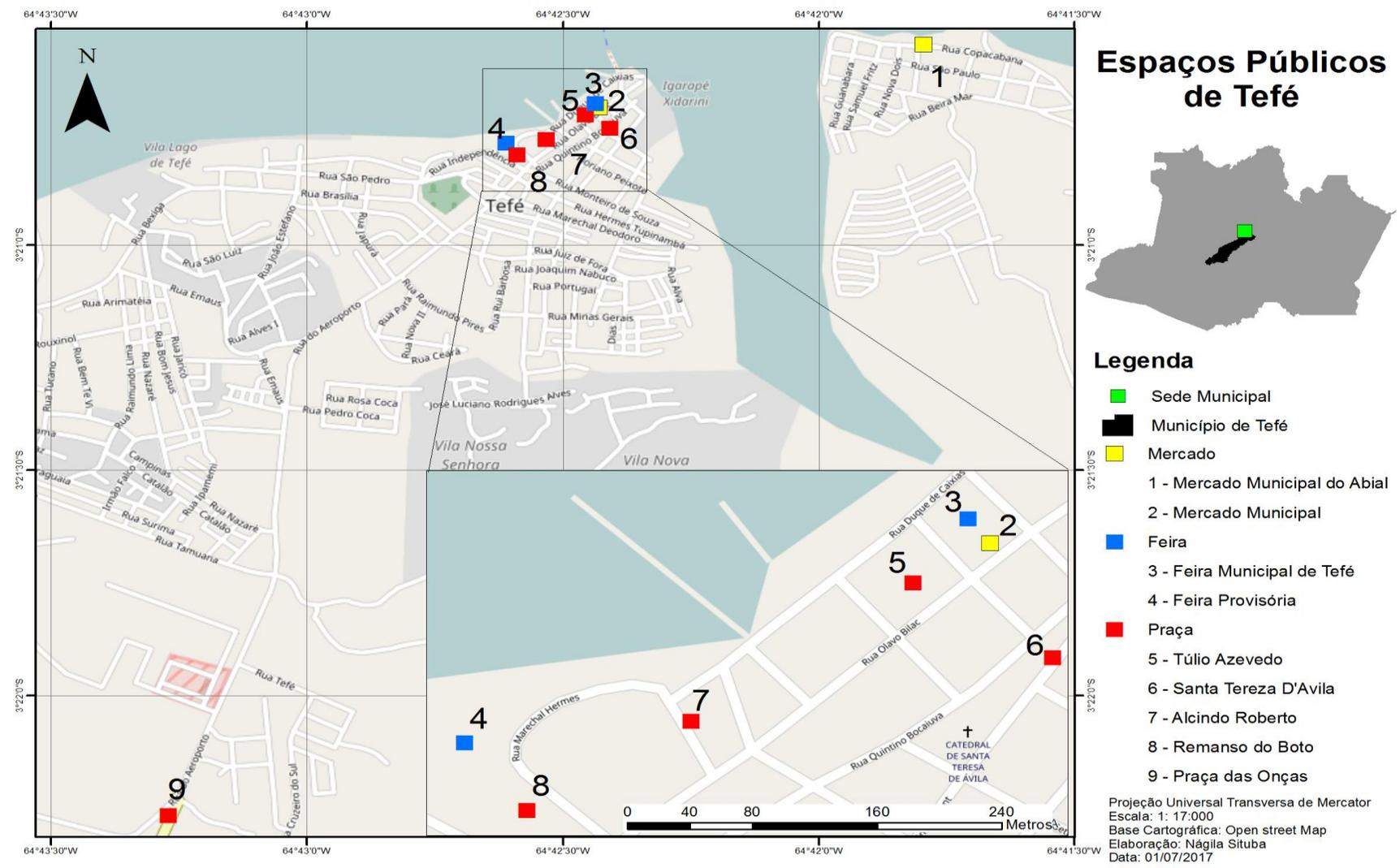
É nos espaços públicos que o lixo vai gerar incômodo e comprometer a estética da cidade. Para resolver o problema, cabe ao poder público providenciar estratégias de destinação e locais apropriados para a disposição dos resíduos sólidos urbanos. A princípio essa limpeza deveria ser concebida como prioridade, como condição de vida, mas na prática não funciona. As políticas e os planos criados não têm conseguido combater as condições de insalubridade das cidades.

Nesse seguimento, existem sujeitos que são essenciais para o estudo da problemática do lixo em Tefé e Coari, como: catadores e agentes de limpeza. Diante desse mundo do trabalho, é necessário reconhecer que o homem vai se constituindo como homem na sociedade pelo trabalho, é por ele que o homem é (des) valorizado e reconhecido perante a sociedade, utilizando-se disso para a sua sobrevivência.

Dessa forma, o trabalho, ao mesmo tempo em que dignifica o homem, também não é uma atividade necessariamente benéfica à sua saúde, à medida em que provoca fadiga, sofrimento e intensifica os problemas de saúde (MADRUGA, 2002). No Amazonas, especificamente nas cidades estudadas, tanto os agentes de limpeza quanto os catadores são pessoas que realizam um trabalho relevante nos espaços públicos em condições insalubres e independentes de um ser formal (assalariado) e outro informal (autônomo). As atividades que realizam são as mesmas.

Hoje se entende porque a gestão municipal prefere construir ginásios, escolas, praças entre outros, ao invés de remunerar os funcionários com salários dignos, porque esta é uma forma de mantê-los alienados. Semelhante à Coari, em Tefé a limpeza urbana é feita por agentes de limpeza, mas no que refere aos espaços públicos, a segunda dispõe de uma quantidade menor, como mostra o Mapa 4.

Mapa 4: Localização dos Espaços Públicos de Tefé – Amazonas



Fonte: Google Maps/Pesquisa de campo – 2016
Elaboração: Nágila dos Situba - 2017

Em Tefé, os espaços públicos se concentram no centro da cidade e não se espacializam como na cidade de Coari. Diante disto, para acessá-los, as pessoas têm que se deslocar tanto de áreas centrais quanto de periféricas. O primeiro problema desses espaços é a ausência de verde, e Henri Lefebvre aponta que “Não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano, ou da floresta [...]” (1999, p. 33). Na sociedade urbana, estes são elementos essenciais, mas que vão desaparecendo aos poucos na paisagem. O segundo problema é a ausência de limpeza e a falta de lixeiras nos espaços públicos.

Ao olhar o Mapa 4, percebe-se que o poder público de Tefé não tem investido na construção de espaços públicos, tão pouco em logradouros. Isto porque são espaços de manifestação, de exercício da democracia, então, quanto menos houver, melhor.

Outro elemento importante é a presença e ausência de pessoas nos espaços públicos. Ao fato de pessoas morarem próximas a estes espaços, atrela-se a ideia de que têm hábitos de frequentá-los, mas em Tefé, geralmente, são as pessoas de locais mais distantes que os visitam, ora porque vão à passeio, ora porque reconhecem a importância desses locais para a cidade e a vida urbana. Os espaços públicos de Tefé precisam ser mais atrativos para as pessoas, mais arborizados, politizados, ter infraestrutura e ter um número maior deles espalhados pela cidade, pois o que impulsiona as pessoas a frequentá-los também está relacionado à quantidade, uma vez que isto está atrelado a uma questão cultural.

Para mudar a realidade de Tefé, é preciso mais participação popular nas tomadas de decisões. Trata-se de demonstrar que somente a ação política, a ação conjunta e a liberdade podem transformar a realidade urbana (ARENDR, 2002). Não apenas o legislativo e o executivo podem mudar a realidade, mas a sociedade em sua totalidade.

No âmbito dos espaços públicos, as cidades em estudo se diferem pela quantidade, mas se assemelham pela ausência de arborização, de iluminação pública, de limpeza, pela distribuição de lixeiras e pela qualidade dos espaços. Pensar em praças públicas, é enveredar por sua construção, desconstrução até a sua manutenção. As Figuras 1 e 2 mostram algumas praças de Tefé e Coari. Em ambas as cidades, a presença de praças é visível no momento em que se chega ao centro urbano, porém apenas em Coari elas se espacializam pelos bairros, num total 15 praças, enquanto Tefé possui apenas 4.

Figura 1: Praças de Coari



Nota: A: Praça Getúlio Vargas; B: Praça Campos do Oriente; C: Praça São Sebastião; D: Praça Santa Efigênia; E: Praça Evangelista; F: Praça da União; G: Praça Santo Alfonso; H: Praça Átila Lins; I: Praça do Estudante.

Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 2016

Autora: Nágila Situba

Figura 2: Praças de Tefé



Nota: A: Praça Santa Tereza; B: Praça Túlio Azevedo; C: Praça Remanso do Boto; D: Praça das Onças.

Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016

Autora: Nágila Situba

Na lógica espacial, esses espaços públicos são a parte que integram o todo da cidade. “Nesta direção, a cidade poder ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade” (Carlos, 2007, p. 21). Neste contexto, o espaço ganha dimensão, pois, a partir das ações, vai sendo produzido e reproduzido.

Nelson Saldanha, em sua obra *O jardim e a praça*, faz discussões sobre o jardim como porção da casa e a praça como porção da cidade. “E outra à praça: espaço que, nas cidades pequenas, serve de centro, quase como uma “clareira”, e que nas cidades grandes se encontra em diversos pontos como confluência de ruas ou como larga interrupção nas edificações, com árvores, bancos, monumentos” (1983, p.105). O jardim enquanto propriedade privada, e a praça como propriedade coletiva e livre.

Diferente da ideia do jardim inserido na casa de Nelson Saldanha, nas cidades em estudo, o jardim está inserido nos espaços públicos. Tenta-se criar jardins dentro da praça, porém raras são as praças arborizadas, poucos são os jardins inseridos nelas, o que parece ser o máximo que se tem conseguido nestas cidades.

O direito à cidade surge dos espaços públicos, pois é nele que há a luta pela igualdade dos direitos e, à mesma medida que o direito muda a cidade, também muda o ser humano. Tais transformações se dão a partir do descontentamento com a realidade e a partir de uma leitura de mundo diferenciada.

Ter direito para frequentar os espaços públicos é ter direito à cidade. Porém, “O problema da cidade é que houve durante muito tempo uma gestão autoritária. Portanto, é necessário criar uma gestão que seja democrática” (Carlos, 2010, p. 30). Nessa perspectiva, nunca se sabe o que é estar progredindo ou retrocedendo, pois os governantes parecem agregar a ideia de desenvolvimento sempre à quantidade e não à qualidade.

Silvana Pintaudi (2010) afirma que é necessário viver uma democracia participativa e não representativa. Assim, em coletividade as pessoas iriam construir a cidade que quisessem. Desde 2013, as pessoas têm se manifestado nos espaços públicos pedindo por mudança e por uma gestão pública democrática, na qual o povo tenha vez e voz. A ida das pessoas à público significa insatisfação com as políticas criada pelos seus representantes, pelo desvio de verbas públicas e, principalmente, pelo direito à cidade.

No contexto das manifestações, as praças exercem a função de unir as partes em um todo no mesmo lugar, começam nelas e terminam na rua. Para o sistema capitalista, talvez fosse melhor que nem existissem estes lugares. Portanto, manter tais espaços limpos e preservados, significa ter um lugar público na cidade.

Além das praças, outro espaço público importante na cidade são as feiras. É onde as pessoas complementam a sua cesta básica, com produtos *in natura* e industrializados. Apesar da industrialização contribuir para as mudanças e a padronização dos hábitos alimentares, como apontam Tatiana Schor e André de Oliveira Moraes (2010), em pleno século XXI, ainda permanece o hábito de comprar alimentos nas feiras. Percebe-se isto pela quantidade de alimentos e de pessoas que frequentam as feiras em busca de verduras e de itens para alimentação em geral.

Por esses motivos, os espaços das feiras precisam estar limpos, e os alimentos precisam ser higienizados. Para isto, os agentes de limpeza fazem a varrição do local e limpam as mesas diariamente.

Em Coari, a feira se localiza no centro da cidade (Figura 3), possui estrutura própria, porém a comercialização de verduras se dá na rua ao lado. Notou-se que as verduras são expostas no chão, em contato com a poeira e o esgoto. Em Tefé, a feira se encontra no centro comercial, geralmente este lugar é sujo nos horários de fluxo e segregado, porém é higienizado diariamente, mesmo assim é difícil combater a sujeira do local.

Em ambas as cidades, no período da cheia, as feiras são inundadas pela água devido ao nível do rio que sobe. Os feirantes precisam ser deslocados levando os produtos para serem comercializados em outras áreas estratégicas da cidade, ainda assim é perceptível a falta de cuidado e de higiene com os alimentos que são expostos no chão.

A temática das feiras é abordada neste estudo porque a limpeza urbana abrange também esses espaços de consumo. Neste sentido, por motivo da alta geração de lixo desses espaços, são colocadas caçambas estacionárias ou caçambas (veículo) ao lado das feiras, evitando que os vendedores criem lixeiras culturais³.

³ Nesta pesquisa, a denominação lixeiras culturais é dada para definir o lixo jogado de forma irregular em locais como as ruas, as calçadas, as esquinas e os terrenos baldios. Acredita-se que além da problemática do lixo ser ambiental e social, também é cultural. O hábito de jogar lixo em lugares irregulares existe desde quando o Brasil era colônia.

Figura 3: Feiras Municipais de Coari e Tefé



Nota: A: Feira Municipal Francisco Folha na cidade de Coari; B: Feira Municipal da cidade de Tefé; C: Feira Provisória no período da cheia em Coari; D: Feira Provisória em Tefé devido à construção da Nova Feira.

Fonte: Pesquisa de campo em Coari e Tefé – 2016

Autora: Nágila Situba

Diariamente são coletadas nas feiras de Tefé e Coari duas caçambas estacionárias de lixo e todos os resíduos têm disposição final no lixão. Além destas estratégias para manter os locais limpos, a atuação dos agentes de limpeza se faz necessária tanto pela manhã quanto à tarde e à noite. Entretanto, mesmo em condições insalubres e sem infraestruturas, as feiras ainda são os principais ambientes frequentados pelos habitantes de cidades do Amazonas, principalmente pela manhã.

Além de manter os espaços das cidades higienizados, dentre as responsabilidades dos agentes de limpeza está ainda a limpeza dos mercados, que também é mais um desafio para trabalhadores da limpeza e para os catadores. O mercado, de acordo com Schor, Tavares - Pinto e Ribeiro, “[...] é cada vez mais uma instituição importante em termos de aquisição de alimentos [...]” (2016, p. 6). Assim como as feiras, os mercados também são espaços de comercialização de alimentos. Em plena modernidade, na qual a indústria do enlatado tenta imperar, ainda prevalece os hábitos de comprar o peixe, a carne, a caça, entre outros.

Os mercados municipais de Tefé e Coari (Figura 4) comercializam: peixe, carne bovina, carne suína, caça, entre outros. Assim, diariamente, há uma geração significativa de resíduos de peixes e carnes, que são coletados em baldes e têm disposição final no lixão das cidades.

Figura 4: Mercados Municipais de Coari e Tefé



Nota: A: Mercado Municipal de Coari; B: Mercado Municipal de Tefé; C: Lixo do Mercado Municipal de Coari; D: Comercialização de alimentos no Mercado Municipal de Tefé.

Fonte: Pesquisa de campo em Coari e Tefé - 2016

Autora: Nágila Situba

Em Coari, todos os restos de peixe, carne, sangue, sacolas, papelão são depositados em baldes e deixados ao final da tarde para serem coletados pela caçamba. Em Tefé, estes resíduos são colocados em tambores e à tarde são recolhidos pelos carros coletores. É de responsabilidade de cada vendedor do mercado separar os seus resíduos e colocá-los no lugar estabelecido. Para que sejam cumpridas as regras, existe fiscalização nesses espaços de comercialização, o que contribui com a limpeza do lugar.

Percebe-se que há preocupação com relação à prática de higienização dos mercados. Diante disto, tanto as feiras quanto os mercados são considerados espaços de comercialização

e precisam estar limpos diariamente, porém esta nem sempre é a realidade das cidades estudadas.

Portanto, os espaços públicos se configuram como espaços de sociabilidade, encontro e desencontro. É a partir destes que as pessoas irão viver a cidade. Por isso, é necessário que estejam sempre limpos e em boas condições estruturais de uso. Por conseguinte, cabe à municipalidade o compromisso de construir e de manter tais espaços e logradouros públicos em uma cidade, assim como cabe à população preservá-los e vivenciá-los.

1.6 Espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari

Os logradouros públicos são caracterizados como espaços livres criados pelo planejamento urbano das cidades. Este tem como objetivo proporcionar à população a circulação de pessoas e veículos. Os logradouros podem ser considerados como: ruas, calçadas, parques e calçadões. Estes espaços são criados para que haja mobilidade urbana, contudo, há uma grande deficiência em sua construção e manutenção, além de sua inexistência em alguns casos.

A rua é um logradouro de fundamental importância para a sociedade urbana, pois é um lugar de movimento do vivido. Henri Lefebvre discute a idéia a favor e contra a rua. “A favor da rua. Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. [...] É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (café, teatros, salas diversas)” (1999, p. 27). Isto significa dizer que a rua é um lugar específico e dinâmico. Outra ideia do autor é contra a rua, “A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo” (1999, p. 28). É na rua que a mercadoria vai ganhar enfoque e é onde o capitalismo vai se desenvolver com o objetivo de lucro.

De acordo com Gilson Leite Mansur et al., na cartilha de Limpeza Urbana publicada em (1993), a limpeza de logradouros públicos visa impedir a insalubridade ambiental, os problemas de trânsito, evitar que o pedestre sofra acidentes no dia a dia e procura impedir o entupimento de córrego e as inundações de ruas. José Henrique Penido Monteiro [*et.al*] complementa:

Os resíduos comumente encontrados nos logradouros urbanizados são: partículas resultantes da abrasão da pavimentação; borracha de pneus e resíduos de pastilhas e lonas de freios; areia e terra trazidas por veículos ou provenientes de terrenos ou encostas; folhas e galhos de árvores, mato e erva daninhas; papéis, plásticos, jornais, embalagens; lixo domiciliar (geralmente em pequenas quantidades, principalmente em alguns terrenos baldios e em áreas próximas a favela); dejetos de cães e de outros animais (também em pequena quantidade) e partículas resultantes da poluição atmosférica (2001, p. 92).

Os resíduos encontrados nos logradouros públicos resultam da ação da natureza, dos seres humanos e dos animais. Estes achados nos logradouros, do ponto de vista das normas técnicas, podem ter destinação e disposição adequada, de modo a afetarem o meio ambiente minimamente. Ressalta-se que os agentes de limpeza são os responsáveis pela retirada desses resíduos. Eles seguem um conjunto de técnicas muitas vezes determinadas pelos tipos de equipamentos, de ferramentas e de materiais de trabalho que costumam utilizar.

Nas cidades em estudo, a organização do espaço urbano se dá pelas ruas (Figuras 5 e 6), sejam elas apenas com barro batido, acimentadas ou com asfalto. “A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, do rendimento e do lucro” (Lefebvre, 1999, p. 28-29). É na rua que o capital vai se apropriar e vai obter lucro. É nela que o trânsito vai determinar o tempo das pessoas, e a lucratividade se dará com a obtenção do automóvel e a compra de combustível. É por essa estratégia do capital que há a preocupação em manter avenidas com infraestrutura, centros urbanos asfaltados, em contrapartida as ruas periféricas permanecem em condições precárias.

Diante disso, é na rua que os trabalhadores da limpeza urbana vão atuar, varrendo, capinando ou coletando lixo. Independente da atividade, a limpeza urbana é um serviço de fundamental importância para manter os logradouros limpos. A rua é um meio de vida e de condição de trabalho. É por esta perspectiva que os trabalhadores da limpeza a representam quando transitam.

Diariamente, os trabalhadores da limpeza se submetem à circulação junto de veículos e de pedestres, ao ponto de sujeitarem-se à ocorrência de acidentes. É comum escutar pessoas falando que os agentes de limpeza realizam o serviço em situação precária porque querem, isto é um equívoco. A municipalidade é responsável pelas condições precárias. Além disso, essa missão lhes foi imposta sem nenhuma segurança de vida, e é o único meio de sobrevivência que eles possuem. O que era prestação de serviço está sujeita

às relações de trabalho estabelecidas entre a prefeitura e as empresas que por ventura terceirizam o cumprimento dessa atividade. Esta prática tem variado ao longo do tempo e conforme cada municipalidade.

Figura 5: Ruas precárias de Coari



Nota: A: Ruas com falhas estruturais e esgoto a céu aberto; B: Ponte sendo usada como rua em situação precária; C: Rua sem asfalto; D: A presença do lixo nas ruas.

Fonte: Pesquisa de campo em Coari - 2016

Autora: Nágila Situba

Figura 6: Ruas precárias de Tefé



Nota: A: A presença de lixo nas ruas; B: Rua asfaltada em áreas centrais da cidade; C: Ruas com falhas estruturais; D: O trabalho dos agentes de limpeza sendo realizado na rua; E: Esgoto a céu aberto; F: Falta de asfalto nas ruas.

Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016

Autora: Nágila Situba

As Figuras 5 e 6 mostram que a problemática dos logradouros públicos nas cidades em estudo se assemelham: ruas esburacadas, com presença de lixeiras culturais, ausência de calçadas e esgoto a céu aberto. O urbano comporta contradições no que se refere à presença e à ausência de infraestrutura do que se pode ter como lugares para encontro e para o ir e vir. “Se as ruas de sua cidade parecem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecem monótonas, a cidade parecerá monótona” (Jacobs, 2011, p.29). Se as ruas não podem ser vividas, isso quer dizer que não se vive a cidade. Mesmo assim, é possível ver crianças a brincar, idosos sentados em cadeiras postas do lado de fora das portas das casas, motos, bicicletas, cachorros a circular etc. Ou seja, apesar das adversidades há gente, catadores e agentes de limpeza vivendo nesses espaços das cidades.

O argumento que persiste coloca o problema das cidades no planejamento municipal, que pouco tem sido instrumento da política urbana. As leis são criadas, porém poucas são postas em prática. Portanto, não se tem conseguido estruturar as ruas e tão pouco as calçadas e outros espaços públicos das cidades.

As calçadas no Brasil surgiram com o início da colonização (CUNHA e HELVECIO, 2013). Esta infraestrutura urbana tem como objetivo proporcionar segurança para as pessoas e funciona como um lugar de transporte para o pedestre. Neste sentido, os autores citados acima discutem que as calçadas deveriam ser o primeiro degrau da cidadania urbana. De acordo com Francisco Cunha e Luis Helvécio:

A calçada é, portanto, o espaço por excelência da convivência democrática na cidade e, por essa razão (além, claro, de ser a via principal de deslocamento para a maioria da população), deve merecer não só o respeito absoluto de todos (dos que a utilizam amiúde e dos que não a utilizam), bem como a vigilância permanente, atuante e eficiente do Poder Público municipal (2013, p. 14).

Apesar das calçadas serem espaços de convívio, há poucas em cidades do Amazonas e, quando há, situam-se em logradouros inseguros. O que era para ser o espaço da democracia, da liberdade e da cidadania, torna-se lugar ocupado pelo comércio, por automóveis, árvores, postes e lixeiras.

Atualmente, as calçadas nas cidades em estudo inexistem, pois geralmente são ocupadas por veículos, pelo lixo, pelas árvores, pelos materiais de construção, por mercadorias e degraus. O estado físico predominante é estar esburacada, ter largura incorreta e precária acessibilidade, além disto, a construção se dá de maneira desigual entre os bairros.

A inexistência de calçadas priva a cidadania das pessoas, cuidar e tê-la é devolver isso à sociedade (CUNHA e HELVECIO, 2013). Por sua ausência, as pessoas preferem utilizar automóveis ao invés das calçadas. Nesse sentido, a condição do homem nesse universo do consumo reduz o cidadão a usuário.

Existem dois tipos de calçadas: as calçadas sem lei (não possuem padronização, são heterogêneas, com níveis diferentes, destinadas à circulação de veículos e ao estacionamento dos mesmos); com lei (possuem infraestruturas homogêneas, com acessibilidade, são exclusivas para o pedestre, sinalizadas, arborizadas e com lixeiras).

A desigualdade das calçadas é perceptível na paisagem, principalmente nos bairros periféricos, pois uns as possuem e outros não. As Figuras (7 e 8) mostram a ausência e a presença dessas calçadas nas cidades e suas condições de uso.

Figura 7: Presença e ausência de calçadas em Coari



Nota: A: Lixeiras culturais ocupando as calçadas; B: Falta de calçadas nos bairros; C: Lixo exposto nos logradouros público; D: Falta de calçadas e lixeiras culturais.

Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 2016

Autora: Nágila Situba

Figura 8: Presença e ausência de calçadas em Tefé



Nota: A: Calçadas sem padronização; B: Calçadas quebradas e esgoto a céu aberto; C: Projeto Federal que visava construir calçadas em Tefé; D: Implantação de lixeiras e postes de iluminação pública nas calçadas em Tefé.

Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016
 Autora: Nágila Situba

Nessas cidades do Amazonas, não existe padronização de calçadas, em alguns bairros há resquícios delas, enquanto em outros nunca foram construídas. Além disso, elas são utilizadas pelos moradores como locais de depósito de resíduos sólidos, antes da caçamba de lixo passar. Vale ressaltar que em Tefé a presença de calçadas é maior, porém o problema é ter que dividir esse espaço com as lixeiras culturais.

Eduardo Yázigi (2000) mostrou que em Cingapura há uma preocupação em manter os espaços públicos como ruas, praças e jardins limpos. Entretanto existem advertências em favor da limpeza, e as regras fazem parte dos hábitos e dos costumes da população.

O mesmo autor diz que em alguns espaços públicos é proibido comer e beber, porém, quando há um grande contingente de pessoas nestes lugares, é impossível evitar a sujeira “Então, como de costume, os limpadores municipais praticam uma grande faxina na noite do

mesmo dia, para que tudo amanheça limpo” (2000, p. 458). Desse modo, realizar a limpeza à noite é considerar o fluxo menor de veículos e pessoas, que favorece a eficácia do serviço. Em Cingapura, a limpeza é regida pela *Lei de Saúde Ambiental* e o seu descumprimento pode acarretar em multa e punições.

Parecida com esta prática, em 24/6/2005, foi aprovada na Câmara Municipal de Coari a *Legislação Urbanística Municipal de Coari*, na qual consta o Código de Limpeza Pública (Lei nº 440/2005). Este tem como objetivo regular as relações jurídicas entre o poder público e a população. De acordo com Código de Limpeza Pública de Coari, Seção I: Das Infrações:

Art. 2º Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 3º Considera-se infrator quem praticar a infração administrativa ou ainda quem ordenar, constranger, auxiliar ou concorrer para sua prática, de qualquer modo.

Parágrafo único: As autoridades administrativas e seus agentes que, tendo conhecimento da prática de infração administrativa, abstiverem de autuar o infrator ou retardarem o ato de praticá-lo indevidamente, incorrem nas sanções administrativas cominadas à infração praticada, sem prejuízo de outras em que tiverem incorrido (Coari, 2005, p. 45-46).

As leis criadas servem para viabilizar a limpeza pública, não apenas limpeza urbana, pois não é somente a área urbana que utiliza tal serviço. Atualmente, as vilas também utilizam os serviços de limpeza executados pela municipalidade, tanto em Coari quanto Tefé, porém o foco da atividade é na área urbana.

A proposta inicial dessa lei era sensibilizar a população, logo após, multar e, por fim, punir as pessoas que a descumprissem. Esta ação variaria entre menor e maior gravidade. Infelizmente a lei não vigorou, pois a cidade não dispõe de um serviço eficaz nem de disposição adequada do lixo.

É evidente que as políticas públicas de saneamento têm papel fundamental na organização do espaço urbano. Elas surgem para combater a sujeira, assim como são essenciais para que as cidades tenham espaços e logradouros públicos estruturados.

CAPÍTULO 2

ENTRE LEIS E PRÁTICAS DE LIMPEZA URBANA EM TEFÉ E COARI

2.1 O higienismo, interfaces e discussões

Se o lixo não tivesse cheiro, cor, volume, talvez fosse mais fácil conviver com ele, porém, por apresentar um teor de umidade que contribui para a produção do chorume, entre outras características físicas indesejadas, fica impossível a convivência no ambiente. Dessa forma, se no passado já era difícil conviver com o lixo, na atualidade isto se torna ainda mais complexo pela sociedade capitalista assentada na produção de mercadorias, na exploração do trabalho, na destruição da natureza e na desigualdade social. Contudo, seria um equívoco dizer aqui que em sociedade não capitalista a questão do lixo está equacionada.

Partindo do pressuposto de que a questão do lixo não é atual, coloca-se então a discussão de que não se dá para comparar os dejetos da pré-história (fezes, restos de comidas, cadáveres, entre outros) com o lixo da Idade Média e, principalmente, da modernidade. Os resíduos dos seres humanos nômades, cuja vida estava mais ligada à natureza, diferiam do lixo e de possíveis destinações e disposições do lixo da atualidade.

A problemática do lixo é histórica. “Com base em estudos arqueológicos, hoje é possível afirmar que na pré-história já se queimava lixo, supostamente para eliminar o mau cheiro, e se segregavam cinzas e ossos em locais pré-determinados” (Eigenheer, 2009, p.17). Nesse viés, identifica-se não só a dificuldade de conviver com o lixo, mas de suportar o cheiro. No entanto, não dá para comparar os impactos do lixo desse período com os da atualidade.

Se na pré-história queimavam e enterravam o lixo, na antiguidade as observações e preocupações perpassaram os serviços de abastecimento de água (chuva) e os efluentes de esgoto. Contudo, as pessoas já tinham a noção de que o melhoramento destes serviços contribuiria com o bem-estar social.

Exemplo de realização dessa prática são os povos sumérios que construíam suas cidades com a preocupação infraestrutural de abastecimento de água, construindo, neste período, cisternas, galerias, reservatórios, poços, entre outros (REZENDE e HELLER, 2010; EIGENHEER, 2009).

Entretanto, o abastecimento de água e a sua utilização tanto serviam para as pessoas saciarem a sede e para realizarem atividades domésticas, como para os sacerdotes que usavam-no para limpeza das ruas das cidades. A princípio, fornecimento de água na antiguidade era necessário. Já em Roma, a água era prioridade dos setores públicos, “No séc. IV d.C., Roma possuía 856 casas de banho e 14 termas” (Eigenheer, 2009, p.34). Estes locais eram públicos e as pessoas utilizavam-nos para tomar banho, fazendo assim uma limpeza corporal diária.

Ainda nesse período, foram-se arquitetando novas ideias que facilitassem o acesso das pessoas à água. A construção de tubos de barro que se interligavam com moradias, na antiguidade, foi uma inovação para a época, porém não se tem informações de quem eram os beneficiados por esta técnica. As técnicas, nas perspectivas espaço e tempo, materializam-se na cidade, no urbano e no rural, transformando o cotidiano das pessoas positiva ou negativamente.

Além dos sumérios, outros povos como os assírios, hindus, egípcios, israelitas, gregos e romanos tiveram inovações técnicas relacionadas ao abastecimento de água e esgoto, pois edificavam as cidades de modo a separar uma canalização que servia como córregos, depósito de dejetos e de água (EIGENHEER, 2009).

Nesse sentido, ainda na antiguidade, os povos que se sobressaíram, no que se refere à temática estudada, foram os romanos. Eles se destacaram pelas técnicas criadas para o serviço de limpeza das cidades, mas ainda há poucos indícios descritivos de como ocorria todo esse processo de inovação. Mais que a limpeza corporal e a das ruas, “os romanos tiveram grande preocupação na infraestrutura da cidade e o que mais os destacam são as suas ruas e estradas” (EIGENHEER, 2009, p.36).

Ainda assim, nesse período, as cidades tinham leis que asseguravam a responsabilidade aos proprietários das casas de limpar as calçadas em frente à sua casa bem como a metade da rua. Quando esta lei não era cumprida, as municipalidades limpavam, mas a conta era enviada ao proprietário.

Esse modelo de cuidado e higienismo perdurou até a contemporaneidade, principalmente por causa da criação do código de postura, do código de limpeza urbana e dos planos municipais que visam combater a insalubridade ambiental e fiscalizar as ações econômicas dos municípios.

Outro elemento importante de Roma, era o destino dos cadáveres. Os romanos cremavam os corpos, evitando assim a proliferação de mau cheiro. Porém, o ato natural de decomposição a céu aberto e a necessidade de cobrir com a terra também eram mais práticos do que a cremação.

Nesse contexto, os romanos foram muito bem referenciados por muito tempo, mas com a queda do Império Romano chegou-se à decadência sanitária, e a estrutura deixou de estar em constante manutenção. Isto, por conseguinte, influenciou no surgimento de epidemias (EIGENHEER, 2009).

As epidemias da Antiguidade estavam diretamente vinculadas às questões religiosas e não às questões sanitárias, pois o que predominava nesta época eram os mitos. Contudo, há relatos de que na Idade Antiga quando as pessoas adquiriam determinadas doenças contagiosas, eram excluídas socialmente e condenadas a viver em cavernas e pântanos, pois as pessoas que se consideravam “prudentes” julgavam-nas como impuras e condenadas por Deus. Porém, segundo a Bíblia Sagrada, Deus ama a todos e jamais se agradaria com determinada atitude. João Bosco Ladislau de Andrade (1997), em sua tese de doutorado *Análise do fluxo e das características físicas, químicas e microbiológicas dos resíduos de serviço de saúde: proposta de metodologia para o gerenciamento em unidades hospitalares*, discute várias teorias, entre as quais duas chamam a atenção. A primeira é a Teoria Divina. “Nesta teoria a doença é interpretada como a manifestação da ira de Deus essencialmente justo e honesto como forma de punir o pecado” (1997, p. 50). A exclusão seria uma forma de punir o outro por meio da relação de pecado e doença. A segunda é a Teoria Demoníaca, na qual os demônios são acusados pelas doenças e mortes.

Com isso, a própria Bíblia Sagrada no Novo Testamento, no evangelho de Mateus (8, 1-4) relata a cura de um leproso. Nesta passagem, pode-se perceber a gravidade que a lepra (hanseníase) e outras doenças tinham para a sociedade à época. Por isso, o estado do enfermo era desconsolador, visto que estava maculado, doente, expulso, impuro e incurável, sua esperança era Jesus de Nazaré que migrava de um lado para o outro nas cidades, realizando milagres: “E eis que veio um leproso e o adorou, dizendo: Senhor, se quiseres, pode torna-me limpo” (Almeida, 2010, p. 863). No momento de narração da bíblia, é perceptível o desespero emocional e mental do homem, e o forte preconceito que as pessoas tinham com os portadores de uma doença considerada terrível e sem cura, naquele contexto admitia-se que só Jesus poderia curá-los.

Dentre os estudos mais atuais, está o de Susan Sontag (1984) que, no livro *A doença como metáfora*, trata doenças como tuberculose e câncer com metáforas. Ela discute o quão apavorante foram essas doenças no século XVII: “a tuberculose era apavorante não só por ser contagiosa, como a cólera, mas porque a consideravam uma “desgraça” aparentemente arbitrária e inexprimível” (1984, p. 50). A autora escreve que a doença é algo mental e o que mata as pessoas é a exclusão e a não aceitação. Mas é possível falar das exclusões e não das aceitações de doentes por razões ideológicas, como apresenta Ivan Illich (1975), em *Expropriação da Saúde*, e Wilson Luiz Sanvito (1994), em *A Medicina Tem Cura*.

Já na Idade Média, os problemas se intensificaram e diversas epidemias surgiram. Elas chegaram a atingir quase a metade da população, e isto evidencia de fato a ausência de higiene e limpeza nas cidades. Assim, a higiene não era o principal problema a ser solucionado, visto que se mais dava ênfase para as disputas e os confrontos políticos e eclesiásticos (REZENDE e HELLER, 2010).

Desse modo, muitas cidades se caracterizavam pela sujeira das vias públicas, pois as pessoas tinham o costume e o péssimo hábito de jogar os resíduos domiciliares pela janela, o que tornava a cidade mais suja. E por mais que a administração pública punisse os moradores, estes não policiavam suas práticas (REZENDE e HELLER, 2010). As cidades dessa época eram sujas e sem higiene, o que mostra que os hábitos sociais desse tempo bem como o descaso com a problemática da limpeza têm raízes históricas e culturais.

Com o decorrer dos anos, a infraestrutura sanitária de alguns países mudou. Na segunda metade do século XVIII, países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos fizeram uma reforma sanitária (REZENDE e HELLER, 2010). A causa disso foi o crescimento populacional motivado pela industrialização, que influenciou de forma negativa as questões sanitárias. “As cidades industriais eram assoladas por sujeira, mau cheiro e epidemias” (Guimarães, Pickenhayn e Lima, 2014, p. 57). Contudo, segundo Rezende e Heller:

Este processo progressivo de atuação frente à questão sanitária possibilitou aos países economicamente dominantes a universalização dos serviços e a eliminação de grande parte das enfermidades infecto-contagiosas de sua agenda, o que lhes permitiu se concentrar em novas pesquisas e buscar novas tecnologias para melhorar ainda mais o quadro de saúde (2010, p.50).

Dessa forma, esses países logo procuraram solucionar o problema de suas nações, pois as epidemias que assolavam as pessoas eram contagiosas e a sua proscrição deveria ser imediata para que a situação não se agravasse ainda mais. Diante disto, as questões sanitárias possibilitaram o avanço das investigações e das pesquisas pelas causas e consequências das doenças. Contudo, deve-se refletir sobre a negatividade do fato de pessoas terem chegado a óbito por causa das epidemias, pois estes surtos foram o ponto de partida na busca de solução para os problemas de insalubridade, em favor de cuidados com a saúde.

No Brasil, as migrações tiveram um papel importante, pois, enquanto no século XVIII alguns países como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos já realizavam a prática de higiene nas suas cidades, o Brasil ainda estava construindo e estruturando algumas cidades. Mas há indícios de que o pensamento higienista já vinha sendo pensado desde o século XVIII (ABREU, 1996).

Do ponto de vista geográfico, as preocupações com as questões sanitárias surgiram desde a Antiguidade, porém tal problemática só se intensificou com a sociedade moderna ou pós-moderna, como aponta David Harvey (2001). Aliás, a industrialização foi o ponto de partida para o desenvolvimento, o crescimento e o surgimento de algumas cidades (LEFEBVRE, 1991). Nessa perspectiva, a maior parte das mudanças beneficiou as classes dominantes e menosprezou os pobres. Por este motivo, nas aglomerações onde residem os pobres, o poder público os negligencia e os coloca à beira do abismo, pois com a ausência de saneamento básico⁴ eles sempre estarão mais sujeitos às doenças do que outros.

No período colonial, os espanhóis construía as cidades de maneira que o seu início se dava na construção de uma praça central, que era o ponto de partida da edificação da cidade (HOLANDA, 1987). A escolha do lugar era estratégica. As cidades foram criadas sob a lógica de defesa e em um lugar planejado, porém, antes de sua implantação, os aspectos naturais do lugar, sua geomorfologia, geologia, o clima, entre outros, eram analisados (HOLANDA, 1987).

Nesse período, Mário Ypiranga Monteiro (1997) relata, em *O Tigreiro*, a história do coletor de excrementos humanos do período colonial e imperial no Amazonas. Os tigreiros eram pessoas que utilizavam barris (tigres) para a coleta de material fecal de porta em porta

⁴ Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas (Brasil, Capítulo 1, Art. 3º, 2007).

nas casas. O lixo por muito tempo foi coletado em barris, logo após em carroças, pois há evidências da existência de carroças em Tefé e Coari (Quari, 1950, e Tefé, 1940) (MONTEIRO, 1984).

A construção da história abarca muitos fatos e cabe destacar, nesta discussão, que os primeiros habitantes do Brasil, os indígenas, desde a sua gênese, demonstravam ter conhecimento sobre higiene, visto que sempre tiveram hábitos e costumes de tomar banho todos os dias, bem como cuidados com a água limpa e com a utilização de ervas que serviam como medicamentos para combater as doenças. O hábito do Europeu de tomar banho todos os dias durante sua estadia no Brasil adveio de raízes indígenas, pois esta era a forma de pensar do estrangeiro para se tornar imune às doenças (REZENDE e HELLER, 2010).

Vir ao Brasil já não era algo tão simples assim, pois significava se “entregar a morte” em virtude das febres tropicais que ninguém sabia como combater, o que ocasionou a morte de muitas pessoas à época. Até o século XVIII, não existiam médicos na colônia, e as pessoas que atuavam na área da saúde eram os curandeiros, feiticeiros, entre outros. O que chama a atenção é que, em meados do século XVIII, o Brasil ainda não tinha ações ligadas ao saneamento básico, praticamente nada, pois os europeus só queriam explorar os recursos naturais e não desenvolver a colônia.

Sendo assim, o europeu foi modificando a cultura amazonense e introduzindo as suas: “Os banheiros e as “casinhas” apartadas do corpo residencial foram introduzidas pelo europeu a título de resposta aos estímulos estéticos e não para resolver os problemas [...]” (Monteiro, 1997, p. 34). Os europeus estavam preocupados em construir novas paisagens, que se assemelhassem às da Europa.

Assim como nos países europeus, no Brasil, especificamente no Amazonas, as primeiras preocupações sanitárias foram direcionadas à problemática do abastecimento de água, como mostra Mário Ypiranga Monteiro (1977), na obra *Aguadeiro*. Este era o grande problema em Manaus e provavelmente em outras cidades amazonenses. O autor retrata a dinâmica dos carregadores de água, os quais denominou de “Aguadeiros”, pois abasteciam a casa das pessoas a partir da água que era retirada dos igarapés e cobravam uma taxa por eles determinada. “O aguadeiro simbolizava a comodidade naqueles recuados tempos” (1997, p. 31). A história desses trabalhadores foi documentada nos períodos de 1839-1850 e 1851-1858, como aponta o autor.

Pelos relatos, em Tefé, provavelmente existiram aguadeiros. “Madame Agassiz [...] Oferece também uma gravura tomada em Tefé, em ambiente interior, em que se vê uma mulher entrando na casa com um cântaro à cabeça” (Monteiro, 1977, p. 38). Deveria ser muito difícil para as pessoas carregar os potes, as pipas e as latas com água, porém isto facilitava as atividades domésticas.

O século XIX foi marcado pela chegada da família real ao Brasil, a partir deste momento as cidades começaram a adquirir a prática higiênica. De todo modo, a questão do saneamento no Brasil, após a chegada dos portugueses, tem seus esclarecimentos relacionados à miscigenação étnica (REZENDE e HELLER, 2010) e, infelizmente, foi preciso a família real chegar para então as cidades começarem a mudar de aspecto e serviço.

A chegada dos europeus trouxe a ideia de integração do país com o mundo civilizado. Isto influenciou o livre comércio com outros países, assim como Portugal deixou de monopolizar o comércio, rompendo com o pacto colonial⁵.

Com a chegada da família real, houve transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais nas cidades. A coroa influenciou o poder administrativo a começar os investimentos em políticas sanitárias (REZENDE e HELLER, 2010).

As primeiras iniciativas feitas consistiam em sugestões dos físicos Mór⁶, umas delas seria o aterro de pântanos. Em Manaus, uma das sugestões foi o aterro de Igarapés, para isto utilizava-se lixo doméstico que era transportado por um carro e misturado com solo, com o objetivo de aterrar e minimizar a insalubridade (MONTEIRO, 1986).

Em uma cidade onde não havia sistemas de esgoto e de água, não é de ficar atônito que as epidemias se proliferassem com intensidade (MONTEIRO, 1997). “As ações de saneamento estão relacionadas às intervenções físicas do homem no meio, para seu conforto, bem-estar e proteção de sua salubridade, e vão evoluindo à medida que as civilizações tornam-se mais complexas” (Rezende e Heller, 2010, p. 86).

⁵ O rompimento do pacto colonial aconteceu quando a família real chegou ao Brasil, pois Dom João teve a ousadia de assinar a carta Régia que consistia na abertura de portos a outras nações que há muito tempo queriam comercializar com o Brasil. A partir deste momento, não só Portugal teria o direito de comercializar com o Brasil, mas todos os outros que tivessem no acordo.

⁶ Segundo Mônica de Paula Pereira da Silva Age, em sua tese “O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)”, defendida em 2014, “Os Regimentos do Físico Mor, do Cirurgião Mor e das Ordenanças Militares foram fontes fundamentais para entender as políticas de saúde e a organização militar luso-brasileira”. Em Portugal, o cargo de físico-mor foi criado em 1430 por D. João I, este tinha como responsabilidade gerenciar todas questões de saúde e higiene no reino. Contudo, no Brasil eles controlavam a medicina.

Sendo assim, as questões de higiene não aconteceram de uma hora para outra, foram ganhando força no decorrer dos anos. Apenas no século XIX, o pensamento higienista se difundiu no Brasil, a partir de instituições médicas que se preocupavam com a problemática (ABREU, 1996). Com relação aos serviços de limpeza urbana, João Bosco Ladislau de Andrade afirma que:

No Brasil, foi somente a partir de 25 de novembro de 1880 que, oficialmente, começou a existir um serviço sistemático da limpeza urbana, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, então capital do Império. Através da assinatura do decreto nº 3.024, pelo Imperador D. Pedro II, naquela data supracitada, ficava aprovado o contrato de Limpeza e Irrigação da cidade. Inicialmente o serviço ficou sob a responsabilidade de Aleixo Gary e, posteriormente, com seu sucessor Luciano Francisco Gary, o que originou a denominação GARI para os trabalhadores da Limpeza urbana (1989, p.3).

A partir dessa data, a cidade passou a viver outro cenário, o da limpeza, do lugar agradável, dos espaços saudáveis, entre outros, assim como os trabalhadores passaram a ser denominados de gari. Mas nem sempre foi este o nome dado às pessoas que trabalham com o lixo no Amazonas, “E por ordem continua descendente – o catador de lixo, gari chamado hoje, antigamente denominado farrapão, zângano, adeleiro, conforme a sua especialidade, ferro velho, pesca tudo” (Monteiro, 1997, p. 49). Tais denominações excluem o trabalhador e acentuam o preconceito das pessoas contra essa classe de trabalhadores.

O Rio Janeiro, local onde a coroa portuguesa se instalou, foi a cidade na que mais houve o combate às epidemias (ABREU, 1996), pois houve um alto número de óbitos por causa da febre amarela (1850) e logo após a assolação da cólera (1855). Os médicos eram os que mais se preocupavam com a problemática, atribuindo à enfermidade o nome de *miasma*, pois era durante a estação chuvosa que esta se proliferava. “A cidade do Rio de Janeiro tornou-se um lugar tão insalubre que levou as elites a se mudarem para a região serrana, principalmente Petrópolis, durante o verão” (Rezende e Heller, 2010, p.123). “No que se refere à parte miasmática, a doença era explicada como decorrente de gases venenosos emanados por charcos, pelo lixo e também pelos esgotos das cidades ou pelos próprios dejetos humanos” (Andrade, 1997, p. 53). A teoria astro-miasmática recomendava disparar canhões para purificar o ar contaminado.

Contudo, nas condições em que as cidades estavam, as pessoas tinham o conhecimento de que na época do verão a febre amarela arruinava muitas vidas, por isso a fuga de algumas

peças para outras localidades. O que se destacava nesse momento era o saber médico, pois só ele poderia ajudar a solucionar o problema das doenças. Por isso, a primeira medida foi o fechamento dos pântanos com a construção de esgoto sanitário, mas percebeu-se que isto não havia minimizado os efeitos das doenças.

Em 1850, os engenheiros passaram a ter uma visão mais ampla da cidade do que os médicos sanitaristas. Com isto, o governador imperial nomeou uma comissão de melhoramento do Rio de Janeiro, na qual apenas incluía os engenheiros e não os médicos, por motivo do fracasso anterior. O confronto de ideias entre os médicos e os engenheiros perdurou por certo tempo, pois os mesmos tinham diferentes olhares. O médico se interessava pelas doenças, águas entre outras, já o engenheiro pela infraestrutura urbana, a estética da cidade. A cidade do Rio de Janeiro foi o laboratório para experiências, logo após os experimentos, a aplicação ocorreu em outras cidades no Brasil (ABREU, 1996).

Paulatinamente foram implantados nas cidades serviços como: abastecimento de água, esgoto sanitário, manejo pluvial e limpeza urbana. Na limpeza urbana, novos instrumentos foram introduzidos, como as vassouras. “O zelo pela limpeza das ruas era prática costumeira de um número significativo da população urbana Alemã” (Eigenheer, 2009, p. 76).

A limpeza urbana constituía e constitui um hábito que perdura até a atualidade, porém, diferente de outras épocas, hoje a questão da limpeza urbana tornou-se responsabilidade dos órgãos públicos municipais, visto que cada município organiza e desorganiza sua atividade, além disso, é uma atividade assalariada, pois precisa de pessoas para ser executada, mas tem a contribuição de sujeitos autônomos. Segundo Eigenheer:

A efetivação dos serviços de limpeza através ora da contratação de firmas particulares, ora com a organização do serviço público, esbarrava em inúmeros entraves técnicos, administrativos, financeiros e de costumes da população para a limpeza urbana do Rio de Janeiro (2009, p.102).

Um dos exemplos de cidade que realizou a limpeza urbana foi certamente o Rio de Janeiro, assim como foi a primeira a colocar esta atividade sob a responsabilidade de uma empresa terceirizada. Em pleno século XXI, este processo de terceirização está sendo muito utilizado pelas cidades como uma maneira de distribuir as atividades, tendo como consequência a redução dos gastos públicos, a intensificação da precarização e a exploração do trabalho.

Essas discussões no mundo do trabalho remetem aos artesãos do lixo do período colonial e imperial no Amazonas. Estes existiram por muito tempo e ainda existem em pequenas quantidades em cidades do Amazonas. O artesanato é visto como forma de aproveitamento dos resíduos.

Nesse sentido, não se nega a importância que os artesãos tiveram na fabricação de lâmpadas a partir da utilização de latas que, conseqüentemente, influenciaram no esvaziamento destes objetos nas lixeiras públicas. Este objeto foi tão comercializável que as mulheres guardavam e vendiam as latas aos artesãos como forma de obter uma segunda renda (MONTEIRO, 1986). “Nas mãos habilidosas do artesão a coisa morta renasce, adquire compostura, cria novas formas, passa a ser útil ao seu bem estar pessoal ou a outrem a quem transfere por venda” (Monteiro, 1986, p. 45). Estas pessoas conseguem dar sentido ao inútil e contribuir socialmente por meio de suas habilidades.

Nesse contexto, o lixo do rico vira luxo do pobre. Diante disto, não só o lixo deve ser elogiado, mas principalmente o artesão, pois é ele quem cria, transforma o lixo em um novo produto.

“É hábito no Brasil que a limpeza das calçadas fique por conta dos moradores. O costume é excelente e deve ser incentivado podendo, inclusive, constar no Código de Postura ou outra legislação pertinente” (Mansur et.al., 1993, p.35). Está escrito nas leis e é fundamental para uma melhor fiscalização.

O urbano tem como aspecto fundamental a necessidade de limpeza, esta atividade mantém praças, praias, calçadas, jardins, ruas, feiras, mercados, entre outros, sempre limpos para o uso público. Quanto às cobranças pelo serviço, devem advir da população local e dos investimentos do poder público.

2.2 Políticas públicas, saneamento básico e a produção do espaço

Segundo Luís Fiorotti (2008), saneamento é um conjunto de procedimentos socioeconômicos que tem como foco minimizar a insalubridade ambiental e promover a qualidade de vida à população. Nesta perspectiva, diminuir os problemas sanitários da cidade sempre foi o foco das políticas públicas de saneamento. Desde o princípio, as discussões, as reflexões e as soluções sempre estiveram voltadas para as questões sanitárias no âmbito do processo de urbanização.

O termo “saneamento” vem do verbo “sanear”, que significa “tornar higiênico, salubrificar”. Em analogia com a ideia acima, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle dos fatores do meio físico do homem prejudiciais ao seu estado físico, mental e social. O Plano Nacional de Saneamento Básico - PLAN SAB “adota a definição de saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais” (Brasil, 2007, p. 9-10).

No âmbito do saneamento, Luis Fiorotti conceitua os quatro elementos que compõem a cadeia de saneamento básico:

- a) Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de mediação;
- b) Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (2008, p. 10).

Esses são os serviços básicos que a municipalidade deveria oferecer à população. A presença deles contribui para a salubridade ambiental, a qual está diretamente relacionada à higienização dos locais públicos. Algo importante a ser apreendido nessa discussão é o fato de que o acesso aos serviços não é para todos, mas que diversas políticas públicas têm sido criadas e os seus objetivos não fazem esta distinção.

Teoricamente os documentos, como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Nacional de Saneamento Básico e os Planos Diretores, abrangem políticas sociais como um todo, mas quando são colocadas em prática apenas uma minoria é privilegiada.

Sem a pretensão de estabelecer uma finalidade acabada, o plano diretor tem como objetivo contribuir para o planejamento dos espaços públicos e orientar a gestão municipal de uma cidade. “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (Brasil, 2001, capítulo III, art. 40). Com isto, cidades

com população acima de 20 mil habitantes são obrigadas constitucionalmente a realizarem a elaboração dos planos diretores. Entretanto, para que o mesmo seja válido é necessário que haja a participação de três entidades: legislativo, executivo e população. Esta tríade é essencial para que se realize a criação de diretrizes municipais e leis que visem contribuir e não fracassar com o desenvolvimento da cidade.

Isso significa dizer que o plano diretor é conduzido pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), instrumento que rege os planos diretores nas cidades. O “Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001, capítulo 1, parágrafo único). Acrescenta-se que “A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (Brasil, 2001, capítulo III, § 3º), porém o que se observa em várias cidades no Brasil é a inadimplência de planos pela ausência de revisão.

As políticas descritas mostram a importância da legislação para a organização espacial e para a dinâmica das cidades. Nesta perspectiva, um marco muito importante foi a promulgação da lei do Estatuto das Cidades, pois representou um avanço para a política urbana participativa. No capítulo de diretrizes gerais, está previsto, no artigo 2º, que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as diretrizes gerais. No inciso I, há garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. No inciso II, a gestão democrática é garantida por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, o objetivo do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores, ambos previstos na Constituição Federal de 1988, é garantir o “direito à cidade”, assim como o direito à água, ao esgoto, à limpeza, ao transporte, à saúde, à educação, ao lazer, entre outros. Por isso, a participação popular é importante na tomada de decisões, denominada pelo filósofo Jurgen Habermas (2014) de democracia deliberativa. Este autor traz a ideia de esfera pública como lugar onde as pessoas interagem, debatem e tomam decisões.

Essa democracia vai além da decisão eleitoral. A participação das pessoas em todos os momentos da esfera pública, como na criação de leis, no combate à corrupção, na fiscalização de finanças públicas, torna-se essencial para o desenvolvimento dos lugares.

Portanto, fazendo uma análise da realidade no que se refere à problemática dos planos diretores das cidades de Tefé (2006) e Coari (2007), percebe-se que eles precisam de efetividade e os prazos de revisão estão expirando. Conforme Brasil, “A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (2001, cap. III, art. 40, § 3º), mas isto não impossibilita a revisão anualmente.

De acordo com Arlete Moysés Rodrigues (2004, p. 2), “Os desafios para construir premissas, concepções e objetivos para uma cidade com justiça social, democrática na definição de metas, empreendimentos, acesso universal aos bens, equipamentos, serviços para todos são de grande magnitude”. Os planos diretores prometem a garantir o direito à cidade.

O Estatuto da Cidade já prevê essa garantia ao direito à cidade, mas distante de um olhar geográfico, visto que o direito à cidade vai muito além do direito à moradia, à terra urbana, ao saneamento básico, à infraestrutura pública, ao transporte, ao lazer, entre outros. Em síntese, o direito à cidade também é o direito à mudança social no sentido de uma utopia (LEFEBVRE, 2001; RODRIGUES, 2004). David Harvey, em seu livro intitulado *Cidades Rebeldes* (2014), afirma que o direito à cidade é muito mais que acesso coletivo e individual, este permite mudar e reinventar a cidade em sua parcialidade ou totalidade.

As cidades na contemporaneidade possuem espaços heterogêneos e “sujos”, pois os serviços são desiguais em sua magnitude. Nem sempre se constroem cidades para viver, mas para e pelo capital, se o direito à moradia não é igual, imaginem o direito a um ambiente equilibrado e higienizado. O desafio é interpretar o movimento no caso particular dessas cidades do Médio Solimões, à medida em que aparentes miudezas do capital circulam ali.

Apesar disto, não se deve perder a esperança de mudança social. Para isto, destacam-se os movimentos sociais que pouco a pouco conseguem alcançar algumas transformações que terão consequências positivas no futuro. Resta saber até que ponto estão organizadas, em Tefé e em Coari, as formas coletivas de reivindicação social em prol de cidades mais justas e limpas. É cabível observar que ter qualidade de vida tornou-se mercadoria, pois a maior parte dos serviços são comprados pela população, mesmo não sendo de qualidade. Uma das maneiras de pagar pelos serviços é por meio de impostos ou pelo pagamento de taxas.

Novamente indaga-se esse direito à cidade, de caráter individual ou coletivo; ou nenhum dos dois. Não são apenas as cidades que têm que mudar, mas as pessoas individual e coletivamente. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2002), em sua obra intitulada *Mudar a cidade*, faz diversas críticas aos problemas urbanos, que ao invés de diminuir, só crescem e se propagam na sociedade. O mesmo autor afirma ser necessário investir em planejamento estratégico, pois esses problemas só resultam em piores condições para os pobres e geram o fracasso dos planos, políticas e na justiça social.

Ao que parece, quanto mais leis são criadas, pior ficam as condições de saneamento básico e outros serviços nas cidades. Além disso, o urbanismo como ideologia é impregnado na sociedade, “[...] este saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde” (Lefebvre, 2001, p. 49).

Nesse ponto, uma infraestrutura social adequada seria capaz de promover o urbanismo, proporcionar qualidade de vida e saúde às pessoas, reduzindo assim os problemas de epidemias, endemias, bem como os ambientais e sociais.

Contudo, será a partir de necessidades humanas que diversos serviços serão implantados na cidade, como luz, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e outros, promovendo o bem-estar social.

O espaço urbano se reproduz de forma a conciliar as tomadas de decisões das políticas públicas. A rigor, as políticas públicas só surgem e multiplicam-se a partir do crescimento urbano, onde este está atrelado à urbanização. Entretanto, tal processo teve início no Brasil na Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo Ruy Moreira (2014), a urbanização surge com a industrialização, mas não vem acompanhada da ideia de urbano, que surge *a posteriori* com a pressão popular. A cidade atualmente é um produto da revolução burguesa e o urbano da revolução popular (MOREIRA, 2014). Nesse intuito, “A revolução burguesa cria um modo cidadão. E a revolução popular o recria como um modo de vida urbano” (Moreira, 2014, p. 293-294).

As discussões de Milton Santos, na obra *A Urbanização Brasileira*, apresentam uma análise de como se difundiu a urbanização. Este autor afirma que foi a partir do século XVIII que a urbanização brasileira começou, por meio da mudança de muitos latifúndios para a cidade. Porém, apenas no século XX, essa ideia se generalizou, ao mesmo tempo em que as

cidades cresceram demograficamente por causa de algum atrativo econômico e houve disputa entre a criação de riquezas e pobreza (SANTOS, 2014).

A cidade surgiu anteriormente à industrialização. A partir do capitalismo e da modernidade, a cidade passa a ser urbano, ocorrendo transformações nos modos de vida social, econômico, cultural e político (LEFEBVRE, 2001; CASTELLS, 2000). Porém, segundo Odette Carvalho de Lima Seabra, “Pode ser banal, ainda, afirmar que a cidade precede a industrialização, mas é necessário reiterar a importância desta para a urbanização na redefinição estrutural dos espaços da cidade” (2001, p. 76). Dito isso, a urbanização favoreceu o crescimento exorbitante de muitas cidades brasileira, inclusive na Amazônia.

Nessa perspectiva, a arquiteta Renata Klautau Malcher de Araújo afirma que “A urbanização não é apenas um modelo físico de implantação, mas uma verdadeira cultura urbana moderna” (1998, p. 57). Uma urbanização sem planejamento urbano pode acarretar em uma série de mudanças e impactos sociais e ambientais, principalmente no que concerne à ausência de saneamento básico, pois não basta haver mudanças na infraestrutura privada, sem que a pública seja privilegiada.

Muitos estudiosos afirmam que a urbanização causa uma desordem na cidade, fazendo com que as políticas públicas sejam desiguais. Há que se indagar quanto às ideias e crenças que falam em desordens pejorativas, pois o que é desordenado para um sujeito, pode não ser para outro.

Os espaços que queremos evidenciar na cidade são os espaços públicos, locais onde são possíveis a produção e a reprodução da vida. O filósofo Jürgen Habermas “Denomina “público” aqueles eventos que, em oposição às sociedades fechadas, são acessíveis a todos – do mesmo modo que falamos de praças públicas ou casas públicas” (2014, p.94). Esses locais são lugares onde todos participam individual ou coletivamente.

Os espaços públicos são os principais elementos urbanos de uma cidade, sendo assim, passam por mudanças estruturais e paisagísticas constantemente. Os espaços públicos são considerados, segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2010) e Sérgio Luís Abrahão (2008), lugares de encontro, reunião e sociabilidade. Para Paulo César da Costa Gomes, “[...] os espaços públicos são, antes de mais nada, uma extensão física, uma entidade geográfica, e que constituem, enquanto tal, um dispositivo essencial e central no funcionamento da democracia”

(2004, p. 249). É nesses espaços que as pessoas lutam por direitos, deveres e principalmente pela cidadania.

“Dessa forma, a democracia e a cidadania surgem a partir de uma reorganização do território” (Gomes, 2010, p. 134). O território vai fazer parte desse processo, a partir do uso. Para tanto, os espaços públicos se localizam na cidade. Nesses espaços sociais de mudança, acontecem as transformações da sociedade.

O espaço social vai além da materialidade, ou seja, tem que ser pensado e repensado em sua imaterialidade. Portanto, este espaço é produto social (LEFEBVRE, 2006), e não se pode pensar nele como algo singular, já que ele é a soma, ou seja, um conjunto de elementos agrupados. O espaço social referido aqui se produz e se reproduz a partir das relações de produção. Por este motivo, ele sempre está em constante transformação, por causa dessas relações. Isto posto, ele é múltiplo, pois possui uma pluralidade (LEFEBVRE, 2006).

O espaço social perpassa o espaço urbano. No plano do conhecimento científico, interpreta-se o urbano como os modos de vida na cidade. Desta forma, não se pode dizer que a cidade e o urbano sejam iguais. Para Maurício de Abreu, “O urbano teria como referencial o abstrato, o geral, o externo; a cidade diria respeito ao particular, ao concreto, ao interno” (2014, p. 32).

O espaço urbano não se produz sozinho, pois para isso é necessário que haja agentes produtores do e no espaço. Esse produzir socialmente se faz, como aponta Ana Fani Alessandri Carlos (2014), num espaço determinado e ao longo do tempo.

Os agentes produtores do espaço, como afirma Corrêa, “[...] estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” (2014, p. 45). Pode-se afirmar que a produção realizada por esses agentes engloba desde os grandes capitalistas até os grupos sociais de baixa renda.

Essa produção do espaço se dá de maneira desigual, principalmente porque o que rege esta sociedade é o capitalismo. São notórias as melhorias para uma parte da população enquanto outra sofre por causa do descaso do poder público, em parte isto está associado à lógica da economia de mercado. É perceptível a falta de saneamento básico em alguns lugares da cidade e a sua presença em outros. A pobreza é visível nos bairros das cidades em estudo. De todo modo, as duas cidades estudadas ainda são bastante heterogêneas quanto à

distribuição da população de baixa e alta renda e quanto à provisão ou não de serviços públicos básicos.

2.3 Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11. 445/2007)

No Brasil, a primeira pesquisa sobre saneamento básico foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), junto ao Ministério da Saúde, em 1974. Neste período, o IBGE realizava a coleta de dados, e as demais informações e análises eram de responsabilidade dos órgãos da saúde. É interessante dizer isso, uma vez que a precária oferta de saneamento básico implica na elevação da demanda e das despesas com a saúde pública. A tentativa de reduzir os gastos com a saúde requer a redução de doenças de veiculação hídrica, por exemplo, e, por conseguinte a necessidade de investimentos em saneamento. A correlação está posta, assim como as contradições do sistema.

Porquanto, as preocupações e ações com essas questões tinham como objetivo combater as precárias condições de insalubridade e evitar a proliferação de doenças que assolavam a população. Mesmo com as inquietações anteriores, em coletar dados e fazer análises sobre a temática de saneamento ambiental, a questão só tomou dimensão com a Lei de nº 11. 445, de 05 de janeiro de 2007, que instituiu quatro componentes básicos do saneamento básico: manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana; abastecimento de água, esgoto sanitário e manejo de águas pluviais (IBGE, 2008). De acordo com Brasil (2007):

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:
I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;
II - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;
III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Apesar de todas as atividades, este estudo dá ênfase ao capítulo III dessa lei, o qual trata do desenvolvimento de atividades de varrição, de capinação, de poda, entre outros. Isso não quer dizer que em alguns momentos o trabalho não discuta outras atividades.

O saneamento básico corresponde a um serviço a ser oferecido à população para que a mesma tenha qualidade de vida, assim este serviço é condição para a vida. Contudo, ele coloca em evidência a responsabilidade que o poder público deve ter com as políticas

públicas. Diante dos ensinamentos de Rezende e Heller (2010), pode-se definir saneamento básico a partir de seu aspecto individual e coletivo. Individual no sentido da oferta domiciliar dos recursos hídricos, do abastecimento de água, do esgoto e da disposição de resíduos; coletivo por causa da atuação ambiental, socioeconômica e política.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico propõem algumas ações e planejamentos a nível federal. Porém, o grande mentor de todo este processo é o Ministério das Cidades, com os planos que instrumentalizam o planejamento de metas e estratégias. Nesse sentido, Brasil (2007) afirma que o Plano Nacional de Saneamento Básico se constitui em um instrumento para guiar os estados com relação às políticas públicas de saneamento básico.

Essa política é essencial para a prestação dos serviços de saneamento básico nos municípios. Além disso, ressalta-se aqui a importância da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2000 e 2008), que em sua primeira publicação representou um avanço, abrangendo temas como: drenagem pluvial, limpeza urbana, abastecimento e coleta de lixo. Esta pesquisa (2000 e 2008) mostra a realidade brasileira no que se refere ao saneamento com a finalidade de que municípios criem estratégias e soluções para os problemas.

A partir da lei (11.445/2007), houve a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) com o intuito de articular as diretrizes desta política e colocá-las em prática. Este plano definiu diretrizes, metas e estratégias nacionais e regionais, com o objetivo de universalizar os serviços. A partir desse plano nacional, alguns municípios criaram seus planos municipais, como é o caso de Coari com o PLANSAM (2012).

2.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)

O gerenciamento de resíduos sólidos e a limpeza urbana são serviços de responsabilidade da gestão municipal (BRASIL, 2000). Neste sentido, são eles que combatem a poluição e promovem a qualidade de vida e o bem-estar social.

Esses serviços reúnem atividades ambientais e sociais que são executadas a fim de evitar a poluição dos espaços e logradouros públicos. Para João Bosco Ladislau de Andrade e Valdir Schalch, “O planejamento e/ou a organização de um sistema de limpeza urbana requer como primeira medida a determinação de vários indicadores tanto na produção quanto nas

características dos resíduos gerados” (1997, p. 27). Logo, é necessário organizar o serviço de limpeza, de modo a definir metas.

Em 2 de agosto de 2010, no Brasil, foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que entrou em vigor depois de vinte e um anos de discussão no Senado Federal. Essa foi uma conquista diante das condições precárias de saneamento básico em que se encontravam as cidades brasileiras. A partir daí, poderia se pensar em investimentos para acabar com os lixões, modificar o sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos e a limpeza urbana das cidades como: coleta, transporte, tratamento, acondicionamento e disposição final. De acordo com Andrade e Neto:

Tais questões agora premiadas pelas exigências da Lei n° 12.305 de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS), convergem, por exemplo, para a necessidade da proposição de instrumento(s) que contribua(m) para que as políticas públicas, elaboradas ao dele(s) fazer uso, concorram para uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Princípios éticos estes contidos na *Carta da Terra* (2011), que cada vez mais, ganha o *status* de lei branca (*soft law*) ao propugnar que somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum (2013, p. 97).

A Carta da Terra fortalece a ideia de transformação da sociedade em mais sustentável e justa. Para tanto, é necessário ter como base o respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos; e é preciso pensar nas atitudes que podem prejudicar futuras gerações. Diante disso, a PNRS visa contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas, com uma sociedade mais justa e com cidades mais limpas.

A tentativa de transformar as cidades sujas em limpas vem galgando por muitas décadas, e a cada dia se torna mais difícil alcançar essa higienização. Apesar de tudo, as políticas públicas são muito mais que leis, pois representam a esperança e a expectativa de mudança a partir de sua criação e promulgação. Isto foi o que a PNRS representou para os municípios.

A lei 12.305/2010, no capítulo I, no art. 1º institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores, do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. § 1º Estão sujeitas à observância desta lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e

as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Para efeito dessa lei, no art.13º da Política Nacional de Resíduos Sólidos, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação (Quadro 1).

Quadro 1: Origem dos Resíduos Sólidos

I - Quanto à Origem	Definição
a) Resíduos domiciliares	Os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
b) Resíduos de limpeza urbana	Os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
c) Resíduos sólidos urbanos	Os englobados nas alíneas “a” e “b”;
d) Resíduos de estabelecimento comerciais e prestadores de serviços	Os gerados nessas atividades, excetuando os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
e) Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico	Os gerados nessas atividades, excetuando os referidos na alínea “c”.
f) Resíduos industriais	Os gerados nos processos produtivos e nas instalações industriais;
g) Resíduos de serviços de saúde	Os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS);
h) Resíduos da construção civil	Os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluindo os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
i) Resíduos agrossilvopastoris	Os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluindo os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
j) Resíduos de serviços de transportes:	Os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
k) Resíduos de mineração:	Os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

Fonte: BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos - 2010
Organização: Nágila Situba - 2017

Para cada tipo de resíduo sólido, há uma técnica de destinação e disposição final adequada. Porém, no Amazonas, isto acontece de forma inadequada, salvo nas cidades que possuem cooperativas de catadores, mas que não fogem muito dos padrões das outras cidades.

A maioria das cidades do Amazonas dispõe o lixo em locais inadequados, segundo as normas técnicas, mesmo sabendo que a disposição final em lixões é um crime ambiental previsto na lei nº 9.605/1998. Esta lei afirma que “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a

mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.” (Brasil, 1998, Seção III, art. 54). Se essa lei fosse cumprida, provavelmente a realidade dos resíduos sólidos nas cidades amazonenses seria outra.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) traz diversas contribuições e conceitos relacionados à temática do lixo. Isto se fundamenta no sentido de perceber a importância deles na construção do pensamento da Geografia do Lixo. Brasil conceitua resíduos sólidos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, e cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (2010, capítulo II, art. 3º, Inciso XVI).

Tal definição afirma que os resíduos sólidos são provenientes das atividades humanas e não humanas, assim, o problema não está na geração, mas na destinação e disposição final. Infelizmente, ao invés da destinação do lixo ser uma solução, a partir do momento em que as políticas públicas não são executadas, ela se torna um problema. De acordo com Brasil (2010):

A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional de Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela lei nº 11.445, de 2007, e com a lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (2010, capítulo I, art. 5º).

As leis não surgem por acaso, são sempre a continuação ou especificação de outras. Neste contexto, elas se integram a outras com o objetivo de se fortalecer, ganhando dimensões de complementaridade ou não. Um exemplo é a PNRS que está vinculada a várias outras, como aponta Brasil (2010).

A princípio, com a aprovação da PNRS, os municípios brasileiros teriam que elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), só assim eles conseguiriam captar recursos. De acordo com Tribunal de Contas do Amazonas, os primeiros a entregar estes planos foram os municípios amazonenses, em 2012. Entretanto, critica-se que os planos foram entregues, mas não tinham qualidade e sequer estavam de acordo com a realidade das cidades.

Essa política previa que os lixões no Brasil iriam acabar no tempo determinado pela lei, no prazo de quatro anos, especificamente até 2 de agosto de 2014. Assim, tanto Tefé quanto Coari estavam incluídas nessa política, mas, assim como outros municípios, não cumpriram o prazo estabelecido pela lei.

Diante da lei, os municípios que não cumprissem o prazo deveriam ser penalizados, mas não foram, nem os prefeitos por improbidade administrativa, pois conseguiram prorrogá-lo. De acordo com a lei de crimes ambientais, decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, a multa variaria de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) até 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) (Brasil, 2008, subseção III, art. 61).

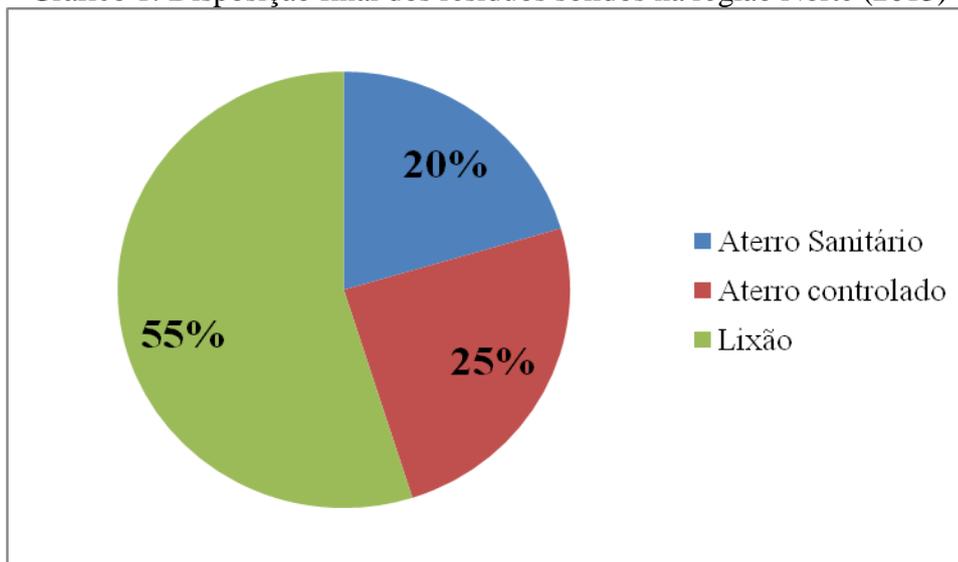
Com os novos prazos estabelecidos pelo Senado Federal, os municípios brasileiros terão de 2014 a 2021 para cumprirem a lei. Os prazos são diferenciados dependendo do perfil municipal. A capital do estado e a região metropolitana, levando em consideração o censo de 2010, têm prazo até 31 de julho de 2018; os municípios de fronteira têm até 2019; já os municípios com 50 a 100 mil habitantes têm até 31 de julho de 2020; e os municípios com menos de 50 mil habitantes (a maioria dos municípios no Amazonas) deverão apresentar até 31 de julho de 2021 as soluções.

O mais inquietante não é o prazo e sim as aquisições que são direcionadas a esses municípios sem o devido retorno positivo do dinheiro público. Exemplo de retorno negativo é a cidade de Coari que construiu um Aterro Sanitário (AS), inaugurado em 2007, “[...] orçado em R\$ 1,5 milhões, encontra-se inoperante e ocupa uma área de 25 hectares” (Mota, 2014, p. 111). Se o aterro sanitário fosse construído com as devidas transparências e com as licenças ambientais, com certeza estaria funcionando, por outro lado, a gestão pública prefere fazer as transações sem a participação popular, para evitar cobranças.

A justificativa dada pela municipalidade de Coari, quanto ao não funcionamento do Aterro Sanitário, está relacionada à inadequação do local em que o AS foi construído, em virtude da proximidade com o aeroporto. Porém, sabe-se que esta problemática vai além de questões técnicas. Enquanto isso, todo lixo da cidade continua sendo depositado em um lixão próximo ao aterro sanitário.

A questão dos lixões em cidades do Amazonas é uma problemática a ser refletida, minimizada e solucionada. O Gráfico 1 mostra a disposição final dos resíduos sólidos na região Norte.

Gráfico 1: Disposição final dos resíduos sólidos na região Norte (2013)



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) – 2013

Organização: Nágila Situba - 2016

A partir do Gráfico 1, pode-se perceber que mais da metade do lixo da Região Norte é disposta em lixões. Isto pode estar relacionado à má gestão das finanças públicas e à falta de aplicabilidade das políticas públicas voltadas para o gerenciamento dos resíduos sólidos e para a limpeza urbana. Dos 450 municípios da Região Norte, 92 possui aterro sanitário, 111 aterro controlado e 247 lixão a céu aberto. Estes dados revelam a precariedade da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos nas cidades do Norte.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 13% dos resíduos sólidos urbanos no Brasil vão para reciclagem. Isto significa 57, 41% de matéria orgânica, 16,49% de plástico, 13, 16% de papel e papeão, 2, 34% de vidro, 1, 56% de material ferroso, 0,51% de alumínio, 0,46% de inertes e 8,1 de outros materiais (IPEA, 2017). Esta porcentagem indica que 77% dos resíduos no Brasil tem disposição e destinação.

Esses problemas ambientais e sociais atingem a população, principalmente na área da saúde. Com a falta de saneamento básico, haverá resíduos e esgoto a céu aberto nos espaços públicos, água contaminada e a proliferação de doenças por motivo de déficits como diarreia, leptospirose, verminose, cólera, difteria e dengue. Tais doenças estão relacionadas ao problema do lixo, da água e do esgoto.

Outro indicador ambiental relacionado à saúde é a presença de ratos, baratas, cachorros, gatos, moscas, mosquitos nos espaços e logradouros públicos da cidade. Diante disto, a cidade de Coari, possui uma estação de tratamento de água que, segundo a pesquisa de

campo realizada em (2015), precisa de manutenção e não atende toda a população. A cidade de Tefé não tem estação de tratamento, o que significa que a população está correndo risco de vida.

Diante de tantos problemas que estão direcionados ao mau gerenciamento de resíduos sólidos, a proximidade entre lixões e os aeroportos ainda é um problema, pois o lixão atrai os mais diversos pássaros, principalmente os urubus, e isto pode acarretar acidentes aéreos e outras consequências.

Em Tefé o aeroporto foi interditado duas vezes (2006 e 2007), por causa da presença de pássaros no céu e devido à adjacência do lixão (distância de aproximadamente mais de 3 km) com o aeródromo. A princípio, a exigência foi a retirada do lixão da localidade para cessar a atração de pássaros. Todavia, depois de algum tempo e com algumas ações da gestão municipal, entre elas a de jogar solo sobre os resíduos, a quantidade de pássaros no ar foi minimizada. De acordo com Silva, Oliveira e Schor:

Após a execução da campanha e várias visitas técnicas da SDS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas), assim como da SEINF (Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas), constatou-se melhoras nas condições gerais da disposição do lixo em Tefé. Dessa forma, em 04 de setembro de 2006, foi determinada a reabertura parcial do aeroporto por um prazo de noventa dias (2008, p. 13).

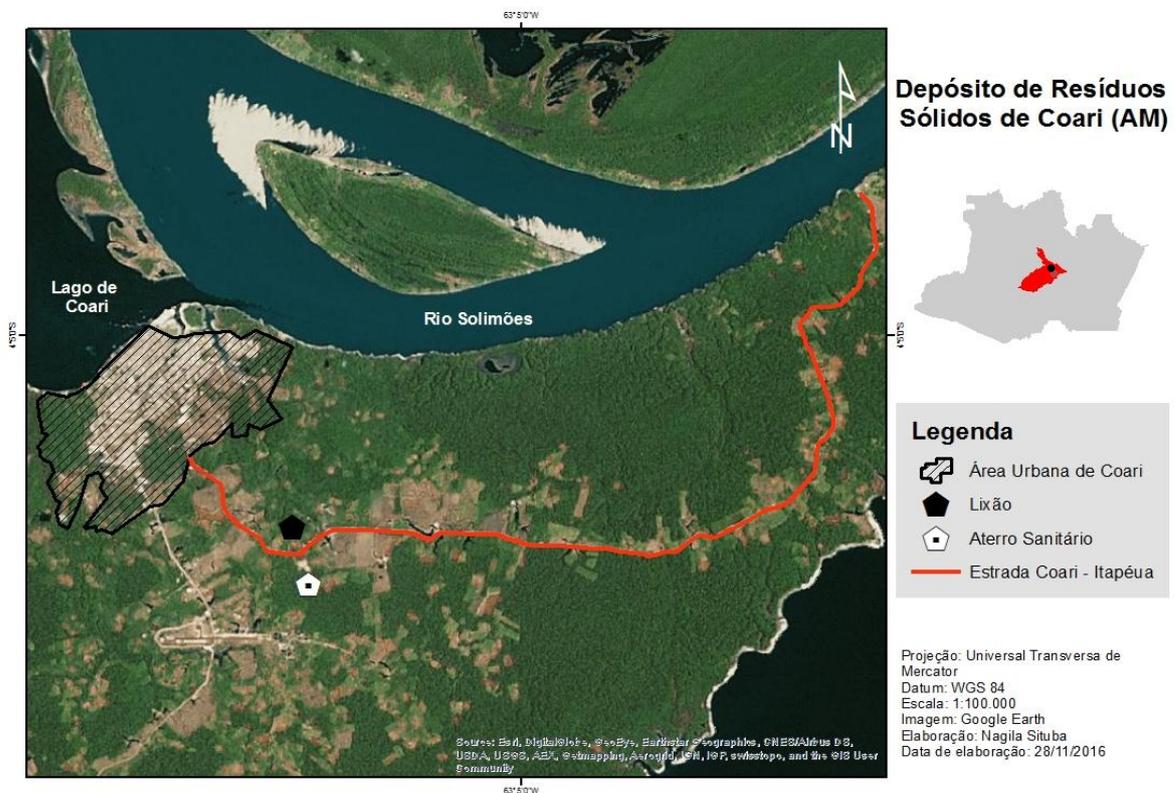
Melhorar os serviços públicos é obrigação da gestão pública, porém a população também é responsável por tudo o que acontece na cidade, pois são sujeitos participantes, ou deveriam ser, na criação de políticas públicas. Infelizmente, para solucionar um problema, ainda é necessário penalizar ou paralisar o funcionamento de algum serviço, para assim as políticas acontecerem de fato.

Contudo, assim como Tefé, Coari (onde a distância entre aeroporto e lixão é de aproximadamente 1 km) também tem seu lixão próximo ao aeroporto e já foi interditado em 2012, 2013 e 2015. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) faz uso de algumas atribuições que devem ser cumpridas com relação à área do aeródromo. No Art. 2º, diz que dentro da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) não é permitido implantar atividades ameaçadoras que atraiam pássaros, como: “matadouros, cortumes, vazadouros de lixo, culturas agrícolas que atraem pássaros, assim como quaisquer outras atividades que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea” (Brasil, 1995, art. 2º).

Portanto, acredita-se que a cada dia as políticas públicas ambientais se fortalecem, principalmente por meio das políticas que são criadas. Contudo, é a partir dessas pequenas ações que os problemas sociais e ambientais podem ser minimizados e resolvidos, e apesar do alto consumo e da geração motivada pelo sistema capitalista, ainda se pode criar políticas e planos que contribuem com a melhoria das cidades.

O Mapa 5 identifica o depósito de lixo de Coari (lixão), o aterro sanitário, a área urbana e a estrada pela qual escoam a produção e onde se localizam os lixões.

Mapa 5: Depósito de Resíduos Sólidos de Coari



Fonte: Google Earth/Pesquisa de campo - 2016
 Elaboração: Nágila Situba - 2016

Os depósitos de resíduos sólidos no Brasil, especificamente no Amazonas, têm gerado grandes problemas ambientais e sociais na contemporaneidade. Em Coari, os resíduos domiciliares, hospitalares, empresariais e limpeza são dispostos em um lixão na estrada Coari/Itapéua. Evidencia-se que, mesmo com a criação da PNRS (12.305/2010) e do PMGIRS, o município ainda não conseguiu destinar o lixo de maneira adequada, ainda que possua um aterro sanitário.

O que mais chama a atenção é o pouco compromisso da gestão municipal com a problemática, mas não é de se assustar, visto que esta é a realidade de quase todos os 61 municípios amazonenses. A maioria adere à política do aterro controlado, como fez a cidade de Tefé, em 2014, “Por exigir menores recursos para implantação e operação, o aterro sanitário controlado apresenta-se como a opção mais acessível à maioria das cidades brasileiras” (Mansur et al.,1993, p. 54). Mas nem sempre essa é a realidade dos municípios, pois o comum é um lixão a céu aberto denominado de aterro controlado.

Coari possui uma vasta área territorial, mas os depósitos (lixão e aterro sanitário) ficam pertos da área urbana e próximos entre si. Comparando Coari com Tefé no que concerne à esta questão, conclui-se que ambas não destinam o lixo de maneira correta, não viabilizam uma limpeza eficaz, apesar de Coari possuir um aterro sanitário, como mostra a Figura 9.

Figura 9: Aterro sanitário de Coari inaugurado em 2007



Fonte: Google Earth e Pesquisa de campo - 2015
Organização: Nágila Situba – 2017

É difícil entender como uma cidade possui um aterro sanitário que nunca foi utilizado. Uma cidade que tem quase o triplo do orçamento de Tefé e onde há problemas semelhantes ou piores.

Atualmente (2016), este Aterro Sanitário (AS) funciona como local de trabalho da Associação de Catadores “Arara Azul”, e existem 9 pessoas atuando como catadores. Os sujeitos atuam na seleção de papelão, alumínio e plástico. Nesse lugar, fazem a separação e, logo após, destinam à Manaus para a venda. Sendo assim, o lugar está tendo uma utilidade diferente se comparado ao ano de 2015, quando nele funcionava um abrigo de cães. Acredita-se que a criação de associações e cooperativas é um incentivo aos catadores, e por meio deles os materiais serão destinados às indústrias de reciclagem, o que gera emprego e renda.

Com relação às condições físicas do Aterro Sanitário, provavelmente este lugar não poderá mais funcionar, uma vez que a infraestrutura já está se deteriorando e não há preocupação em fazer uma manutenção. O pior de tudo é saber que os orçamentos direcionados para a obra nunca terão visibilidade funcional, apenas paisagística.

Diante da ideia de destinação e disposição final, entende-se:

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (Brasil, 2010, Capítulo II, art. 3º).

Dessa forma, a destinação é compartilhada, mas a disposição final pode ser feita apenas pela gestão municipal. Para isto acontecer adequadamente, é necessário planejamento, investimento, técnicas e leis, sem estas atribuições pode ocorrer o fracasso de determinado serviço que deveria ser ofertado à população como direito.

Essa responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é princípio e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010) e de uma logística reversa.

A logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (Brasil, 2010, capítulo II, art. 3º, inciso XII).

Difícilmente as empresas se preocupam com a logística reversa, ou seja, o comércio não quer se responsabilizar pelo lixo gerado por seus empreendimentos. A municipalidade toma para si a responsabilidade de coletar o lixo desses estabelecimentos comerciais e destinar ao local de disposição, como acontece em Coari (Figura 10).

Figura 10: Local de disposição final dos resíduos sólidos em Coari



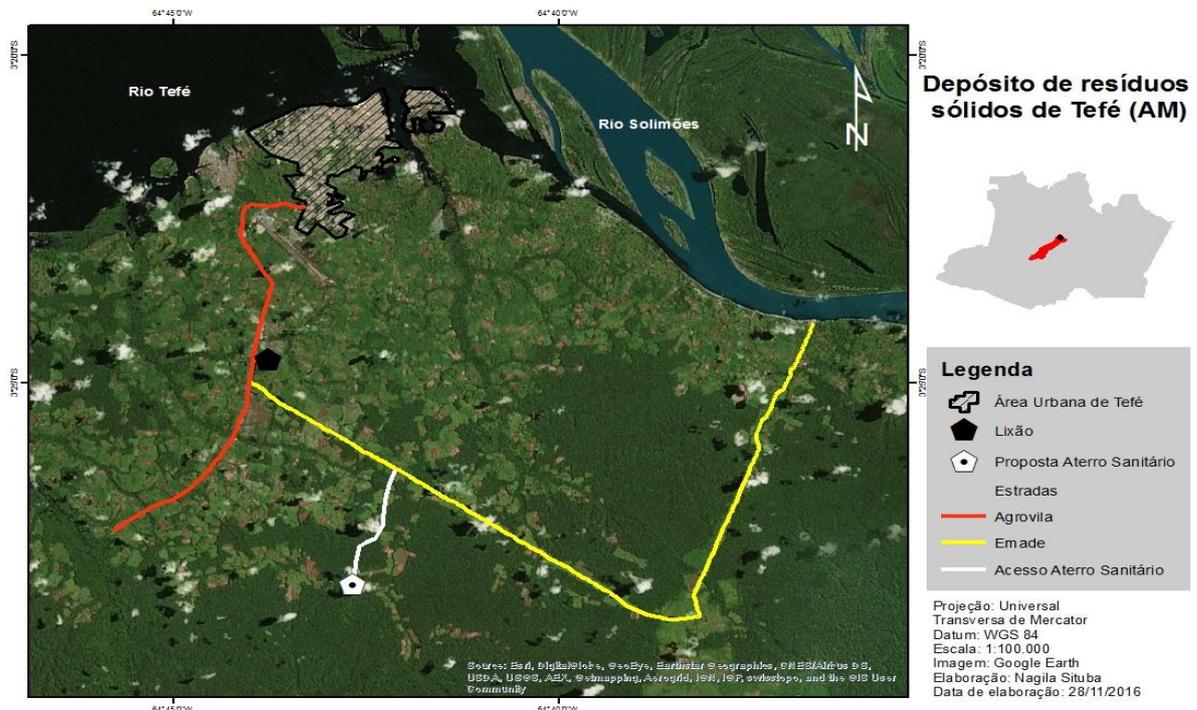
Fonte: Google Earth e Pesquisa de campo – 09/2016
Organização: Nágila Situba – 2017

Os lixões geram impactos sociais e ambientais. Além disto, contaminam toda a área no entorno do ambiente. A contaminação é causada pela disposição regular e irregular, de qualquer origem. “Lançamento a céu aberto é uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos, na qual estes são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou a saúde pública” (Gonçalves, 2003, p. 23).

É interessante observar o crescimento de lixo exposto nos lixões. Em Tefé e Coari, o aumento de resíduos foi notável. Em 2015, havia espaços vazios nos lixões, já em 2016 a realidade era outra, o lixo se expandiu para as proximidades da estrada asfaltada. “A destinação ou disposição final, como o próprio nome sugere, é a última fase de um sistema de limpeza urbana” (Mansur [*et. al*]; 1993, p. 46). Depois destas fases, começa-se um novo ciclo.

O Mapa 6 apresenta a área urbana de Tefé, local onde se produz o lixo e onde é realizada a limpeza urbana; o lixão da cidade e a área escolhida para a implantação do Aterro Sanitário, além da identificação das duas estradas que dão acesso a estas áreas de disposição.

Mapa 6: Depósito de Resíduos Sólidos de Tefé



Fonte: Google Earth/Pesquisa de campo – 2016

Elaboração: Nágila Situba - 2016

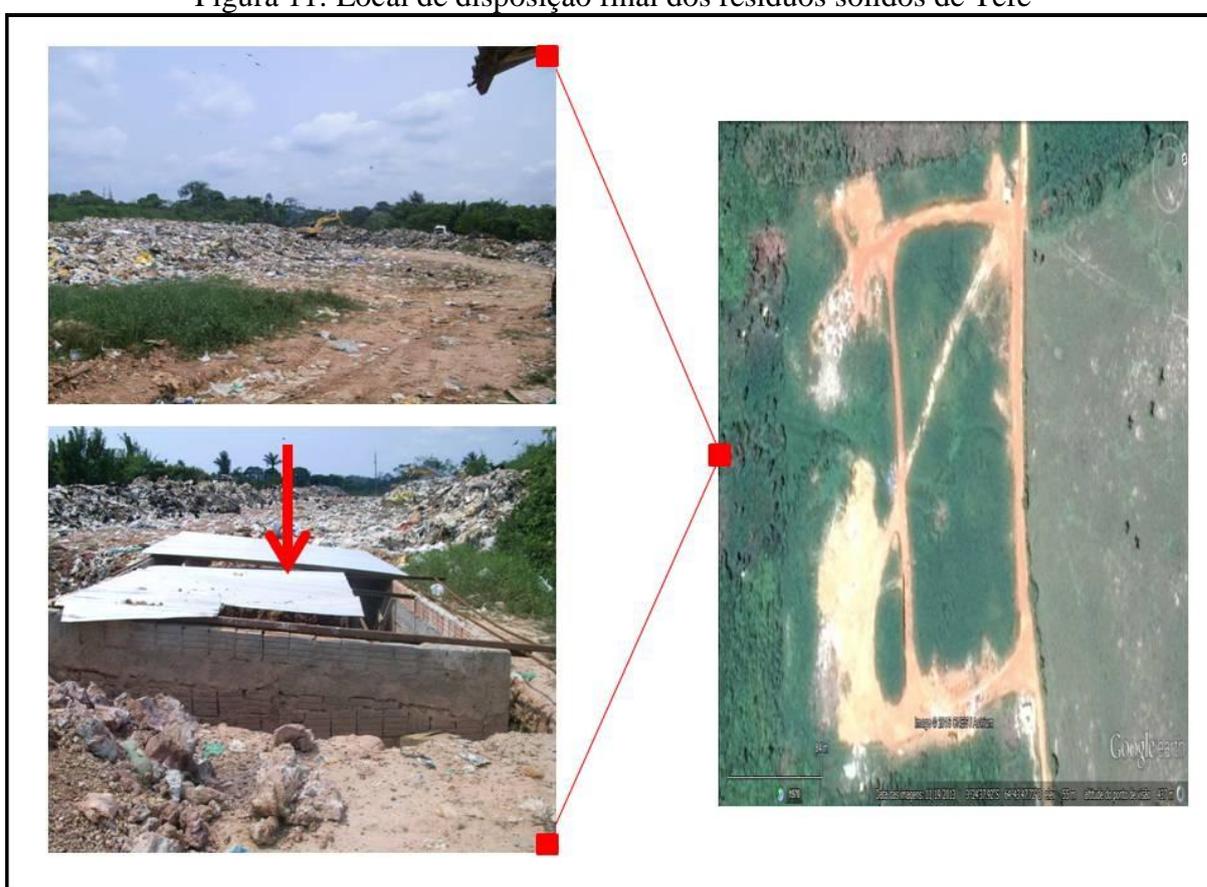
O lixo urbano, sua destinação e disposição, ao que parece, tem sido um dos desafios da municipalidade, que ora e outra busca minimizá-lo sem solucioná-lo. A realidade de Tefé é em parte semelhante a de diversos outros municípios, porém difere das demais pelo fato de que na cidade já foi escolhida a área para ser implantado o aterro sanitário (2014), como mostra o Mapa 6.

Isso mostra que as leis impostas têm servido para pressionar para pressionar os gestores públicos a tomarem iniciativas e criarem projetos. Em 2016, foi implantado na área urbana de Tefé um projeto que visou à implantação de 180 tambores nos bairros onde havia lixeiras culturais

criadas pelos moradores. Esta ação para acabar com as “lixeiros viciadas”, denominação dada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), teve como objetivo contribuir com a coleta em áreas de difícil acesso e minimizar os problemas de acúmulo de lixo nas esquinas e ruas. Apesar do esforço, atualmente não há a presença dessas lixeiras e provavelmente os equipamentos foram retirados.

A Figura 11 acrescenta a informação que Tefé dispõe de seus resíduos em um lixão a céu aberto.

Figura 11: Local de disposição final dos resíduos sólidos de Tefé



Fonte: Google Earth e Pesquisa de campo – 2016
Organização: Nágila Situba – 2017

Em Tefé, a situação é preocupante, pois a cidade possui um único lixão que atualmente está em estado de transbordamento e nenhuma ação tem sido realizada pelo poder público para combater as condições do local. Nesta perspectiva, o lixo é coisa boa em lugar errado.

Se o lixo domiciliar não está sendo disposto corretamente em Tefé, imagine o lixo hospitalar, que se apresenta exposto na paisagem de forma desconfortável. Este lixo é levado

ao lixão por meio de um transporte adequado, mas o local para despejá-lo é inadequado. O lixo é colocado em uma caixa de alvenaria, sem coberturas e com rachaduras. O fantasmagórico de toda essa infraestrutura é a quantidade de água posta dentro da estrutura (água da chuva), que se mistura com os resíduos hospitalares, gerando gases.

Assim, a situação de ambos os municípios é precária. Nesta situação, não adianta ter coleta seletiva, se no final os resíduos têm o mesmo destino e são dispostos de forma homogênea. Dessa forma, o problema é maior do que imaginado.

Pode-se considerar um lixão, um local onde ocorre o acondicionamento de resíduos de forma inadequada e no qual o lixo fica a céu aberto. Este local atrai vetores de doenças, polui o solo, por meio do chorume polui igarapés, e atrai animais e pessoas que diariamente buscam coletar materiais recicláveis para vender em sucatarias da cidade.

Muito parecido com o lixão na aparência, o aterro controlado visa minimizar os impactos no meio ambiente. Nesta forma de destinação, coloca-se uma cobertura de argila sob os resíduos, bem como grama, captação de chorume e gás. Esta foi a maior ação que os municípios amazonenses conseguiram realizar, já que não conseguiram construir aterros sanitários. Essa não é a melhor maneira de disposição, mas minimiza os problemas.

Portanto, a maneira mais adequada de disposição final dos resíduos sólidos é o aterro sanitário. Ele é planejado e para funcionar tem que cumprir todas as exigências do CONAMA n° 404/2008, cujas diretrizes permitem o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte. Para iniciar a construção de um aterro sanitário, primeiramente é preciso preparar um terreno, logo depois, fazer o selamento da base com argila e mantas de PVC, evitando que o chorume contamine o lençol freático, além disso, não se deve esquecer que este líquido deve ser coletado e é necessário que passe por tratamento. Assim, um aterro sanitário é bem estruturado quando é dividido em etapas de processamento. Existe a área de pesagem do lixo (balança), a célula de destinação, a lagoa de estabilização, a compostagem e os galpões que realizam outros procedimentos. Vale ressaltar que sem o licenciamento ambiental os AS não podem ser construídos ou funcionar. Este foi um dos motivos que impediram o Aterro Sanitário de Coari de operacionalizar.

Sendo assim, o capital se reproduz destruindo a natureza e explorando a força de trabalho, o foco é produzir cada vez mais mercadorias descartáveis, gerando toneladas de lixo. Os empresários (principalmente os grandes) ganham e lucram destruindo o meio ambiente e

pouco se responsabilizam pelo destino das embalagens de suas mercadorias. Portanto, o capital tem se apropriado do lixo por meio das indústrias de reciclagem, usando esta ideologia para se beneficiar e explorar mais uma vez os trabalhadores. Essa é uma estratégia do capital que de fato tem se concretizado nesta sociedade capitalista (SITUBA, 2015).

Tefé e Coari não têm indústrias de reciclagem, porém existem pequenas empresas de sucatarias que compram objetos de pós-consumo dos catadores. Neste contexto, identificou-se a atuação dos catadores no lixão e nos espaços públicos das cidades, além disso, verificou-se que alguns agentes de limpeza têm a catação como segunda renda.

Diante de uma questão econômica e social, em Tefé, não existe nenhuma associação ou cooperativa de catadores, mas há comercialização de produtos recicláveis. O “Point da Sucata” se destaca como o empreendimento que mais compra produtos recicláveis em Tefé e nos demais municípios do Médio Solimões.

De acordo com a Pesquisa de campo, em 2006 existia uma Associação de catadores em Tefé (regularizada em cartório), composta por 22 pessoas. Ela tinha parceria com a prefeitura, que contribuía com a coleta de produtos para a reciclagem. Contudo, por motivo de impasses políticos, tal parceria não continuou. Em resumo, a cooperativa funcionou por um curto prazo. Ela funcionava em um espaço cedido atrás do Point da Sucata, e todo o dinheiro arrecadado era dividido entre as despesas da manutenção das máquinas e dos catadores.

Atualmente, a empresa Point da Sucata compra uma variedade de produtos e vende para as seguintes empresas: COMETAIS (Resíduos Industriais), Capitão Ferreira (Alumínio), Royal Max, entre outras. A tabela a seguir mostra os produtos comercializados pela empresa.

Tabela 3: Preço dos produtos comprados pelo Point da Sucata

Point da Sucata	Preço por kg
Alumínio	R\$ 2,00
Cobre	R\$ 9,00
Metal	R\$ 3,00
Fio com casca	R\$ 4,00
Motor de geladeira	R\$ 3,00
Ar condicionado completo	R\$ 15,00
Alumínio grosso	R\$ 0,50
Bateria	R\$ 0,70

Fonte: Empresa Point da Sucata/Pesquisa de campo – 2016
Organização: Nágila Situba – 2017

Essa empresa comercializa produtos recicláveis das cidades de Alvarães, Uarini, Marãã, Vila Caiambé e Tefé. A cada sessenta dias, os resíduos são transportados em uma balsa (aproximadamente 15/t) para Manaus e direcionados para as empresas de reciclagem. No que se refere à rede urbana, as sucaterias exercem função importante com a comercialização de produtos recicláveis por meio da compra e venda.

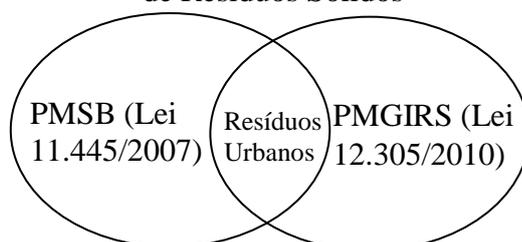
O que falta para viabilizar a comercialização de produtos recicláveis em municípios do Amazonas é o incentivo da gestão municipal, além da criação de políticas públicas. Mas não basta criar, é necessário aplicar. É na ausência de ação que a municipalidade tem fracassado e não tem conseguido gerenciar os resíduos sólidos e a limpeza urbana adequadamente.

2.5 Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) engloba os serviços de abastecimento de água, esgoto, manejo pluvial, e restringe-se aos resíduos sólidos urbanos domésticos, comerciais, industriais, aos serviços de limpeza urbana, aos resíduos da construção civil e aos resíduos da saúde. Ele é voltado para ações que tragam desenvolvimento sustentável para os municípios com base em uma visão econômica, social, política, ambiental e social.

Entrelaçado ao PMSB (Diagrama 1), o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) engloba toda a cadeia produtiva do lixo, o diagnóstico, a caracterização, a destinação e disposição, a logística reversa, a coleta seletiva, a cooperativa de catadores, o custo do serviço, as responsabilidades, a participação social, as metas, entre outros. Ele também possui um conjunto de ações voltadas para os resíduos sólidos, que considera as questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais, com controle social e visando o desenvolvimento sustentável.

Diagrama 1: Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



Elaboração: Nágila Situba – 2017

Os dois planos devem ser elaborados de acordo com a realidade das cidades. Destaca-se a relação que estes planos têm com os resíduos sólidos urbanos, uma vez que sua criação visa combater a má condição de saneamento e melhorar a qualidade dos espaços da cidade.

Nesse sentido, Coari dispõe do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovados pela Câmara Municipal, em 11 de dezembro de 2012, mediante a lei Municipal nº 594. De acordo com o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, publicado em 14/12/2012, edição 0741, fica disposto:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Anexo I desta Lei.

§ 1º O Plano aprovado no *caput* é vinculante para todos os particulares e entidades públicas ou privadas que prestem serviços ou desenvolvam ações de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Município de Coari.

§ 2º O acesso aos serviços públicos abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagens urbanas, limpeza urbana e gestão integrada de resíduos sólidos, mediante ampliação progressiva dos serviços, é assegurado a todos os ocupantes, permanentes ou eventuais, de domicílios e locais de trabalho e de convivência social localizados no território do Município, independentemente de sua situação fundiária, com exceção das áreas cuja permanência ocasione risco à vida ou à integridade física dos ocupantes.

Art. 2º Esta Lei consolida os Planos Setoriais de: I – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; II – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, e III – Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana.

Parágrafo único – A consolidação dos planos setoriais mencionados no *caput* produzirá os efeitos de Plano Diretor de Saneamento Básico.

Art. 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, deverá passar por avaliação periódica a cada quatro (4) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual, assegurada a ampla divulgação das propostas de revisão e dos estudos que as fundamentem, inclusive mediante consultas e/ou audiências públicas.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do plano, aprovado por esta Lei, à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por ato próprio, a regulamentar a presente Lei, no prazo máximo de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da sua sanção.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário (Amazonas, 2012, p. 1).

Essa lei foi criada para que o município pudesse viabilizar os serviços de saneamento básico, atribuindo a todos este direito. Além disto, fica a cargo do poder público a responsabilidade de revisar esses planos e colocá-los em prática. Outra lei que chama a atenção é o Código de Limpeza Pública (Lei Municipal nº440/2005) aprovado em Coari.

SEÇÃO II DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art.40. São classificados como serviços de limpeza pública as seguintes tarefas:

I – coleta, transporte, tratamento e disposição final do resíduo sólido público, domiciliar, comercial e especial;

II – conservação da limpeza de vias, praias, balneários, sanitários públicos, viadutos, áreas verdes, parques e outros logradouros e bens de uso comum dos municípios;

III – remoção de bens móveis abandonados nos logradouros públicos;

IV – remoção de animais mortos;

V – a raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos;

VI – a capina do leito das ruas e a remoção do produto resultante, assim como a irrigação das vias e logradouros públicos não pavimentados dentro da área urbana;

VII – outros serviços concernentes à limpeza da cidade.

Art. 41. O serviço de limpeza das ruas, praças ou logradouros públicos, bem como a coleta, o transporte, o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos serão executados diretamente ou indiretamente pelo Município, observando a legislação em vigor.

Art. 42. Os proprietários ou inquilinos são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro aos seus imóveis.

Parágrafo único. É proibido, em qualquer caso, varrer resíduos, de qualquer natureza, para as vias, sarjetas e ralos dos logradouros públicos.

Penalidade. Multa no valor de 03 (três) UFM.

Art. 43. Não é permitida a existência de terrenos, quintais e pátios cobertos de mato, ou alagados, ou servindo de depósito de resíduos de qualquer natureza dentro dos limites do Município (Coari, 2005, p. 50).

O interessante é observar que o município de Coari possui essas leis, um ponto positivo em relação aos demais, mas que a limpeza carece de efetividade. Ressalta-se que em Tefé não se encontrou as mesmas leis, apenas o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de 2012. Mesmo assim, não se teve a informação com relação a sua aprovação no poder legislativo.

2.6 O que era para ser solução parece ser o problema: as finanças públicas e os problemas urbanos de Tefé e Coari

A limpeza urbana é um serviço municipal que carece de efetividade e, provavelmente, os problemas urbanos estão relacionados à ausência ou à presença de orçamentos públicos que são direcionados às entidades municipais. Neste contexto, tanto em Coari quanto em Tefé, o percentual de orçamentos destinados aos serviços de limpeza urbana e coleta de lixo é de até 5% (IBGE, 2000), mesma porcentagem que os demais municípios do estado do Amazonas recebem.

Para Rodrigues e Santana, “O Estado é agente na organização da sociedade e do espaço, exercendo diferentes funções de processo e urbanização” (2015, p.81). O Estado tem esta função, mas não a executa como deveria.

Compreender a importância dos orçamentos públicos para a promoção dos serviços urbanos é enveredar pelos ensinamentos de Marcelo Lopes de Souza. “O orçamento público é um investimento mais importante, assim como um dos mais corriqueiros de gestão da vida econômica das coletividades, politicamente organizada” (2002, p. 338). Ao mesmo tempo em que o dinheiro é importante para solucionar os problemas urbanos, ele é trivial ou até mesmo banal. Mesmo assim esses investimentos contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico de uma cidade (Tabela 4).

Tabela 4: Receitas orçamentárias totais municipais de Tefé e Coari – Amazonas – 2000 a 2012

RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
ANO	COARI	TEFÉ
2012	236.097.697,99	110.581.715,32
2011	212.695.352,96	76.969.697,70
2010	178.577.383,37	65.996.114,02
2009	154.339.962,51	49.639.233,19
2008	205.661.191,10	48.199.359,14
2007	179.942.517,60	38.614.205,62
2006	156.866.640,40	31.587.710,09
2005	128.295.601,93	-
2004	94.135.363,85	21.333.307,75
2003	75.444.917,25	17.394.152,30
2002	58.436.966,56	20.369.576,34
2001	41.080.380,00	13.600.955,03
2000	30.556.196,99	14.064.985,47

Fonte: BRASIL, Finbra – AM. ANP. Superintendência de Controle das Participações Governamentais. Rio de Janeiro – 2007

Organização: Nágila Situba -2017. Acesso em: 27/02/2017

Todos os municípios brasileiros possuem receita orçamentária, que contribui no aspecto econômico, social, político, cultural e ambiental. Sendo assim, quanto maior a quantidade deles, melhor seriam as condições das cidades. Isso na teoria, pois na prática a realidade é outra. A Tabela 4 mostra a elevada receita orçamentária de Coari, quase o triplo da cidade de Tefé, mas isso não influencia de forma positiva na solução dos problemas urbanos, já que a cidade tem os mesmos problemas que Tefé, ou talvez até piores.

Para Paola Verri de Santana (2014), Coari possui uma receita orçamentária maior que Parintins, Itacoatiara, Tefé, Tabatinga, Manacapuru e Benjamim Constant, porém tem os piores indicadores na saúde. Diante disto, não apenas há deficiência na saúde, mas no saneamento básico; não há tratamento de esgoto; a distribuição de água é desigual; a limpeza urbana e a coleta de lixo não atendem toda a população, entre outros.

Então, não se pode pensar nesses orçamentos de forma positiva se não estão trazendo melhorias para o cotidiano das pessoas. Questiona-se para onde estão indo esses investimentos? Esta é uma provocação, visto que o dinheiro parece desaparecer. O que se percebe, tanto em Tefé como em Coari, é a cidade sendo maquiada em cores, na construção, reconstrução e destruição de espaços públicos.

Ressalta-se que em Coari a receita orçamentária está relacionada às empresas de petróleo e gás natural que se instalaram no Urucu. Assim, de 2005 em diante, percebe-se um aumento significativo de verba, acompanhado do crescimento populacional e urbano.

Se Coari, que tem um orçamento elevado, possui problemas urbanos, não é de se admirar que Tefé, em comparação, com um orçamento reduzido, também tenha seus problemas. Entretanto, com relação às condições de saneamento básico conclui-se que Tefé tem uma infraestrutura equivalente à de Coari, principalmente no que se refere à limpeza urbana, mas apesar de ter número menor de agentes de limpeza, ela tem os espaços e logradouros públicos mais limpos.

A Tabela 5 apresenta não apenas os orçamentos, mas as despesas orçamentárias de ambas as cidades em estudo. As despesas se dividem em várias áreas, porém a preocupação é discutir apenas três que estão relacionadas à limpeza urbana: saneamento básico porque limpeza faz parte dos quatro elementos que o compõem; urbanismo, por ter como objetivo o asfaltamento do solo, a organização dos espaços da cidade e a paisagem; e saúde, já que é um serviço que se relaciona com a ausência ou a presença de limpeza, que uma vez não prestada pode levar muitas pessoas a óbito.

Tabela 5: Despesas orçamentárias municipais por função: saneamento básico, urbanismo e saúde nas cidades de Tefé e Coari – Amazonas

ANO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA					
	COARI			TEFÉ		
	SANEAMENTO	URBANISMO	SAÚDE	SANEAMENTO	URBANISMO	SAÚDE
2011	6.356.622,24	26.351.725,23	46.022.212,16	1.586.218,21	10.039.491,91	22.439.978,53
2010	6.755.425,66	21.467.447,04	38.610.569,38	103.554,75	7.249.735,52	18.948.347,36
2009	1.423.318,75	18.557.013,46	29.791.215,28	65.917,00	5.061.974,44	14.937.223,26
2008	4.415.899,39	33.568.349,27	33.878.041,63	247.610,00	6.619.678,64	14.758.237,72
2007	8.808.554,93	22.313.633,97	26.373.518,53	1.056.242,00	1.258.212,57	9.115.405,99
2006	3.844.424,32	23.535.622,08	25.883.307,41	164.101,01	3.161.075,17	10.416.481,13
2005	165.071,63	5.285.263,70	23.249.979,51	0,00	0,00	0,00
2004	115.212,98	7.529.864,03	19.185.507,49	14.500,00	4.882.299,58	3.901.539,31
2003	0,00	15.247.973,87	14.350.209,30	0,00	3.687.780,59	3.260.673,84
2002	1.739.852,35	13.677.583,99	9.408.408,48	0,00	4.426.136,84	2.792.765,02

Fonte: BRASIL, Finbra – AM. ANP. Superintendência de Controle das Participações Governamentais. Rio de Janeiro - 2007

Organização: Nágila Situba. Acesso em: 27/02/2016

De acordo com a Tabela 5, ambos os municípios possuem despesas orçamentárias direcionadas aos serviços de saúde, urbanismo e saneamento. Estes são serviços básicos para que a cidade tenha espaços públicos higienizados e estruturados. Evidencia-se que dentre as três dotações, saneamento básico é a que recebe menos investimentos, e esta pode ser ou não uma das causas da presença de sujeira nos espaços e logradouros públicos.

Deve-se lembrar que saneamento básico é composto por quatro elementos e provavelmente a quantidade de investimentos não é “suficiente” para que se tenha eficácia. Porém, ter o dobro ou triplo em despesa e orçamento não é solução para resolver os problemas urbanos. Então, o dinheiro não é garantia de solução, é um problema, pois não garante desenvolvimento social e econômico.

Outro dado que chama atenção, nesta tabela, são as despesas com a saúde. O fato de os municípios não investirem em saneamento básico justifica o montante elevado. Apesar dos dados do IBGE (2008) apontarem um aumento na quantidade de vítimas com doenças vinculadas à ausência de saneamento, como: diarreia, leptospirose, verminose, cólera, difteria e dengue, continua-se investindo mal.

Os dados mostram que há mais despesas com saúde e urbanismo do que com saneamento, porém as cidades possuem uma infraestrutura urbana precária e não se sabe onde de fato está sendo aplicado o dinheiro. Entretanto, não se pode dizer que o dinheiro resolve os problemas urbanos, mas acredita-se que uma boa gestão seja suficiente para solucioná-los.

Portanto, as políticas públicas são ferramentas necessárias para que as cidades tenham espaços e logradouros públicos limpos e estruturados, assim como elas são imprescindíveis para a organização socioespacial no trabalho com o lixo.

CAPÍTULO 3

A DINÂMICA DA LIMPEZA URBANA DE TEFÉ E COARI

3.1 Os serviços de limpeza urbana de Tefé e Coari e o território dos trabalhadores

A limpeza urbana é um serviço de responsabilidade dos municípios e cabe a cada um legisla-la e executá-la de maneiras diversas. Este é um serviço de combate à poluição e tornou-se obrigatória a sua promoção e execução. Segundo Brasil (Lei 11.445/2007, art.3º), “Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos constituem um conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas”.

Tal serviço visa manter as cidades limpas e contribuir para a promoção de um ambiente saudável. Diante dessa discussão, os agentes de limpeza e os catadores são as pessoas que diariamente se territorializam nos espaços da cidade, a partir da sua força de trabalho, com o objetivo de mantê-los limpos. Os serviços de limpeza urbana de Tefé e Coari consistem nas seguintes atividades:

- ✓ Varrição das vias e logradouros públicos;
- ✓ Capinação de ruas, orlas e calçadas;
- ✓ Limpeza de praias, praças, feiras, jardins e mercados;
- ✓ Coleta e transporte de lixo domiciliar e da limpeza urbana;
- ✓ Limpeza e manejo em áreas de difícil acesso;
- ✓ Podagem de árvores;

Essas diferentes atividades são realizadas pelos agentes de limpeza que, diariamente, transitam de um lado para outro da cidade em busca de combater a sujeira. Neste contexto, a limpeza urbana é capaz de demonstrar as desigualdades sociais existentes em determinado lugar, a partir dos serviços de baixa qualidade em áreas de fácil e difícil acesso. Para que haja eficiência na atividade, é necessário que se tenha, além de investimentos, mais infraestrutura, pois nem sempre é possível realizar a atividade em determinados bairros devido à dificuldade de acesso.

Para que a limpeza seja concretizada, é necessário a presença de agentes de limpeza e de catadores de lixo nas cidades, já que sem eles é impossível executar tal serviço. João Bosco

Ladislau de Andrade (2002), no prefácio do livro *Lixo: curiosidades e conceitos*, organizado por Santos, Topan e Lima, defende a ideia de que o lixo não é algo ruim, mas bom. O problema é que o que ele escreve ser uma coisa boa, é colocada em lugar errado.

De acordo com Andrade, “O lixo (modernamente chamado de resíduos sólidos) é o resultado de toda e qualquer atividade natural, humana ou animal, considerado, geralmente, como imprestável e/ ou indesejável ao ambiente” (2002, p. 1). A presença do lixo incomoda as pessoas, principalmente na sociedade do descartável.

Em Coari, o serviço de limpeza urbana é realizado pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SELIMP), sob recursos financeiros da Secretaria Municipal de Obras. Atualmente, é esta que organiza, monitora, fiscaliza e planeja as atividades realizadas na cidade. Diferente dessa cidade, em Tefé o gerenciamento dos resíduos sólidos e da limpeza urbana é coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), que tem como objetivos organizar a atividade, contratar trabalhadores e monitorar.

Nesse sentido, “[...] uma pesquisa de Geografia Humana consiste, no entender, em debruçar-se sobre os tesouros estatísticos de uma Municipalidade ou de um serviço administrativo qualquer” (Monbeig, 1957, p. 28). A partir desta investigação, é possível obter dados municipais, para que os objetivos propostos sejam alcançados. Sendo assim, a partir da pesquisa de campo, foi possível obter os dados que constam no Quadro 2:

Quadro 2: Aspectos da Limpeza Urbana de Tefé e Coari

ASPECTOS	COARI		TEFÉ	
	2015	2016	2015	2016
Gerenciador da limpeza urbana	Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SELIMP)		Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)	
Quantidade de agentes de limpeza	520	410	262	231
Distribuição por sexo dos agentes de limpeza	349(F)171 (M)	-	116 (F) 146 (M)	-
Quantidade de turmas	30	22	20	16
Plano Municipal Integrado de Resíduos Sólidos	Sim		Sim	
Código Municipal de Limpeza Pública	Sim		Não	
Plano Diretor	Sim		Sim	
Plano Diretor de Limpeza Pública	Não		Não	

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tefé e Secretaria Municipal de Limpeza Pública de Coari – Pesquisa de campo – 2015 e 2016
Organização: Nágila Situba – 2017

Os dados afirmam que Coari tem o dobro de trabalhadores que Tefé. Não obstante, este elemento pode ser um diferenciador ou indicador de que uma cidade está mais limpa que a outra. Entretanto, quanto mais pessoas trabalhando, maior será sua distribuição nos espaços e logradouros públicos e, provavelmente, mais eficazes serão as atividades.

Um elevado quantitativo de trabalhadores pode ser positivo ou negativo. Isto dependerá da distribuição deles nos espaços da cidade. Avaliando as duas cidades, notou-se que em Tefé os espaços e logradouros públicos são mais limpos do que os de Coari.

Outro aspecto importante e que merece atenção são as relações de gênero que se estabelecem no exercício da profissão. Em Coari, a quantidade de mulheres é superior a de homens, já em Tefé ocorre o inverso porque as mulheres geralmente realizam as atividades mais leves como: varrer, capinar; enquanto os homens roçam, coletam o lixo, destinam, podam as árvores, entre outros.

Assim, as políticas públicas também se mostram de maneira diferente em ambas as cidades. Ao que parece, por Coari ter investimentos externos, existe uma preocupação em organizar os espaços públicos e em criar políticas públicas. A cidade dispõe de código de limpeza pública e planos para o manejo de resíduos sólidos, o que influencia bastante na captação de recursos municipais, estaduais e federais.

A limpeza urbana não está relacionada apenas aos aspectos sociais e ambientais, mas aos estéticos, como aponta José Henrique Penido Monteiro et al.:

A limpeza das ruas é de interesse comunitário e deve ser tratada priorizando o aspecto coletivo em relação ao individual, respeitando os anseios da maioria dos cidadãos.

Uma cidade limpa instila orgulho a seus habitantes, melhora a aparência da comunidade, ajuda a atrair novos residentes e turistas, valoriza imóveis e movimenta os negócios (2001, p. 91).

A estética é um indicador de sujeira ou limpeza. Com base nesta ideia, a aparência da cidade é o seu cartão postal. Dificilmente o turista terá lembranças positivas de um lugar que estiver sujo. Nesse sentido, cabe aos gestores públicos e à população ficarem atentos para resolver os problemas de sujeira das cidades e criar políticas públicas. Os autores afirmam ainda que a limpeza é importante também para a segurança:

- Prevenindo danos a veículos, causados por impedimentos ao tráfego, como galhadas e objetos cortantes;
- Promovendo a segurança do tráfego, pois a poeira e a terra podem causar derrapagens de veículo, assim como folhas e capim secos podem causar incêndios;
- Evitando o entupimento do sistema de drenagem de águas pluviais (Monteiro et al., 2001, p. 92).

Então, se a população é vítima dos problemas urbanos, também é responsável pela limpeza urbana. Na realidade, essas dificuldades podem ser resolvidas a curto, médio e longo prazo pela municipalidade.

Outro aspecto do território dos trabalhadores é a divisão do trabalho. A limpeza urbana se evidencia com a divisão de turmas e pessoas coordenadas por um encarregado. Com isso, o objetivo desses labutadores é varrer, capinar, limpar, coletar, podar os espaços e logradouros públicos de modo a deixá-los limpos.

Nesse serviço, a divisão do trabalho é necessária para que haja eficiência na atividade. Neste processo, há pessoas que apenas varrem, capinam, coletam ou podam árvores, entre outros. Logo, cada um possui uma habilidade e um conjunto de tarefas que se complementam ao final do processo. Os quadros 3 e 4 apresentam essa divisão:

Quadro 3: Distribuição dos trabalhadores e das atividades da limpeza urbana de Tefé

Atividades	Turmas	Quantidade de Pessoas
Roçagem	2	26
Coleta de Resíduos Sólidos	1	9
Limpeza do Mercado	1	5
Limpeza da Feira	1	6
Capina		
Turma A – Centro, Santa Luzia, Monte Castelo e Olaria.	1	8
Turma B – Centro, São Francisco e demais ruas principais.	1	9
Turma C - São José 1 e 2, Boa Sorte, Jardim Lara, Mutirão, Santa Tereza, São João, Fonte Boa, Nova Esperança, Jerusalém, São Raimundo.	1	26
Turma D – Cemitério	1	2
Demais atividades		
Varrição	7	120
Administrativos	-	20
Total	16	231

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tefé – 2016
Organização: Nágila Situba – 2017

O quadro 3 mostra a distribuição dos trabalhadores em diferentes atividades em Tefé. Todas as atividades são desenvolvidas de forma precária, visto que o trabalhador se submete a longas jornadas nas ruas. “Por “trabalho precário” quero dizer trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo” (Kalleberg, 2009, p. 21). Portanto, o trabalho precário torna a vida do trabalhador mais insegura.

Percebe-se que o serviço de limpeza em ambas as cidades requer grande quantidade de mão de obra. Assim, a varrição é a atividade que mais se destaca por causa da quantidade de trabalhadores. Isto porque a maior parte dos resíduos é jogada nos espaços e logradouros públicos e precisa ser coletada.

Quadro 4: Distribuição dos trabalhadores e das atividades da limpeza urbana de Coari

Atividades	Turmas	Quantidade de Pessoas
Coleta (Manhã e Tarde)	1	21
Coleta (Noturno)	1	36
Varrição		
Bairro Pêra	1	14
Bairro Pêra Sítio	1	05
Bairro Grande Vitória	1	17
Bairro Santa Helena	1	16
Bairro Urucu	1	14
Bairro Santa Efigênia	1	13
Bairro Santa Efigênia 2	1	15
Comunidade Saubinha	1	12
Bairro Centro/noite	1	15
Bairro Centro/dia	1	26
Comunidade Itapeuá	1	17
Bairro Liberdade	1	11
Bairro União	1	24
Bairro Nazaré Pinheiro	1	13
Bairro Chagas Aguiar	1	15
Comunidade do Mato Grosso	1	6
Demais atividades		
Capina Mecânica	1	30
Escritório	1	50
Vigias	1	11
Cemitério	1	29
Total	22	410

Fonte: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – 2016
Organização: Nágila Situba - 2017

Em ambas as cidades, a distribuição se dá por bairros, principalmente nos serviços de varrição e capinação, que são atividades importantes e precisam ser realizadas diariamente.

Para que haja limpeza urbana de qualidade, é necessário que os trabalhadores utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) como: botas, uniforme, carrinhos de mão, máscaras, chapéu, protetor solar e luvas. Neste sentido, a técnica é o elo entre o homem e a natureza. Assim, “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2006, p. 16). A partir da técnica criada pelo homem, o espaço será produzido e reproduzido.

No âmbito da geração de emprego e renda, a tabela abaixo mostra a quantidade de empregos gerados pela limpeza urbana na Região Norte, em 2013, e provavelmente Tefé e Coari se inserem nesta quantificação.

Tabela 6: Empregos diretos gerados pelo setor de limpeza urbana na Região Norte (2013)

Região Norte	Empregos Públicos		Empregos Privados		Total de Empregos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	10.381	10.528	13.018	14.778	23.399	25.306

Fontes: ABRELPE e IBGE (Publicado no Panorama, 2014)

Organização: Nágila Situba - 2016

Pelo número de cidades e pela população residente no Norte, a quantidade de empregos gerados é baixa se comparada às demais regiões do Brasil. No entanto, acredita-se que as informações sobre empregos públicos podem estar relacionadas aos trabalhadores que a prefeitura contrata com direitos trabalhistas e carteira assinada.

Contratar com direitos trabalhistas é o que a municipalidade de Tefé e Coari não tem feito. Dessa forma, o que importa para os trabalhadores da limpeza é vender a força de trabalho, sendo esta a única mercadoria que possuem individualmente. A mercadoria é um objeto tangível e, sobretudo, imaterial, pois pode ser comprada ou vendida. No caso em questão, é vendida, uma vez que a força de trabalho pode ser considerada mercadoria (MARX, 1996).

Portanto, no trabalho assalariado há uma relação de troca, assim se caracteriza o que Marx chamou de trabalho abstrato, pois reúne a força de trabalho, as horas de trabalho e o preço do trabalho (MARX, 1996).

A realidade dos agentes de limpeza de ambas as cidades é a de trabalhadores que recebem um salário mínimo, sob contrato, por 8 horas de trabalho e com intervalos de meia hora para o lanche e 2 horas para o almoço. Apesar da precariedade, pois as condições

insalubres põem em risco a vida dos trabalhadores, esta é a única alternativa que muitos deles possuem de manter o sustento de suas famílias.

Na comparação do gerenciamento dos resíduos sólidos e da limpeza urbana, Coari se diferencia de Tefé pelos seguintes aspectos: a Secretaria de Limpeza Pública (SEMLIMP), que gerencia a atividade, tem prédio próprio, possui uma quantidade superior de trabalhadores e os equipamentos estão em boas condições de uso. Os agentes de limpeza de Coari nunca pertenceram a nenhuma empresa terceirizada, estão sob a responsabilidade da prefeitura, recebem um salário mínimo mensal, não possuem carteira assinada nem taxa de insalubridade, apenas os trabalhadores que atuam em cemitério ganham 30% a mais do salário.

Em Tefé, a limpeza urbana é gerenciada pela SEMMA. Segundo informações junto à secretaria, até dezembro de 2014, a limpeza da cidade estava sob a responsabilidade de uma empresa terceirizada, porém por causa da transição de gestor municipal o contrato com a empresa se rompeu e todos os trabalhadores foram demitidos, em seguida o órgão público realizou novos contratos. Ricardo Antunes afirma:

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirização, dos trabalhadores hifenizados de que *fallow Beynon*, que se encontra em explosiva expansão em todo mundo produtivo e de serviços (2000, p.90).

Dessa forma, a terceirização tem como objetivo reduzir a mão de obra, substituir trabalhadores velhos por novos, precarizar e explorar os trabalhadores. Outro forte elemento desse processo é a inserção de máquinas para a realização das atividades.

Atualmente, os agentes de limpeza em Tefé são contratados pela prefeitura, não utilizam equipamentos de proteção individual dado pelo órgão empregador e recebem um salário mínimo, sem taxa de insalubridade⁷.

O quadro 5 apresenta os aspectos da limpeza urbana de Tefé e Coari, de modo que mostra dados importantes sobre a quantidade de catadores, de caçambas, de geração e do destino dos resíduos sólidos.

⁷ Taxa de insalubridade é um adicional atribuído ao salário do trabalhador quando ele realiza atividade que pode acarretar risco a sua saúde. Quanto maior for o grau de risco, maior será a porcentagem, 10%, 20% ou 40%.

Quadro 5: Aspectos da limpeza urbana de Tefé e Coari

Aspectos	Coari	Tefé
Quantidade de catadores	22	16
Geração de lixo diária	50/t	30,5/t
Destino do lixo	Lixão	Lixão
Quantidade de caçambas	14	6

Fonte: Pesquisa IBGE – 2000 e 2008

Organização: Nágila Situba - 2017

Esses aspectos da limpeza urbana nas cidades representam fatores determinantes para o manejo dos resíduos sólidos urbanos. Assim, a quantidade de caçambas irá influenciar nos serviços desenvolvidos pela municipalidade, e os catadores contribuirão para a economia local, pois é a partir destes que o comércio de materiais recicláveis irá funcionar. Então, a criação de cooperativas e seu desenvolvimento terão papel importante na destinação do lixo e na eficácia da limpeza (ANDRADE, 2011).

A PNRS incentiva a criação de cooperativas e a coleta seletiva. Porém, o circuito econômico de materiais recicláveis ainda é muito escasso em cidades do interior do Amazonas. Nesse contexto, segundo Santos, “[...] circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (1988, p. 17). Nesse processo, os catadores irão comercializar produtos (materiais recicláveis) com as sucateiras, que logo após serão vendidos para a indústria e passarão por diversas etapas, até se transformarem em um novo produto e serem consumidos pela população.

Outro elemento que difere as cidades pesquisadas é a quantidade de caçambas coletoras. Coari tem o dobro que Tefé. Este quantitativo pode influenciar na ausência e presença de coleta diária dos resíduos domésticos, comerciais, hospitalar e etc. Além disso, a infraestrutura urbana dos bairros é um fator determinante para que haja coleta diária.

O quadro 6 apresenta os veículos e os equipamentos utilizados no manejo de resíduos sólidos e na limpeza urbana das cidades estudadas.

Quadro 6: Número de veículos e equipamentos utilizados nos serviços de manejo de resíduos sólidos em Tefé e Coari

Tipos de veículos e equipamentos	Coari		Tefé	
	2000	2008	2000	2008
Caminhão com caçamba basculante comum	2	14	-	6
Caminhão com caçamba basculante tipo prefeitura (baú)	-	-	3	-
Poliguindaste	-	-	1	-
Veículo apropriado para coleta de resíduos de serviços de saúde	-	-	-	1
Carroça manual/carrinho de mão	-	50	-	20
Trator de lâmina sobre esteiras	-	1	-	1
Pá carregadeira	1	2	-	1
Retroescavadeira	-	2	-	2
Motoniveladora (patrol)	-	2	-	-
Roçadeira costal	-	20	-	2
Total	3	91	4	33

Fonte: Pesquisa IBGE 2000 e 2008
Organização: Nágila Situba - 2017

Na pesquisa de campo, não se conseguiu identificar a quantidade de veículos e equipamentos que consta no quadro 6. Nas informações adquiridas, constava que a maior parte dos equipamentos utilizados para a coleta dos resíduos de origem residencial e da limpeza urbana são alugados. Em Coari, encontrou-se a maior parte dos equipamentos, uma vez que a SELIMP possui um depósito para guardar esses materiais, enquanto Tefé não dispõe da mesma estrutura, e os equipamentos são guardados na casa dos moradores e trabalhadores.

De fato, portanto, estamos frente a um serviço público no qual não há efetividade, nem eficácia. Este serviço requer planejamento e idealização, além disto, é necessário melhorar a estrutura dos espaços e logradouros públicos, bem como valorizar a força de trabalho dos trabalhadores formais e informais.

3.1.1 O Território das varredoras e dos coletores do lixo da limpeza urbana de Tefé e Coari

A atividade de varrição tem início durante as madrugadas, para evitar o conflito com o fluxo de veículos. Os trabalhadores que realizam o serviço são mulheres e, neste caso, seria pontual realizar um estudo de gênero. Assim, “As maneiras de varrer dependerão dos utensílios e equipamentos auxiliares usados pelos trabalhadores. Em um país onde a mão-de-

obra é abundante e é preciso gerar emprego, convém que a maioria das operações seja Manual” (Mansur et al., 1993, p. 34).

Nesse sentido, a varrição em ambas as cidades é manual e o território onde realizam as atividades são os seguintes: as praças, as praias, as ruas, as calçadas, as feiras, os mercados e os jardins. É função da varredora ou do coletor:

Recolher lixo domiciliar espalhado na rua (não acondicionado); efetuar a varrição do passeio e da sarjeta no roteiro determinado; esvaziar as caixas coletoras de papéis (papelarias); arrancar o mato da sarjeta e ao redor das árvores e postes (uma vez cada 15 dias); limpar os ralos do roteiro (Monteiro, 2001, p. 97).

Durante a execução da atividade, as varredoras de ruas são expostas à poeira, realizam movimentos repetitivos com a vassoura e dividem os espaços e logradouros públicos com os veículos. A poeira causa desconforto, pode prejudicar o pulmão e gerar incômodo nasal durante a atividade, principalmente quando não há máscaras para o rosto.

O barulho dos carros, das motos e das pessoas também incomoda e, às vezes, atrapalha a atividade, visto que isto gera incômodo mental, físico e pode contribuir para que ocorra acidente de trabalho. Este barulho pode prejudicar o ouvido das mulheres e lesá-las na hora de atravessar as ruas e limpar os espaços públicos. Além disso, os movimentos repetitivos com a vassoura podem causar lesões musculares nos braços, alterando a capacidade funcional física. Durante a pesquisa, ouviu-se relatos de trabalhadoras que diziam sentir dores abdominais, na coluna e principalmente nos braços.

A ausência de equipamentos adequados para realizar a varrição é um dos problemas mais graves enfrentados por quem convive diariamente com o lixo da limpeza urbana. Fornecer equipamentos de proteção (EPI) é o mínimo que deveria ser feito pelas varredoras e pelos coletores, usá-los seria de sua inteira responsabilidade.

Ao se territorializar na atividade, os trabalhadores deveriam exigir seus equipamentos, para assim contribuir com a higiene, o paisagismo ou a estética dos espaços e logradouros públicos. De acordo com a NR6, a empresa contratante é obrigada a fornecer equipamentos ao trabalhador, gratuitamente, e o EPI deve estar em perfeitas condições de uso.

Parece algo duvidoso, mas 100% das pessoas que varrem as ruas de Tefé e Coari são do sexo feminino. Indaga-se por que todas são Mulheres? Como se territorializam a partir da

força de trabalho feminino? Quais suas dificuldades? Por que procuram esta atividade? São questionamentos levantados com base nas observações feitas. Quanto mais se observa a prática realizada por essas mulheres, mais cresce a curiosidade de entender a vida, a cultura, a origem e o trabalho que realizam.

A limpeza dos espaços e dos logradouros públicos depende desses trabalhadores, mas não apenas deles, pois os investimentos municipais, estaduais e federais são essenciais para a promoção do serviço. Ressalta-se que para a eficácia da limpeza é fundamental a cidade ter espaços públicos bem estruturados para, assim, facilitar a atividade e evitar que os agentes de limpeza se coloquem em situação de risco.

Acordar pela madrugada, não ter onde fazer as necessidades sanitárias, pedir água aos moradores no trajeto, caminhar quilômetros pelas ruas da cidade, carregar mochila nas costas, vestir roupas de uso diário, levar uma garrafa de café ao lado, cigarro nos lábios e muita conversa, são características que identificam as condições de trabalho de varredoras e coletores, seja varrendo as praças, calçadas, jardins ou ruas.

Nesse serviço, as varredoras são distribuídas em duplas pelas ruas da cidade e depois se cruzam sempre nas esquinas, fazendo um nó. Uma varredora é responsável por limpar o lado direito e a outra o esquerdo, e ambas têm o auxílio de um homem chamado de coletor, que, usando um carrinho de mão, pá e vassoura, transita de um lado para outro da rua, coletando os resíduos da limpeza urbana e amontoando-os dentro de um saco que é deixado em alguns lugares da rua. Geralmente, para este tipo de atividade, usam-se luvas, vassouras de piaçaba, máscaras, uniformes, botas, mas nem sempre se encontrou os agentes de limpeza com estes equipamentos, pois sempre falta um desses acessórios em suas atividades laborais.

Percebeu-se que para executar tal atividade é preciso ter disposição física, o que significa que qualquer pessoa pode realizá-la, desde que esteja bem de saúde. Mas nem sempre essa é a realidade dos trabalhadores que, por vezes, não se limitam a realizar o serviço de limpeza ainda que estejam doentes.

Essa atividade prioriza lugares com infraestrutura urbana. A preferência é limpar as ruas principais, as feiras, os mercados, os jardins e as praças, pois são os lugares mais frequentados pela população e precisam estar sempre limpos para o uso público. Contudo, os lugares com infraestrutura precária necessitam ter espaços e logradouros públicos limpos e,

nestes casos, as secretarias responsáveis distribuem alguns agentes nesses lugares, porém isto não atende à demanda.

Dependendo da cidade, as varredoras têm horário para começar o trabalho e, independentemente do lugar de encontro ser em bairros distantes ou em lugares centrais, os riscos as quais se submetem são os mesmos. Neste sentido, na pesquisa de campo ouviu-se relatos de mulheres que foram vítimas de agressão física e assaltadas durante a ida ao trabalho.

Olha eu trabalho como gari já ta com 4 anos. Um dia eu vinha me encontrar com os outros garis aqui nesse bairro, aí, eu sempre esperava outra colega que ia comigo. Nesse dia resolvi vir sozinha porque a colega tava doente, eu fui muito besta olha, invés de tentar pegar um motoqueiro, não, vim a pé, eu quase que me lasquei, quando cheguei no meio do caminho um rapaz me abordou com uma faca e pediu celular, mas como eu ia dar celular, se eu só tava com minha garrafa de café e a vassoura? Como eu não tinha ele me deu um soco e correu, moça eu fui parar no hospital (Varredora, 31 anos, Tefé).

Para evitar a ocorrência de agressão e de assédio, seria necessário ter um transporte para deslocar esses trabalhadores, principalmente os que atuam durante a madrugada. A maioria dos agentes de limpeza que trabalham neste horário são mulheres e, por isto, estão mais vulneráveis a ser vítimas de violência.

Percebeu-se que os agentes de limpeza são pontuais, e antes de iniciar o trabalho, o encarregado faz a chamada. Observou-se que a maioria são mulheres jovens que não estudaram porque tiveram que começar a trabalhar cedo para ajudar na renda da família. Esta é uma condição do trabalhador. Por isso, a categoria trabalho é fundamental nesta pesquisa, pois uma análise com a compreensão das relações sociais e de trabalho evidencia o que parece ser invisível na paisagem urbana.

Observou-se que durante a execução de suas atividades, as varredoras varrem determinada distância e descansam (sentam) no meio fio, como uma forma de alívio para os braços. Às vezes, pela velocidade e habilidade que tem nas mãos nem chegam a trabalhar 6 horas diárias, por conta disto, as horas se reduzem. Vale ressaltar que elas vão trabalhar e voltam para suas casas a pé, dependendo da distância, gastam de 30 minutos a 1 hora para chegar ao local destinado.

Em Tefé, a atividade da varrição acontece das 4 horas às 10 horas, com intervalos para lanche. Antes de iniciar, os trabalhadores tomam café juntos e compartilham os

alimentos. Este foi um dos momentos mais reveladores da pesquisa de campo, pois pude escutar os pontos positivos e negativos da profissão.

Em 2016, existia uma quantidade de 120 pessoas atuando no serviço de varrição, o que é considerado uma quantidade pequena para a extensão territorial urbana de Tefé. Considera-se a varrição como a principal atividade de limpeza urbana, por isto existe uma grande quantidade de pessoas que a executam. Nesse contexto, os resíduos mais comuns na varrição são: papéis, pontas de cigarro, folhas, areia e plástico, como afirma o seguinte autor:

Na realidade os detritos que mais ferem o senso de higiene e limpeza dos cidadãos são os papéis, plásticos, embalagens e restos de comida atirados às ruas. Uma sarjeta com um pouco de terra e resíduos resultantes da abrasão da pavimentação não é considerada “suja” para a população, e sim os papéis e plásticos que se associam ao “lixo” (que produz mau cheiro, tem mau aspecto e atrai animais indesejáveis) (Monteiro et al., 2001, p. 92).

Esses resíduos geram incômodo para as pessoas, poluem a paisagem e ferem os trabalhadores. Dentre as realidades globais que os trabalhadores vivenciam no seu ambiente de trabalho, uma delas é a exploração e a outra a precarização do trabalho, dois fenômenos que assolam as condições de vida e de trabalho das pessoas que trabalham com o lixo. As Figuras 12 e 13 mostram a realidade da varrição na cidade de Tefé, nelas é possível notar a precariedade dos equipamentos e das condições de trabalho.

Figuras 12 e 13: Varrição em Tefé



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016
Autora: Nágila Situba

O serviço de varrição em Tefé se espacializa do centro aos bairros periféricos da cidade. Tenta-se varrer toda a malha urbana e mais os locais como praças, feiras e mercados.

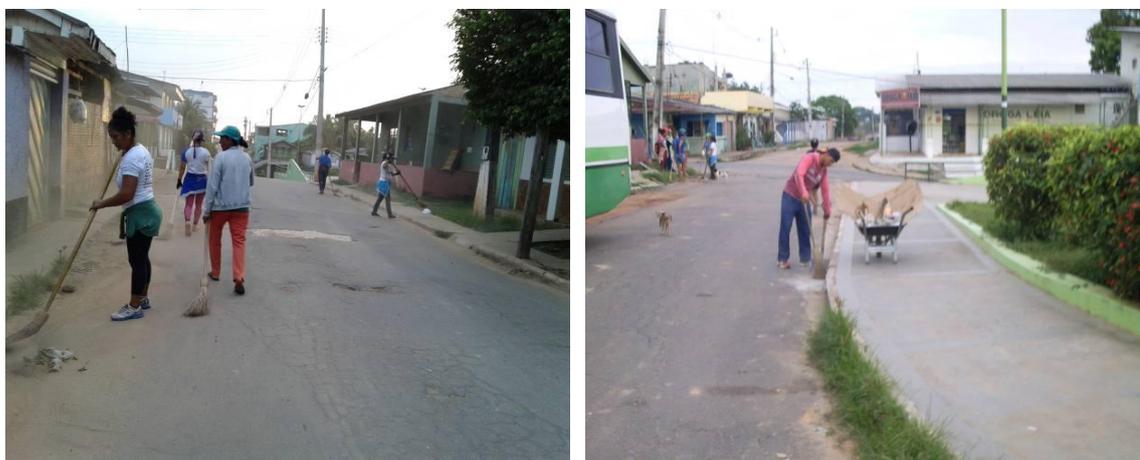
Semelhante à Tefé, na varrição em Coari (Figuras 14 e 15) o gênero feminino predomina, e os homens ficam com a responsabilidade de coletar os resíduos após a varrição delas. Elas são divididas em turmas e se territorializam em diversos bairros da cidade. Diferentemente de Tefé, onde as varredoras trabalham em dupla, em Coari elas formam um grupo maior, assim são mais rápidas. O maior problema relatado por elas é a ausência de equipamentos de proteção e o perigo ao qual se submetem, pois começam a trabalhar 5 horas e vão até às 10 horas.

Elas trabalham sob contrato, porém a assinatura deste se dá tardiamente. As turmas são coordenadas por mulheres, pois se acredita que isto facilite a resolução de problemas no cotidiano de trabalho.

Quanto ao comportamento da população em relação aos agentes de limpeza, as varredoras relataram que as pessoas não atribuem valor ao trabalho que realizam, visto que após terminarem o serviço, pode-se voltar aos logradouros e espaços públicos e ver que estão piores. Marcos Paulo Marques Araújo acrescenta que “A conservação dos logradouros limpos não depende somente do Poder Público ou de quem preste a etapa correspondente, pois é indispensável que haja educação e conscientização da população para mantê-los dessa forma” (2008, p. 20).

Mas isso não quer dizer que o poder público não deva se responsabilizar pela atividade, ao contrário, este deve criar campanhas educativas, que visem manter os espaços e logradouros públicos limpos e saudáveis para a população frequentar.

Figuras 14 e 15: Varrição em Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 2016
Autora: Nágila Situba

A varrição é uma atividade muito importante, porém carregada de preconceitos, como diz uma varredora de 62 anos “*Eu gosto da profissão, mas já houve casos de pessoas darem água pra nós e depois jogar o copo na nossa frente*”. Nesta fala, é possível identificar o quão as pessoas não valorizam a profissão, que é digna, porém desqualificada.

Outro integrante da varrição é o coletor. Este faz a coleta dos resíduos da limpeza, amontoando os resíduos em locais estratégicos para o caminhão coletar. Para facilitar o trabalho dos coletores, o ideal seria a presença de caçambas estacionárias em alguns lugares da cidade, isto evitaria o acúmulo por eles feito nos logradouros.

Diante disto, a atividade de varrição carece de planejamento e de plano municipal de varrição específicos, visto que a mesma envolve despesas e precisa de maiores atenções. Além disto, a atividade precisa do auxílio da fiscalização da população.

3.1.2 Da enxada ao mato: A atividade da capina em áreas de fácil e difícil acesso

Diariamente os agentes de limpeza que capinam circulam de um lado para outro da cidade em busca de locais onde haja a presença de capim. Estes agentes chegam ao seu trabalho às 6 horas, alguns tomam café em casa, outros levam seu café para tomar junto com os colegas de trabalho.

O serviço da capina torna-se necessário por causa da varrição irregular, e também quando surge mato nos logradouros. Neste sentido, “Torna-se necessário, então, serviços de capina do mato e de raspagem da terra nas sarjetas, para reestabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas” (Monteiro et al., 2001, p. 100).

Para a realização dessa atividade, utilizam-se enxadas, botas, luvas, chapéus, carinhos de mão, ciscadores, pás manuais, uniformes e máquinas roçadeiras, mas nem sempre estes equipamentos estão presentes na vida do trabalhador, principalmente o uniforme, que nem todos usam ou têm.

Araújo afirma que “A capinação, que pode ser feita de forma manual ou por tratamento químico, representa o corte de mato do calçamento” (2008, p. 120). Em Tefé e Coari, a forma é manual, visto que o químico requer maior cuidado, pois pode contaminar outras plantas ornamentais e frutíferas. Dessa forma, a capinação pode ser feita de três

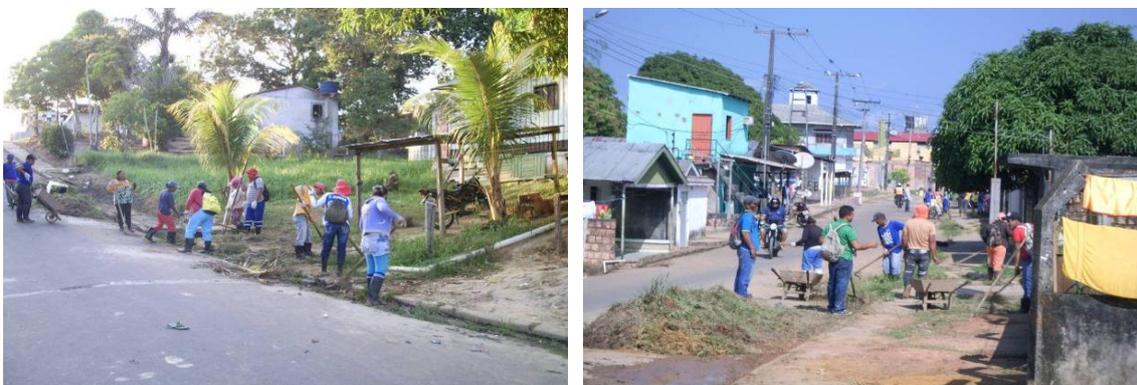
maneiras: manual, mecânica e química. Porém, as mais utilizadas são as duas primeiras. Por exemplo, em Tefé a capina é manual (enxada) (Figuras 16 e 17), em Coari, por sua vez, ela é mecânica (roçadeiras) (Figuras 18 e 19).

A forma manual é a mais lenta, precisa de maior quantidade de mão de obra e o custo é maior do que a mecânica. É possível realizar rapidamente esta última, mas o custo também não é baixo devido ao combustível utilizado na máquina.

Diferente de Coari, em Tefé, os trabalhadores não possuem transporte para se deslocar de um lado a outro da cidade, geralmente vão para o local de trabalho e voltam a pé. Seus materiais são guardados nas casas e quintais dos moradores, e no dia seguinte os próprios trabalhadores deslocam seus equipamentos para outro local.

Em Tefé, os agentes de limpeza iniciam o trabalho às 6 horas, às 9 horas, eles têm 30 minutos para lanche (alimento que os próprios trazem de casa) e são liberados para casa às 12 horas, tudo isso devido calor excessivo.

Figuras 16 e 17: Capina em Tefé



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016

Autora: Nágila Situba

Percebeu-se que os agentes de limpeza que capinam só trabalham 6 horas/dia. O motivo da redução na carga horária está atrelada à intensidade dos raios solares e ao esforço físico despendido na capina. Os trabalhadores que capinam têm contato não apenas com o capim, mas principalmente com o esgoto.

A maioria dos trabalhadores que executam a capina são mulheres, os homens contribuem apenas com a coleta, amontoando os resíduos em locais estratégicos nos espaços e logradouros para facilitar o serviço de coleta pela caçamba.

Nessa atividade, os capinadores retiram o capim misturado com lixo e esgoto; seu equipamento principal é a enxada, que deve estar amolada para facilitar o corte, para isto utiliza-se esmeril (pedra com vários minerais).

Diferentemente de Tefé, Coari tem capinação mecânica, na qual os agentes de limpeza utilizam roçadeira costal para executar a atividade nas ruas, calçadas, praças e orla.

Figuras 18 e 19: Capina (roçagem) em Coari/ Equipamentos de Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 2016

Autora: Nágila Situba

Trabalham pela manhã (7h – 11h) e à tarde (13h – 17h). Existe transporte para esses trabalhadores. De acordo com Araújo, “Consoante à estrutura e tamanho da cidade, a capinação poderá representar uma atividade com significativa relevância a limpeza dos logradouros, exigindo o emprego de elevado número de operadores, utensílios próprios e necessários para realizá-la” (2001, p. 121). Diferindo da varrição, no serviço de capina em Coari a quantidade de trabalhadores é de 30 homens, pois a máquina substitui a mão de obra.

Para o funcionamento das roçadeiras, são gastos de 30 a 45 litros de gasolina e óleo 2t por dia, esta quantidade equivale a 18 máquinas funcionando. Quanto aos equipamentos, a SELIMP dispõe de 3 podadeiras e 30 roçadeiras, sendo que apenas 18 são usadas. Vale ressaltar que essa mesma turma da roçagem faz a podagem de árvores na cidade.

A atividade do roçador é árdua, pois às vezes enfrenta sol e chuva. A princípio, é ele quem realiza o corte do capim, depois passa o coletor com carrinho e ciscador coletando. O serviço de roçagem em Coari é planejado mensalmente, mas nem sempre é possível seguir o cronograma, pois, dependendo do excesso de capim nos bairros, eles demoram de dois a três dias, prorrogando o planejamento.

Outras vezes quando há falta de combustível, eles demoram no local. Neste caso, os trabalhadores (todos homens) utilizam a enxada para cumprir a demanda. Nessa perspectiva, esta é uma condição imposta pela gestão municipal, que não tem responsabilidade com os serviços de limpeza urbana, e coloca os agentes de limpeza em situação de exploração e precarização. Portanto, a capinação é uma atividade que complementa a varrição, sendo necessária para a retirada do capim e para a limpeza dos espaços da cidade.

3.1.3 Entre a cheia e a vazante: A dinâmica da limpeza urbana nas praias

É responsabilidade da municipalidade a limpeza das praias, principalmente das áreas que são frequentadas pelos banhistas. “O lixo de praia compõe-se basicamente de restos descartados pelos banhistas e detritos trazidos pela maré. É claro que sempre haverá alguma areia misturada” (Mansur et al., 1993, p.43). Portanto, “A limpeza pública urbana pode ser vislumbrada por três aspectos, quais sejam, sanitários, estético e de segurança” (Araújo, 2008, p. 122). Esta tríade dá sentido à limpeza e à prevenção de doenças e acidentes.

No Amazonas, é no período da vazante que é realizada a limpeza de praias. Neste momento, os banhistas frequentam-nas, porém, por falta de educação ambiental e social, produzem lixo e não o destinam corretamente nas lixeiras que são colocadas nas praias para minimizar os problemas.

Para realizar o serviço, a quantidade de pessoas dependerá da grandeza do trabalho. Vale ressaltar que os resíduos gerados não são apenas dos banhistas, o intenso fluxo de embarcações, pessoas e mercadorias também influencia para o aumento da sujeira.

Em Tefé, com a descida das águas, uma grande quantidade de resíduos fica exposto na areia. No momento inicial, é feito um mutirão de limpeza envolvendo diversas turmas, mas depois apenas uma se responsabiliza por fazer a limpeza diária, mesmo assim tal ação não é suficiente para erradicar a sujeira que se renova a cada dia.

A limpeza de praias é feita manualmente. Os equipamentos utilizados pelos agentes de limpeza são os seguintes: vassouras, sacos plásticos, carrinhos de coleta e ciscador. Apesar da necessidade de se utilizar EPIs, nem sempre é possível, pois eles têm pouca durabilidade e o empregador não os fornece com frequência.

Alguns fatores influenciam na existência de sujeira nas praias de Tefé, como a presença de bares, o consumo e a falta de fiscalização e sensibilização dos moradores. As fotos a seguir (Figuras 20 e 21) mostram a atuação dos agentes de limpeza na praia da Ponta Branca em Tefé.

Figuras 20 e 21: Limpeza da praia da Ponta Branca em Tefé



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 2016
Autora: Nágila Situba

Deixar as praias limpas por um longo período é um dos desafios encarados pelos trabalhadores da limpeza urbana, que enfrentam a dificuldade de combater a sujeira ocasionada pela falta de conscientização das pessoas, pois assim que terminam de realizar a limpeza, todo o percurso limpo anteriormente já está similar à forma como encontrado antes de realizarem a limpeza.

Na verdade, enquanto não houver uma fiscalização por parte dos próprios moradores, os problemas não se minimizarão. É fato que alguns moradores não têm respeito pelo serviço que os agentes de limpeza realizam. É comum um dito como: “*se eu não jogar lixo, ele não terá emprego*”, isto é revoltante pois se prefere viver em um ambiente sujo do que limpo. Poder-se-ia supor a invisibilidade do lixo se as pessoas se acostumassem com a sua presença.

Em Coari, a dinâmica da limpeza das praias é realizada de maneira semelhante a de Tefé, porém não se observou a presença de bares nas praias na sede municipal.

Figuras 22 e 23: Limpeza das praias em Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 2016
 Autora: Nágila Situba

Assim como Tefé, a presença de lixo nas praias de Coari é notória, bem como o combate a essa condição pelos agentes de limpeza e catadores. Nestes lugares, além de limpar, os agentes de limpeza realizam a atividade de sensibilização, conversando com os frequentadores, mas isto não tem sido o suficiente. Na realidade, quanto à educação ambiental, não é o serviço de limpeza urbana que precisa mudar, mas as pessoas.

Portanto, com base em pesquisa de campo e como retrata a Figura 23, Coari também recebe resíduos advindos de outros municípios, e todos os dias a caçamba faz a coleta. É perceptível as condições de trabalho às quais os agentes de limpeza se submetem: dentro da caçamba, dividindo espaço com os resíduos, convivendo com o mau cheiro. Não significa que isso não os incomode nem que seja uma especificidade de Coari, pois outros coletores se submetem as mesmas condições em outros lugares.

Em virtude dos fatos mencionados, a limpeza das praias é um serviço que visa combater a sujeira deixada durante a vazante e proporcionar aos banhistas um ambiente limpo e saudável.

3.1.4 Da comercialização de peixes e verduras à limpeza: A limpeza de feiras e mercados de Tefé e Coari

As feiras e os mercados do interior do estado do Amazonas são localidades de grandes fluxos de pessoas e alimentos que chegam de comunidades, cidades, estados e países. Funcionam o dia todo e, dependendo do horário, haverá uma quantidade maior ou menor de pessoas trafegando. A limpeza de feiras e mercados acontece em todos os dias da semana,

neste sentido, existem turmas da limpeza que atuam durante a semana e outras aos finais. De acordo com Monteiro et al.:

É conveniente manter as feiras limpas, do início da comercialização até a desmontagem das barracas. Em feira com até 300 barracas, pode-se manter dois trabalhadores recolhendo, com lutocares revestidos internamente com sacos plásticos, o lixo produzido pelos comerciantes. Os sacos plásticos com lixo podem ser depositados em um ponto de concentração, adjacente à feira (2001, p. 107).

Então, em ambas as cidades a limpeza das feiras e dos mercados acontece diariamente. Assim, tanto em Tefé (Figura 25) quanto em Coari (Figura 27), há existência de caçambas estacionárias ao lado das feiras e dos mercados. As figuras retratam o cenário da execução da atividade e da disposição inicial que tem os resíduos.

Figuras 24 e 25: Feira Municipal de Tefé/Caçamba de lixo ao lado da feira



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 08/2016
 Autora: Nágila Situba

Na realidade, a feira de Tefé se encontra em péssimas condições de higiene, o espaço é pequeno, com ausência de iluminação, e a atuação dos agentes de limpeza não tem conseguido combater a sujeira. Recentemente (2016), a feira foi destruída, uma provisória foi implantada atrás da Praça Remanso do Boto, mas as obras para a construção da nova feira já foram iniciadas.

No âmbito da limpeza, enquanto não se aplicar as políticas públicas criadas no município, mesmo construindo e reconstruindo novos lugares, o problema não será equacionado. Coari também apresenta a mesma realidade (Figuras 26 e 27).

Figuras 26 e 27: Feira Municipal de Coari/Çaçamba de lixo ao lado da feira



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 09/2016
 Autora: Nágila Situba

Em Coari, é preciso limpar a feira interna e externamente, pois a comercialização se estende até a rua. Para fazer a limpeza das feiras e dos mercados não são necessários muitos trabalhadores, apenas uma dinâmica constante.

Nesse sentido, três vezes ao dia, a çaçamba estacionária é colocada ao lado do local (Figura 27) e depois retirada, após isto, os resíduos são destinados ao lixão da cidade. É sempre conveniente juntá-los e destiná-los no mesmo dia, pois a maior parte dos resíduos são orgânicos e se decompõem com facilidade, emitindo cheiro e ocasionando o transbordamento da çaçamba, atraindo urubus, cachorros, gatos e ratos.

Na feira, assim que diminui o fluxo, os agentes de limpeza limpam o chão e as mesas dos agricultores para que no dia seguinte eles os encontrem em condições de higiene e uso. O objetivo dos trabalhadores é varrer todo o local, seus arredores, sarjetas e meio fio. À medida em que se varre, já se vai recolhendo com o carrinho para que não haja acúmulo.

Nessa perspectiva, os agentes de limpeza se apresentam como elemento de intervenção nesses espaços e logradouros públicos de comercialização. Em pleno século XXI, as feiras e os mercados são os lugares mais frequentados pela população, pois é nesses locais que as pessoas compram seus alimentos.

Entre o trabalho e o lixo, os trabalhadores são os principais agentes da limpeza urbana. Por meio do lixo conseguem sustentar suas famílias e se submetem a esta atividade ainda que prejudique a sua integridade física. As figuras 28 e 29 mostram as condições dos mercados em Coari e Tefé.

Figura 28: Limpeza do Mercado de Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 09/2016
 Autora: Nágila Situba

Figura 29: Limpeza do Mercado de Tefé



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 08/2016
 Autora: Nágila Situba

Para a limpeza dos mercados, é necessário que se utilize os seguintes materiais: desinfetante, água sanitária, escova, esponja e sabão em pó para que minimizar o odor dos resíduos orgânicos. No exercício da profissão, é responsabilidade dos trabalhadores manter esses ambientes limpos, principalmente quando há EPI e material de limpeza.

Diferente de outras atividades, nesta o trabalhador está sujeito a sofrer uma infecção, pois convive com sangue de carne e caldo de peixe que geram odor forte, e provavelmente urina de rato e sapo, pois nem sempre está com equipamento de proteção e material de limpeza para desinfetar o local.

Esse é um trabalho precário, uma vez que o trabalhador o executa sem EPI, sem taxa de salubridade e põe a saúde em risco. O problema é que esses profissionais estão desorganizados, não existe sindicato e as relações de trabalho se estabelecem entre empregador alienador e empregado alienado/submisso.

O cenário da exploração dos agentes de limpeza em Tefé e Coari se evidencia em diversas questões. Uma delas é a falta de oportunidade. Além disso, a falta de escolarização é um agravante, pois hoje o mercado de trabalho impõe ao trabalhador esta mínima condição. Como para ser agente de limpeza não precisa ter escolaridade e sim preparo físico, muitos procuram a profissão.

Evidenciou-se que alguns trabalhadores têm uma segunda renda. Com isto, comprova-se o quanto as condições sociais são perversas, a ponto de o trabalhador ser obrigado a ter mais de um emprego ou atividade, pois com o baixo salário esta é a única

opção, principalmente para os trabalhadores de baixa renda, como é o caso dos agentes de limpeza.

Como empregador, a prefeitura não cumpre com a obrigação que tem com os trabalhadores. Eles trabalham em condições precárias, sem EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletivo), com salários inadequados e atrasados (um salário mínimo), não recebem os benefícios que lhes assegurados por lei, e os mesmos não reivindicam, pois são apenas contratados e só assinam o contrato ao findar o ano.

Muitos trabalhadores, devido às condições insalubres, adoecem e as doenças adquiridas os impossibilitam de voltar ao trabalho por causa de alguma lesão. Neste caso, ou a prefeitura não se responsabiliza pelo acontecido e demite o trabalhador, ou ele recorre à justiça, porém alguns trabalhadores recusam-se a recorrer ao judiciário por não trabalhar de carteira assinada e nutrirem a esperança de voltar a trabalhar.

Entretanto, se a questão do lixo é tratada pelo poder público local com extremo descaso, no caso dos trabalhadores o descaso se intensifica, visto que a municipalidade não investe em equipamentos e salário adequados.

3.1.5 Da sombra à estética: Podagem de árvores em Tefé e Coari

Apesar das praças em Tefé e Coari serem pouco arborizadas, ainda existem locais nas cidades que precisam de manutenção com relação à podagem. Diante de um planejamento estratégico, é necessário manter os jardins padronizados e as árvores cortadas, evitando um entrelaçamento com os postes da iluminação pública.

Os agentes da roçagem são os responsáveis por fazer a podagem das árvores que se encontram nos espaços e logradouros públicos, atribuindo à cidade um sentido de organização, padronização e limpeza.

A presença de árvores no espaço urbano a cada dia se torna mais escassa. O concreto tomou conta dos espaços públicos. Nesse sentido, em Coari e Tefé observou-se poucas árvores, principalmente nas praças, mas nas áreas onde existem, é preciso que os agentes de limpeza façam o corte com a tesoura de poda para deixá-las de forma que não invadam os postes e que, conseqüentemente, minimize a queda das folhas.

Os jardins inseridos nas praças são importantes porque possibilitam às pessoas frequentar os espaços públicos em horários em que o sol é intenso. Além disso, um lugar arborizado dá sentido de conforto, comodidade, qualidade ambiental do ar.

A prática de podagem não é recente. Antes das transformações urbanas em ambas as cidades, nas praças havia jardins e era preciso semanalmente fazer a limpeza que hoje acontece mensalmente, pois o verde desapareceu. A poda consiste em cortar os galhos frágeis e crescidos. O objetivo é ajustar os jardins, de modo que a paisagem fique deslumbrante, com sentido de organizada. Quem se submete a esta atividade são os agentes de limpeza, utilizando escadas, tesouras e luvas.

Nesse contexto, o trabalho humano é importante para o ser humano, sua reprodução e para o urbanismo de uma cidade. Giovanni Alves acrescenta que “O trabalho é a instância fundante (e fundamental) da reprodução social e da sociabilidade (enfim, da vida social)” (2008, p. 5). Desse modo, a Geografia do Trabalho e a Geografia do Lixo nos conduzem a entender a realidade a partir da lógica do trabalho humano e da dialética do trabalho com o lixo.

Sendo assim, a podagem é uma atividade necessária, uma vez que hajam árvores e jardins no urbano. Atribuir estética aos espaços e logradouros públicos é a intenção dos agentes de limpeza, que realizam o serviço com compromisso e dedicação.

3.1.6 Correndo ou andando? A labuta dos garfeiros que coletam o lixo de Tefé e Coari

Correndo ou andando? O certo é que é um serviço manual para o qual é necessário ter fôlego e estar fisicamente bem, pois correr pelas ruas de Tefé e Coari nem sempre é uma tarefa fácil. Em Coari, os agentes de limpeza atuam das 18h às 22h, pois neste momento o fluxo de pessoas e veículos é menor e facilita a coleta do lixo domiciliar e comercial.

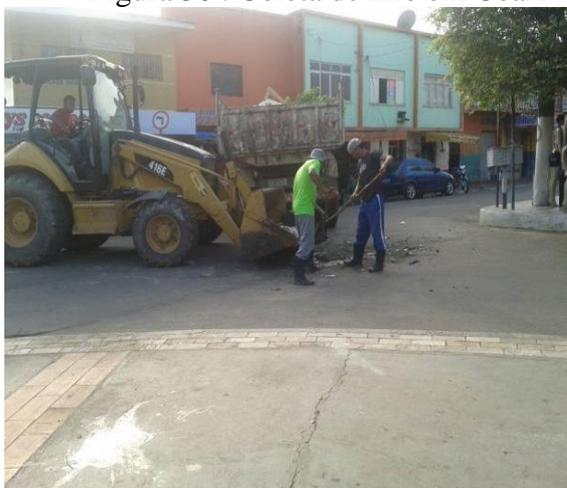
A coleta do lixo doméstico nas cidades é dividida em rotas e bairros, porém o lixo da limpeza urbana é recolhido a qualquer hora do dia, dependendo da necessidade e da quantidade do lixo da varrição e capinação.

Em Tefé, os garfeiros pertencem à SEMMA, mas atuam pela COBAL/transporte. Todos os trabalhadores são do sexo masculino e começam a atividade às 7h-17h, ou seja, a

coleta dos resíduos domiciliares e da limpeza urbana acontece durante a manhã e tarde. As figuras a seguir apresentam a coleta de lixo em ambas as cidades.

Nas Figuras 30 e 31, é perceptível a precariedade dos EPIs dos trabalhadores, mas é necessário destacar que mesmo a gestão pública não fornecendo esses equipamentos, eles procuram comprar, pois são conscientes dos riscos aos quais se submetem. Assim, ao mesmo tempo em que isso é bom, também é ruim, pois não é dever do trabalhador comprar equipamento próprio.

Figura 30 : Coleta de lixo em Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Coari – 09/2016
Autora: Nágila Situba

Figura 31: Coleta de lixo em Tefé



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé – 08/2016
Autora: Nágila Situba

Em Tefé, o garfheiro divide o espaço da caçamba com o lixo, geralmente em cada rota são 4 pessoas: 2 recolhem o lixo domiciliar, 1 motorista e 1 arruma o lixo em cima da caçamba. Estas condições de trabalho deveriam preocupar a gestão municipal, assim como a municipalidade deveria fornecer EPI adequado. Esses tipos de atividades são as que mais oferecem riscos, pois há um contato direto com o lixo que pode atingir a integridade física e mental dos trabalhadores. Desse modo:

O processo de trabalho, além de ser constituído por diferentes operações, é desorganizado. O trabalhador, apesar de realizar tarefas que demandam esforço físico na presença de ruídos e em ritmo acelerado, não possui pausas oficializadas para descanso. Além disso, esse profissional está exposto a seis tipos de fatores de risco (físicos, químicos, mecânicos, ergonômicos, biológicos e sociais). Entre estes riscos observados destacam-se: atropelamento, queda grave, cortes, ferimentos, esforço excessivo, ruído, gases tóxicos (monóxido de carbono), contato com agentes biológicos patogênicos e falta de treinamento para o serviço, conscientizando o coletor de lixo sobre os riscos aos quais fica sujeito durante a realização de suas tarefas (Velloso et al., 1997, p. 694).

A falta de treinamento se torna um problema, sendo assim o exercício de coletar se aprende no dia a dia e com os mais antigos da profissão. Os garfeiros e toda a equipe da limpeza precisam ter voz, para isto é necessário reivindicar direitos coletivamente. A atividade do coletor é histórica, como aponta Monteiro, no livro *O Tigreiro*:

No entanto a história desse trabalho aparentemente fácil de coleta não deixa de ter seus aspectos negativos. Os casos ocorrem, e não raros fatais, de pessoas vitimadas pelo tétano (golpes produzidos por cacos de vidro, espetadelas em pregos, arranhões em latarias, etc.), mordidas de cobras; ou que depararam com achados macabros do tipo recém – nascido embrulhado em panos, perna humana (1986, p. 45).

O que parece fácil se torna difícil, dependendo das condições em que se realiza o serviço. Todos os dias é uma surpresa diferente, pois os garfeiros se deparam com resíduos de toda natureza. Outro agente que poderia ser chamado de garfeiro era o catador, pois este atua na coleta do lixo, em sua separação e comercialização.

Enfim, a coleta é um dos serviços urbanos mais importantes, pois a sua ausência compromete a estética da cidade e espacializa a criação de lixeiras culturais irregulares. Apesar da ineficácia da atividade, em ambas as cidades existem projetos aprovados pelas câmaras municipais, mas que ainda não foram postos em prática. O máximo que a gestão pública faz é alugar as caçambas para coletar o lixo, pois se preocupar com os trabalhadores, é outra realidade.

3.2 Invisibilidade social e o trabalho com o lixo

A invisibilidade tem como ponto de partida a desigualdade social, que se intensificou com o processo de modernização. Ser invisível é ser transparente e sofrer humilhações. As pessoas que trabalham com o lixo sofrem com todas estas discriminações.

Fernando Braga da Costa (2008) aponta, em sua tese de doutorado *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*, de cunho etnográfico e história oral, três aspectos que vitimizam os trabalhadores da limpeza: o primeiro é a desigualdade, logo após, a humilhação e, por fim, a invisibilidade pública.

É notório que as pessoas transitam de um lado para outro da cidade, mas não percebem a presença desses trabalhadores no dia a dia. Em outras palavras, não os conhecem pelo nome,

não reconhecem suas fisionomias ou não os cumprimentam. Carvalho (2009) complementa dizendo que “Não é preciso vivenciar a humilhação para saber que ela existe” (p. 13), porém o mais difícil é vivenciá-la.

Em Tefé e Coari, ouviu-se relatos de agentes de limpeza e catadores sobre o preconceito que as pessoas têm com a atividade que realizam. O que mais escutam é que estão ali para limpar a sujeira que as pessoas produzem.

É difícil pra nós ouvir o pessoal falando que a gente não faz mais que nossa obrigação. Eles estão certos em dizer que temos obrigação, é a prefeitura que paga nós, mas não precisa nos destratar, ficar jogando isso na nossa cara. Nós precisamos ser respeitados, se não fosse a gente a rua não ia ta limpa, aí eles iam achar ruim (capinadora, 28 anos, Coari).

Sabe moça eu não ligo para o que falam pra mim, eu já cansei de mim importar com o que as pessoas falam de mim, eu tenho orgulho do que faço. Eu sou catadora há 10 anos, ando a cidade de Coari todinha, criei meus 5 filhos sozinha, sou mãe solteira, deixei meu marido porque me batia, eu comecei a ser catadora porque meus filhos precisavam comer. As vezes sou tratada como se fosse uma mendiga, as pessoas não sabem diferenciar as coisas, eu percebo que as pessoas olham a gente com medo, como se eu fosse um ladrão e não uma trabalhadora (catadora, 35 anos, Tefé).

“A invisibilidade pública, desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (Costa, 2008, p. 15). Neste sentido, a ausência na presença é produto da sociedade. Assim, a melhor maneira de entender a invisibilidade pública é conversando com as pessoas que trabalham com o lixo, que testificam uma realidade que as pessoas desconhecem.

Em Tefé, uma capinadora de 55 anos relatou que já houve casos de moradores que jogaram água quente, pedra, não forneceram água nem sanitário para eles, além disto, diariamente escutam reclamações quando a limpeza não está sendo feita com frequência. As positivities também existem, existem pessoas que reconhecem o trabalho que eles desenvolvem, fazem o inverso do que foi citado acima e ainda fornecem alimentação.

Assim! Eu não vou dizer que é todo mundo, tem pessoa que trata nós bem, outras não, mas tem pessoa que maltrata mesmo. Às vezes nós passa varrendo e o pessoal fica jogando chincada porque sabe que nós trabalha para o prefeito. Tem gente como essa mulher aqui da frente que dar merenda pra nos toda vez, ela prepara suco e nos dar pão, assim é legal, a pessoa sabe que a gente ganha mal e ajuda. Uma vez eu me senti muito mal, eu tava sentada na cadeira enfrente a casa de uma mulher descansando meus braços, quando olhei a mulher pediu a cadeira e mandou o filho dela lavar a cadeira, ah pesquisadora eu fiquei com tanta raiva que naquele dia não trabalhei direito (varredora, 25 anos, Tefé).

Em plena sociedade moderna, as pessoas ainda agem com preconceito contra pessoas que trabalham com lixo. Em Tefé, uma varredora de 60 anos disse que “*O que mais marcou minha profissão, foi no dia que uma moradora forneceu água e quando fomos devolver o copo, a pessoa pediu para que jogasse no lixo, pois para ela aquele objeto não teria mais utilidade*”. Nesta fala, é possível identificar o distanciamento entre os trabalhadores da limpeza e os moradores.

Então, os agentes de limpeza, definição dada neste trabalho porque o mais comum é serem chamados de Gari, incomodam-se com a forma como são tratados pelas pessoas. É comum as pessoas não desejarem “Bom dia”, e quando isto acontece causa espanto, pois eles não sabem se isso é uma afronta ou um ato de educação.

Vou falar uma coisa, o povo aqui é mal educado, eles faltam passar por cima da gente. O pior é quando além de passar e ignorar eles também joga lixo no lugar onde limpamos, às vezes os colegas até chamam atenção, mas às vezes é melhor ficar calado, vai que essa pessoa fale para o nosso capataz (varredora, 49 anos, Coari).

O fato é que eles se acostumaram a não ser percebidos. Apesar da desqualificação e de serem vistos como pessoas “sem escolaridade”, “sem intelecto”, encontrou-se o inverso nas cidades em estudo. Muitos agentes de limpeza estudam e havia casos de pessoas cursando o ensino superior.

Não é qualquer pessoa que se submete à atividade de limpeza urbana, porque às vezes tem vergonha, preconceito, mas a maioria se submete pela necessidade de sustentar suas famílias ou devido ao baixo índice de emprego. A prefeitura é a empresa que mais contrata nos municípios e essa é uma profissão que não exige alto grau de escolaridade, e sim bom estado físico.

Na pesquisa de campo, diferentes turmas foram acompanhadas. Ao estar entre eles, percebia-se a maneira como as pessoas os olhavam. Eles também refutavam com desprezo. Costa também relatou este fato: “O pesquisador testemunhou muitas vezes o fato de que os garis não simplesmente padeciam pancadas de humilhação social, mas respondiam aos golpes: ressentindo, conversando e agindo” (2008, p.1).

Com um simples olhar é possível perceber o preconceito que as pessoas têm contra os agentes de limpeza. Presenciou-se casos em que pessoas se chocavam com eles nas ruas, mas sequer olhavam para o lado. Ainda que estejam uniformizados e usando EPI, os agentes de limpeza não são percebidos, imagine sem, como é o caso das duas cidades estudadas. A maneira como esses trabalhadores compreendem a sociedade é impressionante, eles percebem que são excluídos, porém sabem que as pessoas precisam deles para limpar sua sujeira.

Diante da pesquisa e do olhar geográfico, é necessário se aproximar da realidade. Foi com este intuito que se concebeu a ideia do mundo das pessoas que trabalham com o lixo. Esta tarefa não é fácil para os geógrafos. Desvendar o invisível na paisagem urbana ou entender os arranjos espaciais dos serviços de limpeza das cidades constituem desafios aos que pretendem aprofundar os estudos brasileiros.

As primeiras conversas e participações com os agentes de limpeza não foram as melhores. Eles se retraíram por não saber quem era a pesquisadora, mas depois de alguns dias conversavam e riam na minha presença. A partir daí, pude compreender o seu cotidiano e descrever a limpeza urbana.

Percebeu-se que os trabalhadores da limpeza estão acostumados com a superexploração e se alienam na condição de explorados, pois estar tranquilo, ganhando salários baixos, trabalhando de sol a sol, sem ter onde descansar é uma condição. Se os agentes de limpeza que realizam atividade formal não são valorizados, imagine os catadores que atuam nos lixões de Tefé e Coari.

Diferente dos agentes de limpeza, os catadores desenvolvem atividade informal, atuando nos lixões em condições desumanas. De acordo com Marcelino Andrade Gonçalves e Antônio Thomaz Junior:

A informalidade comparece como mais um elemento que aponta para precarização do trabalho no Brasil, mais do que o desemprego e o fim do trabalho a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias de trabalho, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direito trabalhista etc (2002, p. 01).

Nesse contexto, a informalidade traz positivities e negatividades. O desemprego é um fator que influencia os trabalhadores a realizarem atividade informal e em situação precária. Em Coari, os catadores atuam no lixão, mas existe a Associação de Catadores, fundada em 1/4/2016, com 9 integrantes, que utilizam o espaço do aterro sanitário inoperante para a separação do material e a comercialização. Eles têm parceria com a Prefeitura Municipal de Coari, que contribui com o transporte.

Esses catadores relataram os maus tratos que sofrem pelos moradores e principalmente pelos comerciantes que não contribuem separando o material. Já em Tefé, os catadores se encontram no lixão, e todo o produto coletado é vendido para as sucaterias. Apesar de se sentirem excluídos, estes trabalhadores precisam lutar pela melhoria de sua profissão, se organizar em associações e ser agentes participativos na criação de políticas públicas.

Eu trabalho nesse lixão há 10 anos, eu vim do Rio Japurá, cheguei aqui eu tinha 22 anos, na época não consegui trabalho, então, um amigo tinha uma sucataria e resolvi coletar latinha para vender pra ele. No começo coletava apenas nas ruas, depois fui para o lixão, vi que todo lixo da cidade chegava pra lá e o que eu fazia aqui? Foi aí que montei meu barraco lá. Eu vendo o lixo e sustento minha mulher e meus três filhos hoje luto para meus filhos estudar e ter um futuro diferente do meu (catador, 41 anos, Tefé).

A maioria das pessoas que catam lixo e atuam como gari advém de municípios vizinhos e encontram na catação a oportunidade para sustentar sua família. Portanto, o trabalho (informal e formal) precisa ser uma temática mais estudada na geografia, pois há necessidade em discutir as relações de trabalho que se estabelecem no interior do sistema capitalista e desvendar máscaras sociais.

3.3 Percepção dos moradores quanto ao serviço de limpeza urbana

Entender as realidades de Tefé e Coari e compará-las faz parte da objetividade deste estudo. Neste sentido, para explicar a limpeza urbana em espaços e logradouros públicos, aplicou-se formulários para os agentes de limpeza, os catadores, os gestores públicos e os moradores da cidade.

A princípio, as atenções não se voltaram para aplicar formulários aos moradores, pois seria árduo o caminho a ser percorrido. Porém, para uma contribuição social mais consolidada e reflexiva aos gestores públicos e moradores das cidades com o término do estudo, propôs-se ao desafio.

Os resultados obtidos surpreendem em ambas as cidades. Apesar de serem cidades próximas e de efetivo populacional urbano ser parecido, a concepção das pessoas é diferente e os resultados mostram isso. Se não fossem aplicados os formulários, talvez não houvesse a mesma propriedade de conhecimento sobre a realidade de Tefé e Coari, assim como não seriam possíveis as mesmas reflexões. A análise teria se reduzido a superficialidades.

Metodologicamente, cinco formulários foram aplicados em cada bairro. A área urbana de Coari possui 15 bairros = 75 formulários; a de Tefé 24 bairros = 120 formulários. Se levar em consideração a densidade populacional x quantidade de formulários aplicados, certamente o número proposto nesta pesquisa seria inferior, porém este não foi o intuito. A intenção foi construir uma amostra com os resultados adquiridos em ambas as cidades.

Alguns resultados vão mostrar semelhanças, outros diferenças, mas a realidade das cidades não diverge tanto no que se refere aos problemas urbanos. Os formulários englobam temáticas como: saneamento básico, resíduos sólidos, limpeza urbana, saúde, espaços públicos e trabalho humano.

Essas temáticas contribuem para a criação e execução da limpeza urbana, que se apresenta de forma desconfortável na paisagem. A limpeza urbana é um serviço essencial a ser executado em cidades do Amazonas. Se a gestão municipal investisse nos serviços de limpeza, provavelmente os orçamentos seriam menores nas demais áreas.

Nessa conjuntura, as cidades são compostas por bairros que se diferenciam pela infraestrutura que possuem. O centro comercial de qualquer cidade terá prioridades no que tange à limpeza devido ao fluxo de pessoas e à comercialização de alimentos. O quadro 7 apresenta os resultados dos formulários aplicados em relação à percepção dos moradores no que se refere à limpeza urbana e aos espaços públicos.

Quadro 7: Resultados dos formulários aplicados em Tefé e Coari

Perguntas	Tefé		Coari	
	Sim	Não	Sim	Não
5. Você acha diferente a qualidade da limpeza do bairro que você mora em relação ao centro da cidade?	79%	21%	76%	24%
6. Você acha que os espaços públicos do seu bairro estão sempre limpos?	82%	18%	82%	18%
7. A limpeza urbana é feita com frequência em seu bairro?	41%	59%	32%	68%

Fonte: Pesquisa de campo em Tefé e Coari - 2016
Organização: Nágila Situba - 2017

Em síntese, os resultados apontam que há diferença na qualidade da limpeza realizada no centro das cidades em relação aos demais bairros, pois a prioridade é limpar o bairro central e a área comercial das cidades. A pesquisa de campo assinala que todos os dias é realizada a limpeza na área central e comercial, já nas demais localidades ela é feita em intervalos de 1 a 2 dias, principalmente o serviço de coleta de resíduos domésticos, comerciais e hospitalares. A qualidade da limpeza urbana está atrelada à sua frequência e ausência, mas neste trabalho a analisamos a partir da percepção dos moradores.

No que se refere à limpeza dos espaços e logradouros públicos estudados, como: praças, feiras, mercados, calçadas, ruas e jardins, os moradores afirmam estar insatisfeitos, como mostra o quadro 7. Isso porque o serviço de limpeza carece de eficácia, de planejamento estratégico, e os trabalhadores e catadores não têm conseguido combater a sujeira dos espaços das cidades. Os espaços e logradouros públicos são lugares de encontro da população, por este motivo precisam ser limpos com frequência. Contudo, ocorre ao inverso nas cidades estudadas, nas quais esses espaços estão sujos, sem segurança, sem infraestrutura, sem o verde. Se não estão limpos, o problema não é apenas da municipalidade, visto que a gestão e o gerenciamento dos resíduos é compartilhada.

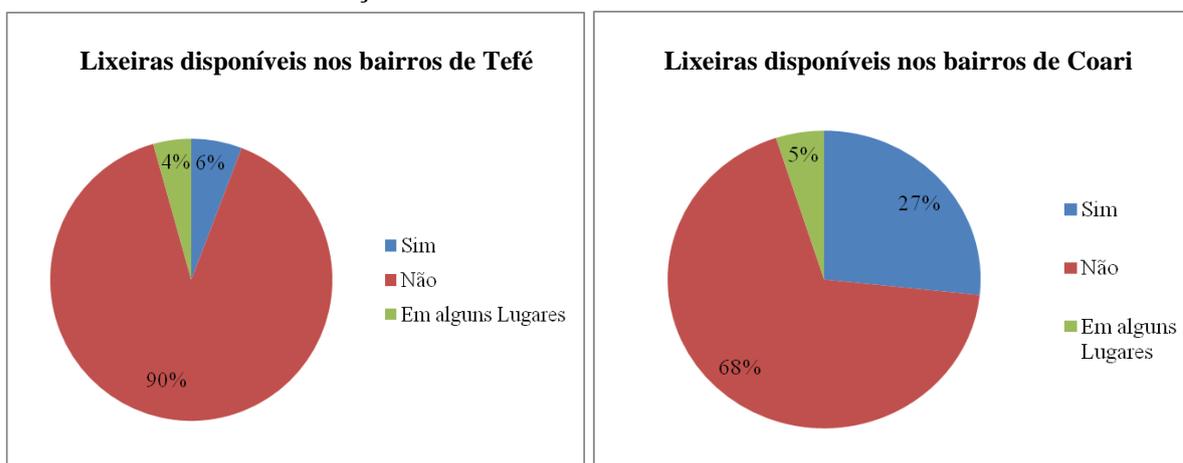
Os dados indicam que a limpeza não é feita com frequência em alguns bairros, porém vale ressaltar que em alguns a limpeza é realizada todos os dias, enquanto em outros nunca por causa da área de difícil acesso.

Conclui-se que a realidade de ambas as cidades é similar, talvez porque as duas não dispõem de infraestrutura urbana adequada em toda área urbana, principalmente saneamento básico. Os lugares que menos se beneficiam com a limpeza urbana são as áreas periféricas, por causa da infraestrutura. Há bairros em Tefé e Coari que o caçamba não consegue entrar

para coletar os resíduos. Nestes casos, apenas os trabalhadores entram para fazer a coleta, varrição ou capinação, logo após, carregam os resíduos até um local para que a caçamba possa retirar o lixo.

Para minimizar a quantidade de lixo espalhada nos espaços e logradouros públicos, uma das estratégias é a implantação de lixeiras e a coleta diária, que pode ser uma solução ou problema, dependendo da realidade. O que se observou em ambas as cidades estudadas foi a presença e a ausência de lixeiras em alguns lugares das cidades. Em Tefé e Coari, a ausência de lixeiras nas ruas foi uma das críticas feita pelos moradores. Os Gráficos 2 e 3 mostram a realidade sobre as lixeiras.

Gráfico 2 e 3: Presença e ausência de lixeiras culturais nos bairros de Tefé e Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé e Coari – 2016
Organização: Nágila Situba - 2017

Em Tefé, 90% das pessoas confirmaram a inexistência de lixeiras seletivas ou lixeiras em tambor. Durante a pesquisa de campo, participou-se (2016) da implantação de 180 tambores, que serviriam como depósito de resíduos sólidos urbanos. Estes tambores foram colocados em praças, calçadas, feiras, mercados, jardins, para que a população pudesse ter onde colocar seu lixo, principalmente em áreas de difícil acesso. No decorrer dos dias, percebeu-se que os tambores foram sumindo dos espaços e logradouros públicos e não se sabe para onde foram destinados.

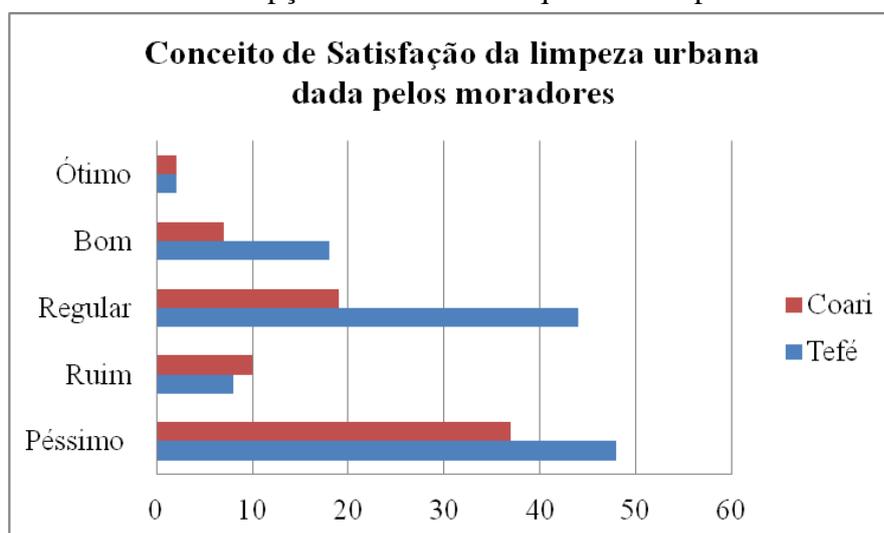
Em Coari, no ano de 2015, foram colocadas caçambas estacionárias em alguns bairros da cidade. O objetivo era combater as lixeiras culturais criadas pelos moradores nos espaços e logradouros públicos. A princípio, o projeto deu certo, mas com o passar das semanas e com os problemas de deslocamento no transporte, os recipientes começaram a encher e atrair

cachorros e urubus. O problema da limpeza urbana é que as pessoas não se sentem participantes dela, pois não se consideram “GARI” ou o poder público não faz uma gestão compartilhada.

Na pesquisa de campo, os moradores fizeram uma avaliação de como está o serviço de limpeza urbana em Tefé e Coari (Gráfico 4). Os dados permitem refletir sobre a tríade: câmara de vereadores, prefeitura e população. Enquanto as pessoas não se sentirem responsáveis pelo espaço em que vivem, os problemas só se agravarão. Assim, deve-se mudar a cidade ou mudar as pessoas? Quais seriam as alternativas para ter cidades limpas, saudáveis e sustentáveis? Gastar a maior parte do tempo colocando a responsabilidade na gestão municipal, impede olhar com profundidade para os objetos e as ações no/do espaço.

Sabe-se que o meio ambiente equilibrado e sadio é um requisito da Constituição Federal de 1988, no entanto, dificilmente com a sociedade do descartável será possível estabelecer o que esta lei máxima direciona.

Gráfico 4: Percepção dos moradores quanto à limpeza urbana



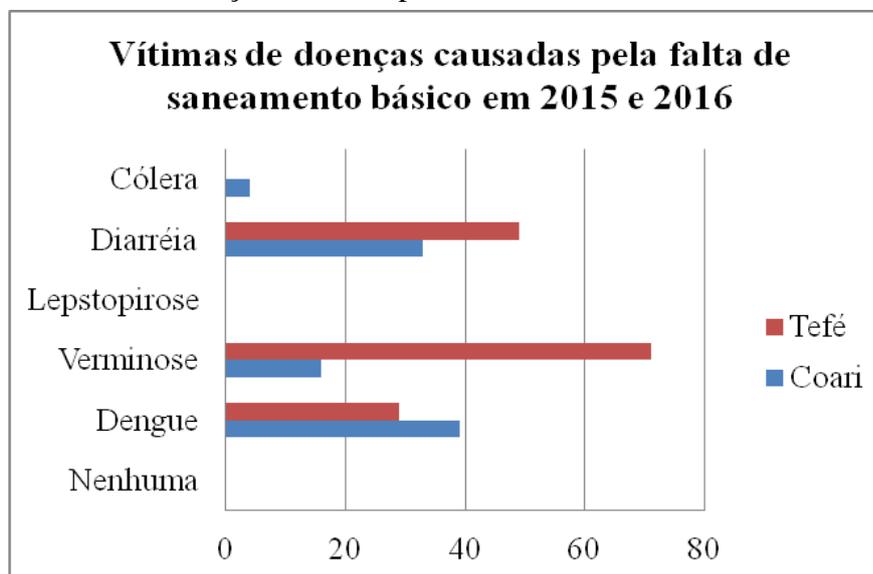
Fonte: Pesquisa de campo em Coari e Tefé – 2016
Organização: Nágila Situba – 2017

Os resultados não surpreendem, pois pior do que esses dados, foi a realidade observada pela pesquisadora. Em vista dos argumentos apresentados, os moradores têm a percepção de que o serviço de limpeza urbana é péssimo e precisa melhorar. Comparando as duas cidades, os resultados não se diferem tanto com relação à satisfação.

A ausência dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água, manejo pluvial, esgoto sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana) tem afetado

diretamente a saúde da população, que se torna vítima dos problemas urbanos e do fracasso da gestão municipal na aplicabilidade de políticas públicas. Veja o gráfico 5:

Gráfico 5: Vítimas de doenças causadas pela falta de saneamento básico em Tefé e Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé e Coari –2016
Organização: Nágila Situba - 2017

Os dados expostos das cidades estudadas são apenas dos formulários aplicados nos bairros. Certamente o Sistema Único de Saúde (SUS) não tem esses dados, pois nem sempre as pessoas procuram as Unidades Básicas de Saúde (UBS) para atendimento. As doenças que mais afetam as duas cidades são a verminose, a dengue e a diarréia, cujo contágio se dá pela falta saneamento básico. A verminose e a diarréia são os problemas de saúde que mais afetam as pessoas em Tefé, provavelmente, isto se acontece por causa da falta de uma estação de tratamento de água e esgoto.

Os dados do DATASUS (Sistema Único de Saúde) mostram o número de casos confirmados de pessoas vítimas de dengue. Isto significa que nessas cidades a quantidade é mínima se comparada as outras cidades brasileiras, porém isto é preocupante, pois não se sabe se esses dados são fidedignos, legítimos ou alterados.

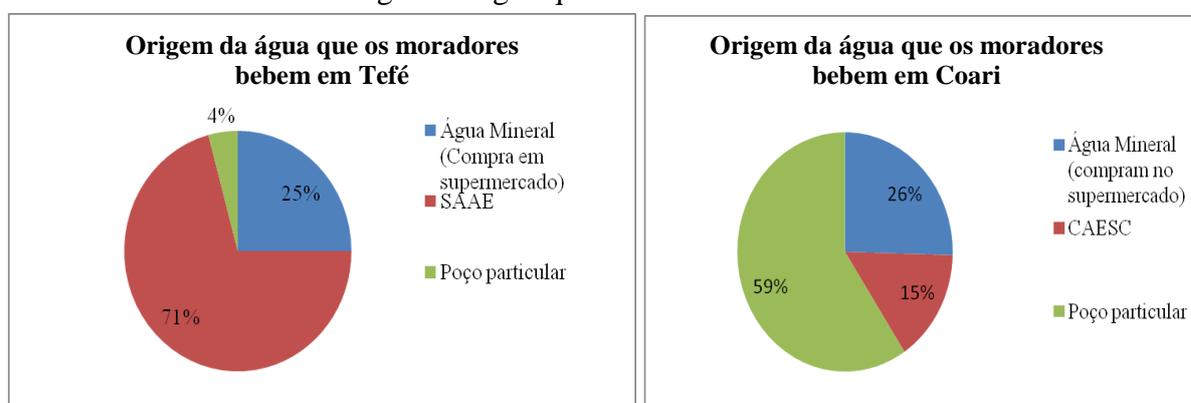
Tabela 7: Notificações registradas no sistema de informações de agravos de notificação –
Números de casos de dengue (2008-2012)

Ano	Número de Casos	
	Coari	Tefé
2008	439	05
2009	236	-
2010	697	296
2011	289	1.708
2012	27	48
Total	1.688	2.057

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (2008-2012)
Organização: Nágila Situba - 2016

Essas notificações de casos de dengue (*Aedes aegypti*) estão relacionadas à ausência de saneamento, visto que o mosquito se prolifera na água e no esgoto. Os dados referentes a cidade de Coari oscilam dependendo do ano, já em Tefé os dados se diferenciam bastante, porém percebe-se uma diminuição de casos em 2012, e isto se deu por causa campanhas de sensibilização social e conferências nos municípios, estados, vilas e comunidades em combate ao mosquito. Os gráficos abaixo mostram de onde os moradores bebem água em suas cidades.

Gráfico 6 e 7: Origem da água que os moradores bebem em Tefé e Coari



Fonte: Pesquisa de campo em Tefé e Coari – 2016
Organização: Nágila Situba - 2017

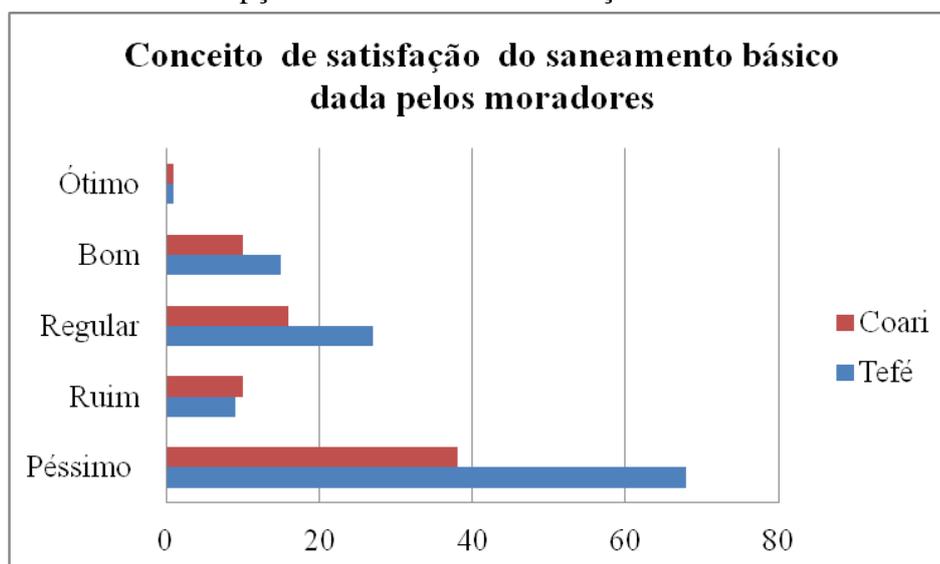
Os gráficos mostram a origem da água que os moradores dos bairros das cidades de Tefé e Coari bebem. Em Tefé, 70% da água que as pessoas bebem é do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Esta água não é tratada, isto pode justificar os casos de dengue e diarreia. Tendo em vista os aspectos observados, existem poucos poços artesianos particulares em Tefé, porém algumas famílias já compram água mineral para beber. Certamente não são famílias pobres, mas com médio poder aquisitivo. Beber água da torneira em Tefé significa colocar a saúde em risco, pois a mesma não tem tratamento adequado.

Em Coari, a Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari (CAESC) é a responsável por fazer a distribuição de água. Neste contexto, a cidade dispõe de um local de tratamento, porém a estação não está em boas condições de uso, devido à ausência de manutenção. “Quanto à exploração do manancial subterrâneo, a CAESC explora através de 34 poços tubulares. A menor profundidade dos poços é 30m e a maior 70m” (Rodrigues, 2013, p. 85).

A pesquisa de campo mostrou que diferente de Tefé, em Coari há predominância de poços artesanais privados. Desta forma, para os moradores terem acesso a essa água, precisam contribuir com um valor mensal pago ao titular do manancial. Segundo os moradores, a água vinda da CAESC é bastante suja e não dá para beber.

Ter o acesso aos serviços de abastecimento de água é também ter o direito à cidade. A água se caracteriza como um elemento fundamental para se viver no urbano, este último se apresenta nos modos de vida. Portanto, a situação da água nas cidades amazonenses é preocupante e é caso de saúde pública. Para finalizar as discussões, os moradores de Tefé e Coari fizeram a avaliação do saneamento básico em suas cidades e atribuíram determinados conceitos, como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Percepção dos moradores em relação ao saneamento básico



Fonte: Pesquisa de campo em Coari e Tefé - 2016
Organização: Nágila Situba - 2017

No âmbito geral, as condições de saneamento básico estão péssimas de acordo com a percepção dos moradores de Tefé e Coari. Isso mostra o quão precária está a infraestrutura

urbana dessas cidades da calha do Solimões. Isso também reflete os altos índices de doenças, pessoas em situação de rua e as pessoas que moram em áreas de risco.

Saneamento é o primeiro pilar para se ter uma cidade limpa, saudável e sustentável. Portanto, vive-se em cidades onde este direito é negado a partir do momento em que não se tem os serviços.

Por todos esses aspectos, a limpeza urbana é muito mais do que limpar os espaços e logradouros públicos, é dar estética à cidade. Além disso, este serviço só é possível com a atuação dos agentes de limpeza e dos catadores, que diariamente transitam de um lado para outro nas cidades em busca de executar seu trabalho formal e informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limpeza urbana em cidades do Amazonas carece de efetividade e a organização da sociedade local atribui à gestão pública municipal a tarefa de planejar e investir, de modo a deixar os espaços e logradouros públicos limpos. Se a falta destes serviços impossibilita as pessoas de viver a cidade, entende-se a existência de ineficiências, ineficácias e inefetividades. Para além das estratégias do planejamento e da gestão, importou mostrar aspectos do cotidiano na vida urbana de cidades do centro da Amazônia.

A cidade precisa ter espaços estruturados e limpos; esta é a condição mínima para que as pessoas tenham bem-estar social e qualidade de vida no espaço urbano. Isso significa mais do que ter um nível financeiro elevado, pois é necessário que se tenha infraestrutura urbana na cidade em sua totalidade.

Não é suficiente colocar a culpa dos problemas ambientais e sociais nos poderes municipais, estadual e federal. Mais do que exigir educação ambiental das pessoas, a municipalidade tem tentado planejar soluções e estratégias para conter o processo que envolve a indústria do descartável. Afinal, muito do que caracteriza o lixo recolhido pelo serviço de limpeza pública consiste em embalagens de todo tipo e tamanho feitas de materiais diversos como papel, papelão, plásticos, vidros, metálicos, etc.

Nesse sentido, o serviço de limpeza realizado em Tefé e Coari é problemático à medida em que os espaços de ambas as cidades aparentam sujeira. Os trabalhadores realizam a atividade sem equipamentos de proteção e possuem frágeis direitos trabalhistas. A partir destes serviços, o espaço vai se produzir e reproduzir de maneira desigual. Neste contexto, o problema da municipalidade não é a construção de políticas públicas, que frequentemente seguem determinações das esferas superiores como a federal, mas a sua aplicabilidade junto ao poder executivo.

Questões como o sistema hidrológico, a segregação socioespacial, a saúde, o turismo e a cultura urbana estão interligadas ao problema da limpeza urbana, embora não tenham sido o foco do estudo ora exposto. A necessidade de compreender a realidade urbana na Amazônia se faz por meio da constatação de que certos processos vêm sendo reproduzidos localmente. A contradição ambiental em meio às buscas por uma Amazônia sustentável se explicita quando se observam as condições da “limpeza urbana” em cidades como Tefé e Coari. A urbanização, nestes termos, é mais do que simples resultado de um movimento demográfico, trata-se de um

fundamento no âmbito de um direito de viver numa cidade onde o encontro viabilize a transformação da vida.

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a limpeza urbana de espaços e logradouros públicos em Tefé e Coari, de modo a entender a atuação do poder público municipal frente ao Plano Nacional de Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A partir deste, evidenciou-se que o poder público municipal se preocupa com o serviço de limpeza urbana nas cidades estudadas, porém isso não tem sido suficiente para combater a sujeira.

No âmbito da sujeira e comparando as duas cidades, percebe-se que Tefé é menos suja que Coari, isso é contraditório, pois esta cidade tem menos agentes de limpeza atuando nas ruas. Aliás, a limpeza não deveria estar atrelada à quantidade de trabalhadores? Fica claro nesta pesquisa que não, o diferencial está na distribuição desses trabalhadores e nas políticas públicas locais.

No que tange aos orçamentos públicos para o saneamento básico, a Tabela 4 mostra a diferença de dinheiro que ambas as cidades receberam de 2002 a 2011. A partir destes dados, é possível concluir que Coari deveria ter uma boa infraestrutura e dispor de saneamento básico de qualidade, porém não é assim na realidade. Tefé, apesar de receber uma quantidade menor de dinheiro, também deveria oferecer no mínimo esse serviço à população, mas acontece o inverso.

Nesse contexto, não se observou mudanças no espaço urbano com a criação das políticas e planos federais, estaduais e municipais relacionados à limpeza urbana. Percebeu-se a preocupação da gestão municipal em apenas limpar as ruas, mas não em dispor corretamente. Até o presente momento as duas cidades continuam destinando seus resíduos em lixões a céu aberto, descumprindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Vários fatores influenciam o alcance de uma limpeza urbana de qualidade. O primeiro fator é a municipalidade criar o Plano Municipal de Limpeza Urbana, assim como o Código de Limpeza; o segundo é ter orçamentos específicos para este serviço; o terceiro é a população contribuir com uma gestão compartilhada; o quarto é a gestão investir no incentivo à criação de cooperativas e associações de catadores, assim como atribuir condições de trabalho aos agentes de limpeza.

Verificou-se que ter um alto orçamento não significa ter serviços urbanos de qualidade, nem garante uma cidade limpa, como é o caso de Coari. O problema das cidades está no planejamento, que não é visto como estratégia socioespacial (SOUZA, 2002). A partir do momento em que o Plano Diretor, o Código de Postura, entre outros, funcionarem como ferramenta de ações da gestão, teremos outros modelos de cidades na Amazônia.

Pensar nos serviços de limpeza urbana requer refletir sobre os diferentes agentes sociais envolvidos na realização da atividade: os agentes de limpeza, os catadores, os moradores e a gestão municipal. Se não existirem ações compartilhadas, dificilmente as cidades conseguirão resolver o problema do lixo na contemporaneidade.

Em pleno século XXI, em ambas as cidades a prefeitura é o órgão responsável por gerenciar o serviço de limpeza; os trabalhadores realizam a atividade em condições precárias, sem equipamentos nem direitos trabalhistas. Em Tefé e Coari, os catadores não têm incentivo dos órgãos públicos na criação de cooperativas e associações, além disso, suas condições de trabalho são piores que as dos agentes de limpeza, visto que realizam a catação em condições de informalidade. Do ponto de vista da expectativa de que o Estado seja o provedor, é preciso criar políticas públicas municipais que visem melhorias para esses profissionais e/ou estratégias que possibilitem a execução do serviço.

A pesquisa aponta que os espaços e os logradouros públicos de Tefé e Coari precisam de manutenção e alguns se encontram em péssimas condições de uso. Mas o que tem incomodado a população é o lixo, que se apresenta na paisagem de maneira desconfortável. A partir disto, a limpeza urbana tem sido uma forma de combate à sujeira desses locais com o objetivo de mantê-los limpos para uso da população.

Em síntese, as políticas públicas não garantem o saneamento básico, nem a limpeza urbana de qualidade. Os espaços públicos se encontram em más condições de uso no que tange à limpeza e à infraestrutura (raros são arborizados); a limpeza urbana em ambas as cidades carece de investimentos, mas no caso de Coari precisam ser distribuídos de forma adequada; e o serviço de limpeza não é suficiente para acabar com a sujeira, inclusive porque as pessoas não contribuem.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008. 196 p.

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato, organizadores. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

AGE, Mônica de Paula Ferreira da Silva. **Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz – (1746-1827)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2014. 260 p.

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia do pregador**. Barueri, SP: Evangélica Esperança, 2010. 1385 p.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. **Elementos metodológicos da geografia agrária clássica: a produção em periódicos brasileiros**. GeoUERJ. Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 43-61. Disponível: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1390/1180>>. Acesso: 11 de Abril de 2017.

ALVES, G.A.P. **A condição de proletariado na modernidade salarial - Por uma analítica existencial do proletariado**. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 9, p. 1-38, 2008.

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. **Análise do fluxo e das características físicas, químicas e microbiológicas dos resíduos de serviços de saúde: proposta de metodologia para o gerenciamento em unidades hospitalares**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo: São Carlos, 1997. 48-72 p.

_____. **Avaliação do sistema de limpeza urbana na cidade de Campina Grande**. Dissertação de Mestrado: Campina Grande, UFPB, 1989. 3 p.

_____. Prefácio do Livro. In: SANTOS, Maria Cristina dos; TOPAN, Cláudia Saldanha de; LIMA, Ellen Kathilen Rabelo (Organizadores). **Lixo: Curiosidades e conceitos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. 166 p.

_____. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei N.º 12.305) e o papel relevante e útil dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no município de Manaus (AM)**. 16-26p. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; GENTIL, Daniel Felipe de Oliveira; ANDRADE, João Bosco Ladislau de; SILVA, Michelle Andreza Pedroza da Silva. (Org.). **Papel para a vida: estudo da cadeia produtiva de embalagens de papelão no Polo Industrial de Manaus (PIM)**. Manaus - AM: Edua, 2011, v. 1. 274 p.

ANDRADE, João Bosco Ladislau de; SCHALCH, Valdi. **Determinação da composição gravimétrica, peso específico e teor de umidade dos resíduos sólidos produzidos na cidade de Manaus**. Revista Limpeza Pública. n° 44 – Abril – 1997. 27-31p. Disponível: <<http://repository.usp.br/single.php?id=001334970>>. Acesso: 25 de Novembro de 2015.

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. NETTO, Oscar de Moraes Cordeiro. **Indicadores de sustentabilidade aplicáveis à gestão e políticas públicas para os resíduos sólidos**

industriais: Uma contribuição com foco no polo industrial de Manaus. 91-114p. SILVA, Solange Teles da.; CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Márcia Dieguez. (Organizadores). **Resíduos.** São Paulo: Fiuza, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª e. Campinas, SP: Cortez/Editora da UNICAMP, 2000. 116p. Disponível: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/antunes-adeus-ao-trabalho.pdf>>. Acesso: 24 de Janeiro de 2017.

ARAÚJO, Renata Klatau Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII:** Belém, Macapá e mazagão. Porto: Faup Edições, 1998. 144 p.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. **Serviço de limpeza urbana à luz da Lei de Saneamento Básico:** regulação jurídica e concessão da disposição final de lixo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3 e. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de Consumo.** Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo.** 3.e. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOURCKHARDT, Vandenéia; CESCNETO, E. A. **A implementação da limpeza pública urbana em Toledo-PR:** aspectos relevantes para a discussão. In: *Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI*, 2007, São Luiz. Universidade Federal do Maranhão /Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007. (p. 1-8). Disponível: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/Eixo%209%20322d1c9dd324382082f8Vanden%C3%A9ia%20Bourckhardt Eug%C3%AAnia%20Cesconeto.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/Eixo%209%20322d1c9dd324382082f8Vanden%C3%A9ia%20Bourckhardt%20Eug%C3%AAnia%20Cesconeto.pdf)>. Acesso: 16 de Julho de 2015.

BRASIL. **Lei da Transparência** (lei nº 131, de 27 de maio DE 2009). Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso: 17 de Fevereiro de 2016.

_____. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos** (Lei 12.305/2010). Disponível: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso: 28 de Março de 2016.

_____. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB** (Lei nº 11. 445/2007). 2013. Disponível: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Consehos_Nacionais_020520131.pdf>. Acesso: 15 de março de 2017.

_____. **Estatuto da cidade** (lei nº 10. 257/2001). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso: 15 de Março de 2016.

_____. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 04/95. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res95/res0495.html>>. Acesso: 13 de janeiro de 2016.

_____. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 404/2008. Disponível: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2008_404.pdf>. Acesso: 30 de janeiro de 2017.

_____. **Lei de crimes ambientais (decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008)**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso: 08 de Abril de 2016.

_____. **Lei de crimes ambientais (nº 9.605/1998)**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso: 08 de Abril de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso: 29 de Março de 2017.

_____. **Agenda 21 Local: Resultados Secionados/ 2011**. Disponível: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/rodrigues_probl_ambiental.pdf>. Acesso: 12 de Novembro de 2016.

_____. **Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso: 30 de Janeiro de 2017.

CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. 4 d. São Paulo: Humanitas Editoras/FFLCH/USP, 2003. 348 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

_____. **Utopia da Gestão democrática da cidade**. In: OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. 514 p.

_____. **A cidade**. 9 e. São Paulo: Contexto, 2013. 98 p.

_____. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. Disponível: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OxNSmoM2cgUJ:www.revistas.usp.br/geousp/article/download/89588/92873+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 30 de Novembro de 2016.

CARVALHO, Ava da Silva. **A desigualdade e a invisibilidade social na formação da sociedade brasileira**. In: *Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2009, Salvador. *Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Ritos Produções, 2009. v. 5. <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WlknCJotteEJ:www.cult.ufba.br/enecult2009/19360.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 30 de Novembro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Cidade: Paz Terra, 2000.

CIDADE, Fernanda Cabral. **A comercialização dos materiais recicláveis na rede urbana do Amazonas: o caso Itacoatiara e Parintins**. 167-184p. In: SCHOR, Tatiana e SANTANA, Paola Verri de. *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora Valer, CNPq, Fapeam, 2015.

COARI, Prefeitura Municipal de. **Plano diretor participativo de desenvolvimento**. Tomos I e II. Coari: Prefeitura Municipal de Coari./AM, 2007. 169 p.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**: Lei Municipal nº 594, de 11 de Dezembro de 2012. Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, no dia 14/12/2012. Edição 0741, código identificador: B72A9F7E. Disponível: <<http://www.diariomunicipal.com.br/aam/materia/642647>>. Acesso: 14 de Setembro de 2016.

_____. **Legislação Urbanísticas Municipal**. Cópia da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos/ 03 de Junho de 2005. 63 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão (organizadores). *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garís: Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevista. (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2008. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/pt-br.php>>. Acesso: 26 de Janeiro de 2016.

CUNHA, Francisco; HELVECIO, Luiz. **Calçada**: O primeiro degrau para a cidadania. Editora: Recife, 2013. 64p. Disponível: <<http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/livro-calcada-o-1o-degrau-da-cidadania-urbana.pdf>>. Acesso: 20 de Agosto de 2016.

DOLFUS, Olivier. **Espaço Geográfico**. Coleção “Saber Atual”, 1972. 128 p.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo**: A limpeza urbana através dos tempos. 2009. Disponível: <<http://www.lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>>. Acesso: 03 de Maio de 2015.

FIOROTTI, Luis. **Compreenda o Saneamento Ambiental**. Espírito Santo. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA. 2008 (Cartilha CREA). Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:s8tP6QyKvOkJ:www.creaes.org.br/creaes/Portals/0/Documentos/cartilhas/Cartilha_Saneamento_Ambiental.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 30 de Abril de 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. **O silêncio das cidades**: Os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: *Cidades: Revista Científica Estudos urbanos*. Presidente Prudente: Vol. 1, n.1, 2004.

_____. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** 3 e. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 306 p.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos.** Rio de Janeiro DP&A: Fase, 2003. 184 p.

GONÇALVES, M. A.; THOMAZ JUNIOR, A. **Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à geografia do trabalho.** Scripta Nova (Barcelona), Barcelona Espanha, p. 01, 2002. Disponível: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/790/813>>. Acesso: 26 de Janeiro de 2017.

GUIMARÃES, Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amancio; LIMA, Samuel do Carmo. **Geografia e saúde sem fronteiras.** Uberlândia (MG): Assis, 2014. 160 p.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** Cidade: UNESP, 2014. 565 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 13 e. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 349p.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 8. e. Rio de Janeiro: editora, 1987. 60-85 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.** Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso: 18 de setembro de 2016.

_____. **Pesquisa Nacional de saneamento básico 2008.** Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso: 18 de setembro de 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso: 12 de Julho de 2015.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina.** 3 e Cidade: Nova Fronteira, 1975. 164 p.

IPEA. Apenas 13% dos resíduos sólidos urbanos no país vão para reciclagem. Publicado em: 25/01/2017, às 8:36. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29296&catid=1&Itemid=7>. Acesso: 21 de Abril de 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 3 e. São Paulo: Editora: WMF Martins Fontes, 2011. 510 p.

KALLEBERG, Arne L. **O crescimento do trabalho precário: Um desafio global.** RBCS Vol. 24 n° 69 fevereiro/2009. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n69/02>>. Acesso: 14 de Abril de 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental.** In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. de (Orgs). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LECIONI, Sandra. **Observação sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, N° 24, p. 109 -123, 2008. Disponível: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra>. Acesso: 24 de outubro de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática S.A: São Paulo, 1991. 217 p.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

_____. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 e. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 176 p.

MADRUGA, Rosangela Batista. **Cargas de trabalho encontradas nos coletores de lixo domiciliar:** um estudo de caso. Universidade de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002. Disponível: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84330>>. Acesso: 23 de Fevereiro de 2016.

MANSUR, G. L.; MONTEIRO, J. H. P.; BAHIA, S. R.; ZVEIBIL, V. Z. . **O que é preciso saber sobre limpeza urbana.** (Trabalho Realizado pelo CPU – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em convênio com a Secretaria Nacional de Saneamento – SNS – do Ministério da Ação Social – MAS), 1993.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. v.1. livro 1, O processo de produção do capital, tomo 1. São Paulo: Abril cultural, 1996. 496 p.

MONBERG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira.** São Paulo, 1957.1-77 p.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O Tigreiro.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. 143 p.

_____. **Carros e Carroças de Bois.** Coleção Norte-Nordeste de Literatura União Brasileira de Escritores, do Amazonas – UBE-AM, 1984.

_____. **O Aguadeiro.** 2ª edição: Manaus, 1977.

_____. **Elogio do Lixo** (artesanato popular). Manaus, 1986. 55 p.

MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. **Redes, Rios e a Cesta Básica Regionalizada no Amazonas, Brasil**. Acta Geográfica (UFRR), v. 7, p. 79-89, 2010. Disponível: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/298>>. Acesso: 27 de Novembro de 2016.

MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. **Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões**. Revista Mercator. Fortaleza, v. 9, p. 101-115, 2010. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/360>>. Acesso: 27 de Novembro de 2016.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2º ed. – Rio de Janeiro, 2014. 320 p.

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 189p.

MOTA, Antonio Roney Sousa da. **Avaliação do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Coari-AM**. Dissertação (mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2014. 136 p.

MONTEIRO, José Henrique Penido et al.. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: IBAAM, 2001.

NEVES, Fábio de Oliveira; MURATORI, Ana Maria. **A Geografia do Lixo: Dos espaços de relegação aos de proximidade**. Revista eletrônica do Programa de Pós Graduação em Geografia UFPR: Revista Geografar, 2009. ISSN: 1981-089X. Disponível: <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14340/9654>> Acesso: 30 de Junho de 2016.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. **Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional**. In: CASTRO, E. (Org.) Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2008. 41-98 p.

PAULINO JÚNIOR, José. **Gestão de resíduos sólidos numa perspectiva educacional: estudo de caso no condomínio residencial jardim Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Gestão pública, participativa cidadã e poder político**. In: OLIVIRA, José Aldemir. Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. 514 p.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. 2. ed.– Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 397 p.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998. 240 p.

_____. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. CD-ROM - Fundação Escola de Governo João Pinheiro, Minas Gerais- Belo Horizonte, 2001.

_____. **Problemática Ambiental: Agenda Política, Espaço, Território e Classes Sociais**. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 83, p. 91-110, 2006. Disponível:

<http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/rodrigues_probl_ambiental.pdf>. Acesso: 30 de Setembro de 2016.

_____. **Estatuto da Cidade:** função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. Cadernos Metrópole, n.º. 12, pp. 9-25, 2º sem. 2004. Disponível: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8807>>. Acesso: 20 de Abril de 2016.

RODRIGUES, Eubia Andrea. **Rede Urbana do Amazonas:** Tefé como cidade de responsabilidade territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, 2011. Disponível: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2796/1/DISSERTACAO%20Eubia.pdf>>. Acesso: 14 de Abril de 2016.

RODRIGUES, Patrícia Kálinca Alves. **A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2013. Disponível: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2788#preview-link0>>. Acesso: 30 de Abril de 2016.

RODRIGUES, Patrícia Kálinca Alves; SANTANA, Paola Verri de. **Finanças Públicas Municipais e Saneamento Básico em Coari/AM.** In: SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola Verri de. Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira. Manaus: Editora valer, 2015.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça:** ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica. In: CL & Tróp. Recife, 11(1), p.105 - 121, jan/jun, 1983.48 p.

SANTANA, Paola Verri de. **Orçamentos públicos municipais de saúde e as rendas do petróleo.** Anais do V congresso internacional de geografia da saúde: Manaus – Amazonas, Brasil, 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/publica%E7%F5es_portal/debate/texto9/OR%C7AMENTOS%20P%DABLICOS%20MUNICIPAIS%20DE%20SA%DADE%20E%20AS%20RENDAS%20DO%20PETR%D3LEO.pdf>. Acesso: 28 de Março de 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** GeoCrítica: Cadernos Críticos de Geografía Humana. Universidade de Barcelona, Septiembre de 1986. ISSN: 0210-0754. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo65.htm#temporal>>. Acesso: 06 de Agosto de 2016.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2014. 157 p.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988. 28 p.

_____. **Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001. 175 p.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

SANVITO, Wilson Luiz. **A medicina tem cura?** Uma abordagem crítica da medicina contemporânea. São Paulo: Editora Atheneu, 1994. 116 p.

SCHOR, Tatiana; TAVARES-PINTO, Móises Augusto; RIBEIRO, Alex Butel. **Mercados e Feiras na tríplice fronteira: Uma análise dos espaços de comercialização de produtos in natura na cidade de Tabatinga, Amazonas, Brasil.** Caminhos de Geografia, v. 17, n. 59 Set/2016, p.01-17. ISSN 1678-6343. Disponível: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29695>>. Acesso: 10 de Dezembro de 2016.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana.** In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2001. 75-96 p.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.

SILVA, Alexandre Donado da; OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOOR, Tatiana. **Entre rios, florestas e urubus: para onde vai o lixo das cidades das cidades na Amazônia?** In: *Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade - IV ENANPPAS, 2008.* Disponível: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-730-779-20080511003615.pdf>>. Acesso: 30 de Março de 2016.

SITUBA, Nágila dos Santos. **O lixo urbano: Uma análise do território dos trabalhadores da limpeza de Tefé – AM.** *Anais - XIV Simpurb, 2015.* ISBN: 978-85-420-0756-5. Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dwKOVVZt8-wJ:simpurb2015.com.br/%3Fmedia_dl%3D2586+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 27 de Maio de 2015.

SONTAG, Susan. **A doença como Metáfora.** Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1984. 108 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio –espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

_____. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** Investigação sobre sua natureza e suas causas. Cidade: Nova Cultural, 1996.

TEFÉ, Prefeitura de. **Plano diretor participativo de desenvolvimento.** Tefé: Prefeitura Municipal de Tefé./AM, 2006. 97 p.

TONELLA, Celene. **Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições.** Revista Sociedade e Estado. Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100003>. Acesso: 30 de Abril de 2015.

VELLOSO, Marta Pimenta.; ANJOS, L. A. ; SANTOS, E. M. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 13, n.4, p. 693, 1997.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada** (Impresso), Presidente Prudente, v. esp, n. Especial, 2002. p. 4 -26. Disponível: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/585>>. Acesso: 23 de Abril de 2015.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP, 2000. 546 p.

APÊNDICES

FORMULÁRIO A: Agentes de limpeza

1. Como o poder público investe na realização desta atividade?
2. Qual órgão responsável pelo serviço que executam?
3. Em quais espaços da cidade vocês costumam fazer limpeza?
4. Quantos dias na semana vocês fazem a limpeza dos espaços públicos?
5. Qual trajeto diário? Qual horário vocês realizam a limpeza?
6. Como vocês realizam a limpeza de praças, ruas, jardins, mercados, feiras e calçadas?
7. Como vocês se dividem para a realização destas atividades?
8. Quem fornece equipamentos?
9. Quais equipamentos necessários para esta atividade?
10. Quais as dificuldades enfrentadas por vocês na realização da atividade?
11. O que é ser um (a) agente de limpeza?
12. Você diria qual o seu salário? Quanto por mês?
13. Você é catador também? ()sim ()não
14. O que deveria melhorar nos serviços de limpeza urbana?

FORMULÁRIO B: Catadores de Lixo

1. Onde vocês atuam?
2. O que vocês costumam catar? Quais itens?
3. Como vocês catam?
4. Existem compradores de material reciclável na cidade? () sim () não
5. Quem são os compradores destes materiais recicláveis?
6. O que eles compram?
7. Quanto é o quilo do material?
8. Você sabe dizer para onde vai esse material reciclável depois que você vende?
9. Existem cooperativas em Tefé? Coari? ()sim ()não
10. De que maneira você contribui com a limpeza da cidade?
11. Como os catadores são visto pela sociedade?

FORMULÁRIO C: Gestores Municipais

1. Como a municipalidade organiza o serviço da limpeza urbana?
2. Como vocês se organizam para tentar cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007)?
3. Quais são os benefícios destas políticas e planos municipais para o município?
4. A cidade cumpriu com a PNRs?
5. De onde vêm os recursos investidos em Saneamento Básico?
6. Quais quesitos do saneamento básico a prefeitura está executando melhor?
7. Como é realizada a manutenção dos espaços públicos?
8. Como os agentes de limpeza estão inseridos na problemática urbana?
9. Quais são as estratégias da prefeitura para acabar com o lixo da cidade?

FORMULÁRIO D: Moradores da Cidade/Bairros

1. Você mora neste bairro da cidade? ()sim ()não
2. Há quanto tempo você mora neste bairro?
3. Você frequenta os espaços e logradouros públicos da cidade?
4. Qual a percepção que você tem da limpeza de seu bairro e da cidade como um todo?
5. Você acha diferente a qualidade da limpeza do bairro em que você mora em comparação a do centro da cidade? ()sim ()não
6. Você acha que os espaços públicos da cidade estão sempre limpos?
7. A limpeza é feita com frequência? ()sim ()não
8. Existem lixeiras disponíveis nas ruas do bairro para a população jogar o lixo?
()sim ()não ()em alguns lugares Quais?
9. Qual o nível de satisfação que você tem da limpeza da cidade?
()péssimo ()ruim ()regular () ()bom ()ótimo
10. Qual sua opinião sobre a limpeza da cidade?
11. Qual sua opinião sobre os agentes de limpeza?
12. Qual sua opinião sobre os catadores de lixo?
13. Você e sua família já foram vítimas de:
()Dengue ()Verminose ()Lepstopirose ()Diarreia ()Cólera
14. De onde vem a água que você bebe?
15. Em quais condições de saneamento seu bairro se encontra?
()péssimo ()ruim ()regular () ()bom ()ótimo